

**UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**A INCLUSÃO SOCIAL DO DEFICIENTE VISUAL EM  
SOROCABA - SP**

**Vilma da Conceição Gavarrão de Freitas**

**Piracicaba, SP  
2006**

# **A INCLUSÃO SOCIAL DO DEFICIENTE VISUAL EM SOROCABA**

**Vilma da Conceição Gavarrão de Freitas**

**ORIENTADOR: PROF. DR. JÚLIO ROMERO FERREIRA**

**Dissertação apresentada à Banca  
Examinadora do Programa de Pós-  
Graduação em Educação da UNIMEP  
como exigência parcial para  
obtenção do título de Mestre em  
Educação**

**Piracicaba, SP  
2006**

## **BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dr. Júlio Romero Ferreira**  
Universidade Metodista de Piracicaba  
UNIMEP

**Prof. Dr. Cleiton de Oliveira**  
Universidade Metodista de Piracicaba  
UNIMEP

**Profª Drª Katia Regina Moreno Caiado**  
Pontifícia Universidade Católica  
PUC-Campinas

Agradecer a Deus, sempre...

“Deus, conceda-me serenidade para aceitar as coisas que não posso mudar, coragem para mudar aquelas que posso e sabedoria para reconhecer a diferença”.

Obrigada, Senhor, por essa vitória!

Dedico este trabalho ao Germano, meu marido, por todo suporte técnico e, sobretudo pelo apoio e incentivo nos momentos em que o cansaço trazia-me o desânimo.

Meu profundo reconhecimento pela sua grandeza em compreender a minha “ausência” nos fins de semana, quando eu me dedicava a este trabalho. Sem a sua ajuda teria sido mais difícil concluí-lo.

Amor, obrigada!

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Professor Doutor Júlio Romero Ferreira pelos seus ensinamentos e pela sua paciência nos momentos de orientação.

Mais que um professor, um amigo que soube ouvir-me nas dificuldades.

Aos meus pais, na certeza de que minhas conquistas são suas também.

A Lizete, minha irmã, cujas palavras de incentivo não me deixaram desanimar.

Ao Germano e Renata, meus filhos, que me apoiaram e me incentivaram a seguir em frente.

Aos meus especiais amigos deficientes visuais, que concordando em dar os seus depoimentos, emprestaram-me a voz para que eu pudesse realizar esse trabalho.

A cada uma das pessoas entrevistadas que gentilmente dispuseram o seu tempo, dando-me informações que foram fundamentais para este estudo.

A todos aqueles que, de uma forma ou de outra, ouvindo-me e dando-me sugestões, colaboraram para transformar o meu projeto em realidade.

## **Resumo**

Este trabalho visou investigar a inclusão social do deficiente visual em Sorocaba, São Paulo, tendo como princípios norteadores que, na inclusão social, o acesso ao mundo do trabalho é importante e a educação é fundamental nessa conquista. Pautados nesses princípios, foi feito um levantamento de dados estatísticos referentes às matrículas dos alunos incluídos nas classes regulares e dos alunos matriculados na educação especial nas redes pública e privada de ensino. Entrevistamos representantes do poder público e das instituições que atendem as pessoas com deficiência, buscando dados e documentos que sinalizassem as ações que têm sido desenvolvidas no município com esse objetivo. Também foram entrevistados seis deficientes visuais com a intenção de investigar, no entendimento de cada um, o que essas ações têm representado em suas vidas e dando-lhes espaço para apontarem aquilo que consideram mais importante na eliminação, ou pelo menos, na redução das barreiras que dificultam a inclusão social das pessoas com deficiência visual em Sorocaba, São Paulo. A maioria destacou a importância da educação e considera que a inclusão escolar é um avanço, mas que além de garantir a matrícula ao deficiente na classe regular, há necessidade de melhor preparar os professores para recebê-los e providenciar materiais e recursos pedagógicos que possam facilitar o processo da aprendizagem. Também foi apontada a necessidade de uma instituição mais atuante, que promova a profissionalização das pessoas com deficiência visual e que ela possa ser o elo com as empresas, conscientizando e esclarecendo seus dirigentes sobre as reais possibilidades de trabalho dos deficientes visuais, atualmente contratados, na maior parte das vezes, apenas para cumprir uma exigência legal.

**Palavras chave: Deficiente Visual – Educação – Inclusão Social – Trabalho**

## **Abstract**

This work aimed at investigating the social inclusion of visual deficient in Sorocaba – São Paulo – Brasil, considering mainly that, for social inclusion, the access to labor is important and education is fundamental for this achievement. Considering these principles a statistical survey was conducted regarding the enrolment of students in regular classes of regular school and regarding the enrolment of students in special classes from public and private schools. Public representatives have been interviewed as well as those from institutions that support the visual deficient, searching for data and documents that signalize the actions that have been taken in this city with this objective. Six visual deficient have also been interviewed aiming at investigating, from their point of view, what these actions have represented in their lives and giving them the opportunity to point out what they consider the most important in eliminating, or at least reducing the barriers that create difficulties in the social inclusion of the visual deficient in Sorocaba. The majority indicated the importance of education and considers that inclusion in school is an important step, but beyond just guaranteeing the right to enroll in regular classes there is the need to prepare the teachers to receive them and to provide pedagogic resources which help the learning process. The need for more involving institutions was also pointed out. These institutions should promote the development of visual deficient professionals and also be the link with the companies, making them conscious and clarifying their leaders about the real possibilities of the work of the visual deficient, which are hired, in most cases, just to comply with legal requirements.

**Keywords: Education – Labor – Social Inclusion – Visual Deficient – Work**



## LISTA DE GRÁFICOS e QUADROS

	página
QUADRO I - Rede Municipal de Ensino em 2002	73
QUADRO II - Rede Municipal de Ensino em 2003	74
QUADRO III - Rede Municipal de Ensino em 2005	74
QUADRO IV - Matrículas nas classes especiais e salas de recurso na Rede Estadual de Ensino	79
QUADRO V - Matrículas de alunos com deficiência no Colégio Politécnico	83
QUADRO VI - Matrículas dos alunos incluídos nas classes regulares, no Município de Sorocaba, em 2002	90
QUADRO VII - Matrículas dos alunos incluídos nas classes regulares, no Município de Sorocaba, em 2003	90
QUADRO VIII - Matrículas dos alunos incluídos nas classes regulares, no Município de Sorocaba, em 2004	90
QUADRO IX - Matrículas dos alunos no Ensino Regular em Sorocaba	93
QUADRO X - Matrículas dos alunos incluídos em Sorocaba	93
QUADRO XI - Matrículas na Educação Especial	94
QUADRO XII - Percentuais de atendimento na Educação Especial em Sorocaba	95
QUADRO XIII - Síntese das matrículas dos alunos incluídos nas classes regulares e das matrículas na Educação Especial	100
QUADRO XIV - Necessidades levantadas pelas pessoas com deficiência visual durante as entrevistas	115
GRÁFICO I - Inclusão de Deficientes em Classes Regulares - 2002	90
GRÁFICO II - Inclusão de Deficientes em Classes Regulares - 2003	90
GRÁFICO III - Inclusão de Deficientes em Classes Regulares - 2004	90

## SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACM	Associação Cristã de Moços
ADERES	Associação dos Deficientes da Região de Sorocaba
APADAS	Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Sorocaba
ASAC	Associação Sorocabana de Atividades para Deficientes Visuais
CEAPD – SP	Conselho Estadual para Assuntos dos Portadores de Deficiência de São Paulo
CEASA	Nome fantasia do Departamento de Abastecimento da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP)
CENP	Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas
CESSO	Centro de Educação Supletiva de Sorocaba
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
CIESP/FIESP	Centro e Federação da Indústria do Estado de São Paulo
CIF	Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde
CMPPD	Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência
CORDE	Coordenadoria Nacional Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
EE	Escola Estadual
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FACENS	Faculdade de Engenharia de Sorocaba
FADI	Faculdade de Direito
FATEC	Faculdade de Tecnologia de São Paulo
IBDD	Instituto Brasileiro de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MEC	Ministério da Educação
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil

## SIGLAS E ABREVIATURAS

continuação

OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RGPS	Regime Geral da Previdência Social
SAPT	Serviço de Apoio Psicológico e Terapêutico
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados
SECID	Secretaria da Cidadania
SEDU	Secretaria da Educação
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SERT	Secretaria de Relações do Trabalho
SES	Secretaria da Saúde
SESI	Serviço Social da Indústria
SP	São Paulo
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIP	Universidade Paulista
UNISO	Universidade de Sorocaba
URBES	Empresa de Transporte Urbano de Sorocaba

## SUMÁRIO

	página
INTRODUÇÃO.....	13
a) Objetivos.....	16
b) Mapeando o campo.....	17
I. DEFICIENTE VISUAL – EDUCAÇÃO – TRABALHO.....	29
1.1 Notas sobre a história da educação do deficiente visual no Brasil.....	29
1.2 Ética e cidadania.....	37
1.3 Educação e inclusão social.....	40
1.4 Portadores de deficiência e o mundo do trabalho.....	49
1.5 Proteção do direito ao trabalho da pessoa com deficiência.....	56
1.6 Dados sobre a deficiência no Brasil.....	64
II. POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS.....	68
2.1 Apresentando Sorocaba.....	68
2.2 O atendimento educacional aos alunos com deficiência em Sorocaba.....	72
2.2.1 Na Rede Municipal de Ensino.....	72
2.2.2 Na Rede Estadual de Ensino.....	79
2.2.3 No Colégio Politécnico.....	82
2.3 Análise da evolução das matrículas dos alunos com deficiência em Sorocaba.....	87
2.4 Comentários sobre as entrevistas realizadas com representantes dos órgãos que prestam atendimento às pessoas com deficiência, em Sorocaba.....	100
III. DANDO VOZ AOS DEFICIENTES VISUAIS.....	111
3.1 Perfil dos entrevistados.....	111
3.2 Síntese das necessidades apontadas pelas pessoas com deficiência.....	114
a) Em relação à educação.....	115
b) Em relação à acessibilidade.....	118
c) Em relação ao lazer.....	120
d) Em relação à ASAC.....	121
e) Em relação à inclusão social.....	124
f) Em relação ao apoio familiar.....	127
3.3 Comentários sobre as entrevistas com as pessoas deficientes visuais.....	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	137
ANEXOS.....	142

## INTRODUÇÃO

A educação especial vem sendo discutida há muito tempo no meio acadêmico e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), seguindo as determinações da Constituição Federal de 1988, dá destaque e orienta a profissionalização dos alunos com necessidades especiais. Acreditamos que a educação é um dos canais que conduzirá à inserção dessas pessoas ao mercado de trabalho, dando-lhes possibilidades de vislumbrar uma vida mais independente, além de estar contribuindo para o aumento da sua auto-estima, uma vez que elas se sentirão produtivas.

Desde 1999, a autora deste trabalho é voluntária na Associação Sorocabana de Atividades para Deficientes Visuais (ASAC), que é uma instituição de caráter filantrópico dedicada ao atendimento dos deficientes visuais de Sorocaba e região. Conforme o Manual informativo da ASAC (2002, p. 1), a instituição tem por objetivo:

Habilitar e reabilitar o portador de deficiência visual, através de treinamentos específicos, em atividades afins, proporcionando-lhe conhecimentos para o desempenho de diferentes tarefas da vida cotidiana, além de trabalhar a sua independência bio-psico-social.

Enquanto voluntária, a função da autora é dar suporte pedagógico aos alunos que necessitam de apoio extra classe para acompanhar a classe regular. Também faz gravações de textos quando o material impresso não tem correspondente em Braille.

A instituição atende a uma clientela bem heterogênea: há os que são cegos de nascença, os que têm visão subnormal e os que se tornaram cegos por acidente ou por terem contraído alguma doença que desencadeou a cegueira.

Na ASAC, convivendo com os deficientes, muitas dúvidas foram surgindo e foram elas que motivaram a investigação sobre as dificuldades da inclusão social dessa população na sociedade, em particular, o acesso dessas pessoas ao mundo do trabalho, apesar de toda a legislação que normatiza, que dá diretrizes e ampara legalmente as pessoas com deficiência. Também foi percebido que há uma grande expectativa dos atendidos pela associação, em relação a fazer um curso e conseguir um trabalho. Mas, infelizmente, a maioria não consegue concluir os estudos, formar-se e ter uma habilitação que lhe dê condições de competitividade, chances de ser absorvido pelo mercado de trabalho e, assim, poder realizar um sonho, isto é, trabalhar e tornar-se economicamente ativo e auto-suficiente. Acabam submetendo-se a viver de assistencialismo ou a executar atividades estereotipadas para cegos, tais como artesanato, vendedor de alho ou fabricante de vassouras.

Neste contexto, considera-se oportuno o seguinte questionamento: a escolaridade é suficiente para garantir a empregabilidade? Para responder a essa questão partimos do pressuposto que a educação pode não ser suficiente, mas é fundamental e tem um enorme poder de transformação, pois ela interfere de forma positiva na inclusão e no acesso ao mundo do trabalho, que atualmente apresenta-se difícil até mesmo para aqueles que são graduados e não são deficientes.

A inclusão/exclusão não é responsabilidade única do poder público, pois todos nós, como integrantes da sociedade, temos uma parcela nesta empreitada, temos que estar engajados na luta a favor deste objetivo, ou seja, incluir as pessoas com necessidades especiais na sociedade, dando-lhes o direito de exercer a sua

cidadania. É preciso integrá-los ao convívio social, trabalhando a independência de cada um. Mas cabe principalmente ao poder público desenvolver ações que proporcionem a esta parcela da população uma melhor qualidade de vida, garantindo-lhes os direitos que todos, perante a Constituição Federal/1988, temos: o direito à educação, à saúde e ao trabalho. Esses direitos estão expressos no Artigo 6º.

São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Bronfenbrenner (1996, p. 9) considera que: “As políticas públicas têm o poder de afetar o bem estar e o desenvolvimento dos seres humanos, ao determinar as condições de vida”.

Tendo como base este conceito, investigou-se quais são as políticas públicas e as da iniciativa privada que vêm sendo desenvolvidas em Sorocaba com o objetivo de dar conta do atendimento a essas pessoas.

Assim sendo, espera-se que os resultados finais deste trabalho possam contribuir para a compreensão dos fatores que interferem na inserção das pessoas com deficiência ao mundo do trabalho e fornecer subsídios para as autoridades competentes desenvolverem outras ações que possibilitem às pessoas com deficiência terem este acesso, não por assistencialismo, mas por direito e reconhecimento das suas potencialidades, por acreditar que elas podem dar a sua contribuição à sociedade.

Pretende-se também fazer um alerta às entidades que atendem às pessoas com deficiência sobre a necessidade de estarem atentas ao mercado de trabalho, no sentido de promover a profissionalização adequada às necessidades deste mercado. No entanto, não deve desconsiderar outras metas para a educação desses indivíduos, de modo a contribuir para o desenvolvimento de sua capacidade criativa,

numa perspectiva de formação emancipadora com objetivos para além do mundo do trabalho e da necessidade de garantia da sobrevivência.

No que concerne às empresas, torna-se necessário divulgar e esclarecer a respeito das atividades compatíveis com as deficiências, conscientizando os empresários dos benefícios advindos dessa parceria, não só para os deficientes, mas também para as empresas que estarão dando a contrapartida quanto a sua responsabilidade social.

#### **a) Objetivos**

Estamos na época da globalização e da automação dos meios de produção. A crise do desemprego é uma preocupação mundial. Este é um fantasma que assusta a todos os considerados “normais” e, com certeza, as pessoas com deficiência são tão ou mais afetadas neste contexto.

Numa sociedade capitalista, competitiva, onde o capital é valorizado e cada vez mais o mercado exige uma especialização, faz-se, pois, necessária uma educação que prepare todos os indivíduos para esta nova era, mesmo sabendo que a educação por si só não assegura o acesso ao mercado de trabalho. Mas a competição será menos injusta se as pessoas forem preparadas adequadamente.

Segundo Veríssimo (1990, p. 57):

O direito à educação está vinculado ao direito ao trabalho. Sem trabalho não há integração, nem social, nem jurídica, nem política; a garantia de plenitude da identidade se legitima no “Cartão de Ponto”. Como o Deficiente Visual e por extensão, o “excepcional”, podem romper este estado de coisas na medida em que os direitos legais conquistados na luta pela sua aceitação enquanto pessoa, não é considerada? Como se libertar do ranço assistencial e caritativo, que a sociedade vidente oferece e que os deficientes aceitam, se desde o berço foram tutelados e orientados a se aproximarem da “norma”? Cria-se um impasse a nível existencial bastante sério e angustiante: o ser marginal e o conformado!



Preocupada com esta temática, a autora deste trabalho se propôs a fazer uma investigação sobre a inclusão social das pessoas com deficiência em Sorocaba, ressaltando a deficiência visual.

Os objetivos específicos desta pesquisa são:

- ◆ conhecer melhor quais são as políticas públicas desenvolvidas no município direcionadas à educação e à profissionalização desta parcela da sociedade, dando destaque à educação por entender que ela é fundamental no processo de inserção no mercado de trabalho e por considerar que o trabalho é uma das portas que se abre à inclusão social de todo cidadão;
- ◆ identificar quais são os programas oferecidos pelas entidades assistenciais que atendem aos deficientes visuais, em Sorocaba;
- ◆ verificar em que medida as determinações da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em relação à educação especial e à profissionalização dos deficientes, estão sendo atendidas em Sorocaba, tendo em vista que o município, desde 1990, vem trabalhando a inclusão escolar, disponibilizando aos interessados a matrícula nas escolas da rede pública;
- ◆ dar voz aos deficientes visuais para saber como eles estão percebendo o processo da inclusão e o que, na sua perspectiva, consideram necessário para que o processo se efetive e produza resultados.

## **b) Mapeando o campo**

“**A Inclusão Social do Deficiente Visual em Sorocaba**” é o tema deste trabalho. Na verdade, sabe-se que na inclusão social muitos fatores estão envolvidos, tais como: educação, lazer, trabalho, acessibilidade, acesso à cultura e outros mais.

Esta pesquisa restringiu-se a fazer uma investigação a respeito da inclusão do deficiente visual nas escolas e no mundo do trabalho em Sorocaba, considerando:

- ◆ que o trabalho é fundamental para a inclusão social de qualquer pessoa, inclusive das pessoas com deficiência;
- ◆ que a educação é um fator relevante para a inserção no mundo do trabalho.

Inicialmente foi feita uma revisão bibliográfica, com leituras que apontavam para a relação: educação-trabalho-inclusão social.

Também consideramos importante situar o município de Sorocaba, no sentido de mostrar o seu potencial em termos econômicos, seu desenvolvimento industrial, comercial e como estes fatores vêm se processando em ritmo acelerado ao longo das últimas décadas.

Numa abordagem qualitativa, foi feita uma pesquisa para saber quais as políticas que vêm sendo adotadas em Sorocaba, tanto pelo poder público como pela iniciativa privada, no sentido de incluir socialmente as pessoas com deficiência. Foi dado um maior destaque às políticas educacionais, principalmente sobre a importância da escola e as suas funções de caráter formativo, informativo e de qualificação para o mundo do trabalho.

Para se ter maior clareza sobre as políticas acima mencionadas, foi preciso analisar documentos e dados estatísticos que dessem subsídios, sinalizando como as pessoas com deficiência estão sendo atendidas no município. Com esse propósito foi previsto ir a campo para entrevistar representantes das instituições assistenciais e dos órgãos públicos nas três esferas: federal, estadual e municipal, buscando dados e documentos que pudessem esclarecer sobre essa questão.

Triviños (1987, p. 137) afirma que:

A pesquisa qualitativa não admite visões isoladas, parceladas, estanques. Ela se desenvolve em interação dinâmica retroalimentando-se, reformando-se constantemente, de maneira que, por exemplo, a coleta de dados num instante deixa de ser tal e é análise de dados, e esta em seguida, é veículo para nova busca de informações. As idéias expressas por um sujeito numa entrevista, imediatamente analisadas e interpretadas, podem recomendar novos encontros com outras pessoas ou com a mesma, para explorar aprofundadamente o mesmo assunto ou outros tópicos que consideram importantes para o esclarecimento do problema inicial que originou o estudo.

Buscando manter a coerência em relação à metodologia adotada e sempre com a atenção voltada para a relação educação-trabalho, as entrevistas foram realizadas com o objetivo de se obter dados que esclarecessem sobre o atendimento que os deficientes visuais têm em Sorocaba e das suas reais possibilidades de inserção no mercado de trabalho, tendo em vista o apoio que esses diversos segmentos lhes oferecem.

As entrevistas foram solicitadas informalmente, via telefone. A primeira delas foi realizada na Secretaria de Relações do Trabalho e as demais foram acontecendo de acordo com a necessidade de buscar informações complementares a respeito do tema em estudo. Todas as entrevistas foram semi-estruturadas e orientadas pelas questões que motivaram esse trabalho, sendo que em alguns setores com questões mais específicas, mas em todas com a intenção de investigar como as pessoas com deficiência, em especial os deficientes visuais, são atendidos em Sorocaba. Buscando sempre conhecer os programas desenvolvidos pelos diferentes setores para essa clientela e quais são as repercussões dessas ações do ponto de vista de promover a inclusão social e o acesso ao mundo do trabalho, procurando conhecer os desafios, no sentido de identificar as barreiras que dificultam esse acesso.

Na Secretaria de Relações do Trabalho nos informaram não haver nenhuma ação específica direcionada à profissionalização das pessoas com deficiência, mas

que a Secretaria da Cidadania poderia dar maiores esclarecimentos sobre este assunto.

A Secretaria da Cidadania foi consultada e lá foram realizadas três entrevistas: uma com a Assistente Social, responsável pelos cursos oferecidos por esta secretaria, outra com a responsável pelos convênios mantidos pela Prefeitura de Sorocaba com as instituições assistenciais e a última com o Presidente do Conselho Estadual para Assuntos dos Portadores de Deficiência de São Paulo (CEAPD-SP), que é a pessoa que liderou a criação do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência em Sorocaba.

Tendo como ponto de partida a relação fornecida pela Assistente Social, das vinte e nove entidades que mantêm convênio com a Prefeitura de Sorocaba, foram feitos contatos com duas delas: a ASAC e a Associação dos Deficientes da Região de Sorocaba (ADERES), por estarem mais próximas ao nosso objeto de estudo, ou seja, os deficientes visuais. A ASAC, por ser a única que atende exclusivamente o deficiente visual e a ADERES, por ser uma entidade que tem entre seus objetivos a inserção do deficiente no mercado de trabalho.

Na ASAC entrevistamos: a funcionária responsável pela administração da associação, que nos deu informações sobre o histórico da entidade, seus objetivos e quais os critérios para admissão do deficiente visual na instituição; e a pedagoga, que descreveu o trabalho que ela desenvolve com os deficientes, tendo abordado também a parceria da associação com a Prefeitura Municipal.

O contato seguinte foi com a Secretaria Municipal de Educação (SEDU), procurando obter mais informações sobre o atendimento das crianças com deficiência na rede municipal de ensino e dados estatísticos relativos ao número de alunos com deficiência matriculados na rede.

De todos os órgãos contatados, a SEDU foi a mais resistente em conceder entrevista e fornecer dados. O primeiro contato nessa secretaria foi com a Supervisora de Ensino Fundamental que falou sobre a política educacional inclusiva do município. Este encontro foi muito importante porque esta supervisora vem tendo uma atuação significativa no processo de inclusão escolar no município e foi a pessoa que coordenou os trabalhos que deram origem ao Plano Decenal de Educação de Sorocaba.

Quanto aos dados a respeito do número de alunos deficientes matriculados na rede municipal de ensino, houve também bastante resistência da SEDU em fornecê-los. O primeiro pedido foi feito informalmente, em 27 de janeiro de 2005, com a promessa de serem fornecidos no início de fevereiro. Após retornar à SEDU outras vezes — e sem sucesso — foi feito o pedido, por ofício e protocolado, no dia 12 de abril. Foi dado o retorno — e de modo parcial — dos dados solicitados, no dia 20 de junho.

Entendíamos que esses dados fossem disponibilizados mais facilmente porque o município, desde a década de 90, vem anunciando uma política de educação inclusiva. Entende-se que ao elaborar um projeto algumas questões devem estar claras, entre elas, conhecer o público alvo. Portanto, acreditamos não existir um único motivo plausível que justifique a SEDU não considerar conveniente a divulgação dos dados referentes às matrículas dos alunos incluídos na rede municipal de ensino.

Continuando nesta ação investigativa, a entrevista seguinte foi com a Supervisora de Educação Especial da Diretoria Regional de Ensino, ligada à Secretaria de Estado de Educação. Nesta oportunidade recebemos o documento que normatiza o funcionamento da sala de recursos e os dados sobre a evolução do

número de matrículas dos alunos com deficiência, nos ensinos: fundamental, médio e profissionalizante da rede estadual de ensino. Foi verificado que poucos deficientes chegam ao ensino médio, conforme veremos adiante, no item 2.3 deste trabalho.

Dando prosseguimento à busca de informações sobre o atendimento escolar disponível aos alunos com deficiência em Sorocaba, consultamos algumas escolas da rede privada que oferecem cursos profissionalizantes, para saber se tinham alunos com deficiência matriculados. As escolas consultadas foram: cinco escolas profissionalizantes da cidade (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, Serviço Social da Indústria – Sesi, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, Colégio “Rubens de Faria e Souza” e o Colégio Politécnico); duas universidades (Universidade de Sorocaba – UNISO e a Universidade Paulista – UNIP); e quatro faculdades (Faculdade de Engenharia de Sorocaba – FACENS, Faculdade Uirapuru, Faculdade de Direito – FADI, e Faculdade de Medicina da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em Sorocaba). Ao todo foram encontrados seis alunos deficientes visuais: três estão no Colégio Politécnico, um na UNISO e dois na Faculdade Uirapuru.

Feito o mapeamento do atendimento educacional, passamos para uma nova fase: procurar saber quais são as possibilidades de trabalho dessas pessoas e em que medida a legislação que lhes dá apoio está sendo cumprida em Sorocaba. Para tal, entrevistamos a Delegada do Ministério do Trabalho, responsável pela fiscalização das “cotas” em Sorocaba e região, e com a assistente social do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), responsável pela reabilitação dos beneficiados que se encontram afastados por motivo de doença.

Além dos contatos mencionados, também foram entrevistados seis deficientes visuais: quatro deles com cegueira total e dois deles com visão sub normal. Nas

entrevistas buscou-se recuperar o percurso de suas formações educacionais e a relação entre tais formações e o mundo do trabalho. Em geral, as questões colocadas nas entrevistas, semi-estruturadas, foram as seguintes: a trajetória acadêmica, as dificuldades encontradas e qual a percepção que os entrevistados têm sobre as políticas públicas no município direcionadas ao atendimento das pessoas com deficiência e sobre a aposentadoria concedida pelo governo a essas pessoas, através da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS – Lei nº 8.742/1993).

Os deficientes visuais entrevistados foram escolhidos a partir dos contatos feitos com a ASAC e com o Colégio Politécnico.

Procuramos compor o grupo de entrevistados com pessoas que, embora oriundas de uma mesma instituição, em termos de trajetória educacional e do seu vínculo com o mundo do trabalho representassem situações diferentes.

Consideramos essa diversidade importante para que as conclusões se aproximem o mais possível da realidade.

Neste trabalho identificamos os entrevistados apenas pela primeira letra dos seus nomes, de modo a preservar sua identidade.

A seguir, apresentamos um breve perfil do grupo, levando em consideração:

### **Situação Social**

Com exceção do 'J', cuja família é de classe média, todos os demais são de famílias de baixa renda.

### **Período da vida que ficaram deficientes**

'A', 'L' e 'Z' na idade adulta;

'G' de nascença;

‘J’ na infância; e

‘R’ na adolescência.

### **Formação Escolar**

Todos se alfabetizaram em Braille;

‘A’ não quis prosseguir os estudos e dedicou-se aos esportes;

‘A’, ‘L’, ‘R’ e ‘Z’ não tinham escolaridade quando ficaram deficientes visuais;

‘G’ é ex-aluno do Colégio Politécnico;

‘J’ atualmente cursa o ensino médio neste colégio; e

‘L’, ‘R’ e ‘Z’ continuaram a estudar após se alfabetizarem em Braille.

### **Vínculo com o trabalho**

‘A’ é vendedor ambulante;

‘G’ trabalha no SENAI;

‘L’ está desempregado;

‘R’ é funcionária pública; e

‘Z’ é recepcionista da ASAC (apesar de sua formação como professor do Ensino Fundamental, de 1ª à 4ª séries, e licenciatura plena em História).

### **As entrevistas**

Preparamos um roteiro de modo a conseguir dos entrevistados o maior número possível de informações referentes ao atendimento que o município oferece às pessoas com deficiência, dando destaque ao nosso público alvo e ao nosso objeto de estudo, isto é, a inclusão social do deficiente visual em Sorocaba.



As entrevistas ocorreram em horários previamente agendados. Inicialmente foram apresentados ao entrevistado os objetivos do trabalho. Em seguida lhes foi pedida autorização para gravar as entrevistas e publicar as informações consideradas relevantes ao tema pesquisado.

Desse modo, dava-se início à entrevista e, no final, era feito um resumo do que havia sido conversado e agradecíamos pelas informações prestadas.

Os roteiros das entrevistas encontram-se nos seguintes anexos:

**ANEXO A** – Roteiro das Entrevistas com as Supervisoras de Ensino;

**ANEXO B** – Roteiro das Entrevistas com os Deficientes Visuais;

**ANEXO C** – Roteiro das Entrevistas com os Representantes das Entidades Assistenciais;

**ANEXO D** – Roteiro das Entrevistas com os Representantes das demais Secretarias Municipais.

Sempre que possível, as transcrições das gravações foram feitas logo em seguida às entrevistas. Inicialmente numa transcrição literal, procurando ser fiel à palavra falada, embora reconhecesse a dificuldade, porque como Thompson (1998, apud CAIADO, 2003, p. 49) afirma: “a palavra falada pode ser facilmente deformada ao ser passada para o papel [...] existe desde logo uma perda inevitável do gesto ou expressão facial, do tom e do ritmo”.

Tendo em vista que as entrevistas foram informais, após a transcrição literal foi feita uma releitura, eliminando as gírias e as repetições próprias da linguagem oral em momentos quando o foco está nas informações prestadas e não há preocupação no aspecto formal da língua.

Das entrevistas com os representantes do poder público e das instituições destacamos alguns trechos para ilustrar este trabalho.

As entrevistas com os deficientes encontram-se na íntegra, no ANEXO E.

Nas entrevistas com os representantes do poder público foram coletados os seguintes documentos e/ou dados:

**A – Na Diretoria Regional de Ensino:**

- ◆ evolução do número de matrículas dos alunos com deficiência na rede estadual de ensino de Sorocaba entre 2003 e 2005; e
- ◆ documento que normatiza o atendimento da sala de recursos.

**B – Na Secretaria Municipal de Educação:**

- ◆ o número de alunos matriculados na rede municipal de ensino, em 2005;
- ◆ atendimentos feitos no Serviço de Apoio Psicológico e Terapêutico (SAPT) nos anos de 2002 e 2003;
- ◆ plano decenal de educação da Secretaria Municipal de Educação; e
- ◆ projeto apresentado ao Prefeito para dar atendimento aos alunos com deficiência matriculados na rede municipal de ensino.

**C – Na Secretaria Municipal da Cidadania:**

- ◆ relação das entidades assistenciais que mantêm convênio com a Prefeitura.

**D – No Colégio Politécnico:**

- ◆ quadro de matrículas de alunos com deficiência no Colégio Politécnico, período de 1999 a 2005;

**E – Na Delegacia do Trabalho:**

- ◆ relação de currículos de pessoas com deficiência entregue à Delegada Regional do Trabalho em 2004; e

- ◆ relação das empresas que empregam pessoas com deficiência em Sorocaba e região (em 2003).

O trabalho foi dividido da seguinte forma:

No **Capítulo I — Deficiente Visual – Educação – Trabalho**, foi feita uma revisão bibliográfica buscando na literatura contribuições de alguns autores que vêm se dedicando ao estudo da inclusão das pessoas com deficiência e que dão destaque à relação inclusão – educação – trabalho.

No **Capítulo II — Políticas Públicas Municipais**, foram mencionadas as políticas públicas adotadas em Sorocaba, direcionadas ao atendimento das pessoas com deficiência. Antes, porém, considerou-se importante caracterizar Sorocaba, mostrando a relevância que ela tem na economia do estado e da região. Apresentou-se o retrato do atendimento educacional da cidade, com base nos dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e documentos obtidos nas entrevistas.

Em seguida, foi feita uma análise das entrevistas realizadas com os representantes dos diversos segmentos do poder público e das instituições que atendem as pessoas com deficiência em Sorocaba, destacando alguns trechos para ilustrar este trabalho.

No **Capítulo III — Dando Voz Aos Deficientes Visuais**, inicialmente foi realizada uma síntese das necessidades apontadas pelos deficientes nas entrevistas, consideradas por eles como sendo importantes para a efetivação da inclusão social dessas pessoas no município e, na seqüência, foi feita uma análise das entrevistas, destacando os trechos considerados mais significativos.

Após ouvir pessoas que trabalham nos segmentos que dão atendimento aos deficientes, entrevistar um grupo de deficientes que consideramos como representativo

do universo dos deficientes visuais da região de Sorocaba e analisar os documentos obtidos, fizemos algumas considerações em relação à inclusão social do deficiente visual no Município, dando destaque à relação educação – trabalho.

## **I. DEFICIENTE VISUAL – EDUCAÇÃO – TRABALHO**

Uma civilização é julgada pelo  
tratamento que dispensa às minorias.

**Mahatma Gandhi**

Neste capítulo é feito um breve relato sobre como os deficientes visuais têm sido atendidos no Brasil ao longo da história. Em seguida é abordada a questão da inclusão social como direito e a importância da educação, não só como facilitadora do acesso ao mundo do trabalho — oportunizando o conforto e melhoria da qualidade de vida — mas também como necessária para a realização pessoal.

### **1.1 Notas sobre a história da educação do deficiente visual no Brasil**

Costa (2005, p. 83) afirma que:

Em uma sociedade de classes e de luta entre o trabalho e o capital, faz-se necessário abandonar a concepção abstrata de deficiência ou de deficiente e analisar a questão do ponto de vista histórico-social, pois só dessa maneira é possível compreender a amplitude do conceito de deficiência.

Uma retrospectiva histórica mostra que a educação dos deficientes visuais assumida pelo poder público, não só no Brasil, mas também em muitos outros países, foi inspirada no modelo francês adotado após a Revolução de 1789 quando a Assembléia Nacional assumiu uma Instituição presidida por Valentin Haüy destinada à educação de cegos. O Prof. Antônio Lisboa da Silva, em um discurso

apresentado em 1896, fez referência a este marco histórico, pois até então as pessoas com deficiência eram atendidas pelas famílias ou pelas entidades assistenciais. Para ele:

Foi a primeira vez que o poder público se manifestou em favor dos infelizes. Mas, assim como os benefícios da Revolução Francesa atingiram todos os povos, assim também o generoso exemplo dado pela Convenção Nacional não tardou a ser imitado, e hoje, a grande maioria das nações civilizadas ufana-se em manter às custas dos cofres públicos, ao menos uma escola em que os meninos cegos se habilitem para virem um dia a ser cidadãos úteis.<sup>1</sup>

As experiências positivas realizadas na França ensinando aos cegos a ler e escrever chegaram ao Brasil e José Alvarez de Azevedo, incentivado pelo Desembargador Maximiliano Antonio de Lemos, foi o primeiro deficiente visual brasileiro a seguir para a França e lá ficou por seis anos fazendo cursos. De volta ao Brasil, foi procurado pelo médico da Imperial Câmara, Dr. Sigaud, pedindo-lhe que ensinasse a sua filha que havia recentemente perdido a visão. Alvarez de Azevedo atendeu-lhe o pedido, não só alfabetizando-a em Braille, mas também lhe ensinando música.

Logo depois que voltou da Europa, Alvarez de Azevedo foi apresentado a Sua Majestade o Imperador D. Pedro II que, ao vê-lo ler e escrever em Braille, disse: “A cegueira já não é mais uma desgraça”. Com esta frase o Imperador bem refletia o modo de pensar da época quanto à deficiência, isto é, ela era considerada um infortúnio para a pessoa e para a família.

Por intercessão do Dr. Sigaud e sob as orientações de Alvarez de Azevedo, o Imperador autorizou a construção de uma escola destinada a educação dos cegos e, em 20 de setembro de 1854, foi inaugurado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos,

---

<sup>1</sup> Trecho do discurso apresentado em 1896 por Antônio Lisboa Fagundes da Silva, cego, professor de Língua Francesa do Instituto Benjamin Constant, por ocasião da sessão festiva de 20 de setembro de 1896. Naquela ocasião ele quis ressaltar o progresso das associações voltadas aos interesses das pessoas cegas, numa demonstração de que as minorias podem e devem escrever sua própria história. – Revista Benjamin Constant – Edição comemorativa de 150 anos, set/2004.p.15.

atual Instituto Benjamin Constant, tendo como finalidade o ensino especial para pessoas com cegueira ou com visão subnormal. Foi uma grande conquista e um marco na história da educação de cegos no Brasil, segundo Mendes e Ferreira (1995) este evento mereceu destaque na imprensa, como mostra a manchete de um jornal da época, o *Jornal do Commercio* (1854):

O Instituto tem por fim educar meninos cegos e prepará-los, segundo sua capacidade individual, para o exercício de uma arte, de um ofício, de uma profissão liberal. É, pois, uma casa de educação e não um asilo, e muito menos um hospício; uma tríplice especialidade, música, trabalhos, ciência, eis o que constitui sua organização especial.

Segundo os autores acima citados, até 1926, quando em Belo Horizonte foi inaugurado o Instituto São Rafael, o Instituto Benjamin Constant foi a única Instituição especializada para cegos no Brasil. Caiado (2002, p. 223) aponta a criação do Instituto como um marco na história brasileira de educação de cegos e acrescenta:

A criação do Instituto no século XIX, com a finalidade de educar os meninos cegos, revela-se em consonância com as concepções de educabilidade das pessoas deficientes divulgadas através das promissoras experiências pedagógicas de Jacob Rodrigues Pereira (1715-1780), Valentin Haüy (1745-1822) e Jean Marc Gaspardltard (1774-1838).

Práticas pedagógicas que emergem fundamentadas no ideário liberal, onde a educação passa a ser defendida como um direito de todos, uma vez que se coloca como base para o exercício da cidadania expresso no direito civil e político. Não mais anátema divino, a deficiência analisada, a partir de referências científicas, passa a ser uma condição que não impede o processo educacional.

De fato, ao estudar a história desse Instituto, pode-se perceber através das atividades oferecidas a preocupação que existia em oferecer a esses alunos uma educação e uma formação profissional que lhes desse autonomia, como podemos conferir no texto abaixo, publicado no *Jornal do Commercio* (1854), por ocasião da inauguração do então Instituto do Meninos Cegos do Brasil, hoje Instituto Benjamin Constant (1995, p. 1):

Este Instituto priorizava a educação e ensinava algumas profissões compatíveis com a cegueira.

Inclusive, preocupava-se em oferecer profissões operacionais, como: empalhador de cadeiras, tamanqueiro, torneiro e encanador, pois

este Instituto já entendia que nem todos se realizariam em atividades intelectuais, não só por limitação de alguns, mas também por dificuldade de conseguir emprego, dificuldade esta que era aumentada devido aos preconceitos sociais.

A Revista Benjamin Constant nº 1 (1995, p. 3), em referência ao segundo Diretor do Instituto, Conselheiro Cláudio Luiz da Costa, que assumiu a direção após a morte do Dr. Sigaud, destaca que o fato mais importante de sua gestão foi a montagem de uma tipografia para a impressão em pontos salientes, em 1861: “Era lançado o alicerce da atual imprensa em Braille e, já em 1863, publica-se o primeiro livro em alto relevo no Brasil.”

É interessante mencionar que em 1835, portanto dezenove anos antes da inauguração do Instituto Benjamin Constant, o Conselheiro Cornélio Ferreira França, Deputado pela província da Bahia, participante de ações filantrópicas, já havia apresentado uma proposta à Câmara, pedindo que em cada província tivesse um professor de primeiras letras para cegos e surdos-mudos nas escolas da Corte e das capitais das províncias. Não foi aprovado por ser final de mandato e seu idealizador não ter sido reeleito. (Revista Benjamin Constant, nº1, 1995, p.1). Só mais tarde, em 1854, a idéia efetivou-se, e em grande medida, pelo empenho do Dr. Sigaud.

Aranha (2001, p. 161) observa:

O que parece ter realmente motivado o envolvimento do poder público com a administração do fenômeno foram as necessidades e o interesse de alguns indivíduos, que usaram dos meios de influência disponíveis para obter um suporte que lhes possibilitasse melhorar as condições de vida de pessoas com deficiência de suas relações.

A história nos mostra que o tratamento dispensado às pessoas com deficiência sofreu modificações ditadas pelas influências de fatores político-econômicos e respaldadas pelos conhecimentos disponíveis em cada época.

Segundo Santos (1995 apud FRANCO; DIAS, 2005, p.6) na década de 70 o movimento de integração na Europa surgiu como decorrência histórica de três



fatores: das duas guerras mundiais, do fortalecimento do movimento pelos direitos humanos e do avanço científico – era o início da era da integração.

Muitas pessoas voltavam da guerra com alguma deficiência e em consequência desse fato houve também redução na oferta de mão de obra.

Caiado (2002) assinala que a necessidade de novas forças de trabalho no mercado favoreceu os programas de integração.

A relação da sociedade brasileira com as pessoas deficientes, assim como em todo o mundo, também sofreu mudanças e Aranha (2001) as sintetiza em três momentos, aos quais ela denominou de Paradigmas, a saber:

**PARADIGMA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO:** caracterizado pela retirada das pessoas com deficiência de suas comunidades e mantendo-as em instituições segregadas. No Brasil colonial cabia à família a responsabilidade de cuidar dessas pessoas, que na ausência de políticas públicas voltadas para atender a esse segmento da população, apoiavam-se em suas crenças.

De maneira geral, crenças no sobrenatural e a ignorância técnico-científica determinavam na população, a prevalência de uma leitura metafísica carregada de mitos, preconceitos e fatalismos no que se refere a deficiência e à pessoa portadora de deficiência. Essa leitura por sua vez, fazia do trato da deficiência uma tarefa difícil, dolorosa e frustrante.

A segregação era justificada porque as pessoas deficientes eram consideradas desnecessárias para o sistema de produção então vigente no país, constituíam uma ameaça para a saúde pública e um ônus para a família.

**PARADIGMA DE SERVIÇOS:** teve como principal objetivo “ajudar pessoas com deficiência a obter uma existência tão próxima ao normal possível, a elas disponibilizando padrões e condições de vida cotidiana próximas às normas e padrões da sociedade”.

Alguns fatores contribuíram para essa mudança de paradigma, passando do assistencialismo e da segregação para o da normatização, entre eles: o fortalecimento do capitalismo; as críticas à institucionalização e à segregação; o princípio da normalização que caracterizou a década de 60, dando à pessoa com deficiência o direito de conviver em sociedade, desde que ela se adaptasse ao meio. O princípio da normalização presumia a existência de uma “condição normal” representada pelo maior percentual de pessoas na curva estatística de normalidade e uma “condição de desvio”, representada por pequenos percentuais de pessoas na mesma curva. Outro fator muito considerado foi o custo social para manter as instituições que proliferaram na primeira metade do século XX.

Aranha (2001, p. 165) ressalta que:

A relação da sociedade com as pessoas com deficiência, no contexto desse novo paradigma, mudou substancialmente, já que se buscou garantir serviços e recursos que pudessem “modificar” as pessoas com deficiência, no sentido de favorecer-lhes a aproximação maior possível do estado “normal”.

**PARADIGMA DOS SUPORTES:** “fundamentado no princípio da diversidade, no princípio da igualdade e no conceito da inclusão social”.

Entendendo-se por “Inclusão Social” o processo bi-direcional, de construção coletiva, que implica em ajuste mútuo, onde cabe à pessoa portadora de deficiência a manifestação com relação as suas necessidades, e à sociedade, a implementação dos ajustes e providências necessárias que a ela possibilitem o acesso imediato e definitivo à convivência no espaço comum, não segregado.

A inclusão é um tema relativamente novo no mundo, ganhando força após a Segunda Guerra Mundial, quando os países envolvidos com a guerra tiveram que pensar nos combatentes acidentados.

A publicação Aluno na Escola Brasil (MEC, 1994) destaca que embora a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº4.024/61) já sinalizasse nessa direção, somente

ocorreram uns poucos movimentos na década de 80, mas foi com a proposta da educação inclusiva da Lei 9.394/96, pautada no Artigo 208 da Constituição Federal de 1988, que o movimento tomou força. Até então, a prática social efetiva na área da educação especial estava centrada em instituições especializadas de caráter filantrópico e, mais do que isso, é importante lembrar que a maioria das pessoas deficientes não recebia atendimento educacional algum.

Voltemos ao Instituto Benjamin Constant. Analisando os seus Regimentos, pode-se perceber que desde a sua criação, em 1854, ele sempre ofereceu aos seus alunos uma instrução acadêmica associada à capacitação profissional e cursos visando uma formação integral, procurando adequar-se às influências da época.

Por ocasião de sua criação era subordinado ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império e tinha como finalidades proporcionar aos jovens deficientes visuais “a instrução primária, a educação moral e religiosa, o ensino da música; alguns ramos de instrução secundária e o de ofícios fabris”. (Regulamento Provisório do Imperial Instituto dos Meninos Cegos).

Em 1890, após a Proclamação da República, o Marechal Deodoro da Fonseca aprovou o Regulamento do Instituto dos Meninos Cegos acrescentando aos fins anteriormente citados a educação física, a educação cívica e expandia a educação formal para a educação secundária. Além disso, o Art.1º do Regulamento de 1890 previa: “[...] auxílio e proteção para facilitar-lhes os meios de dar livre expansão às suas diversas aptidões físicas, morais e intelectuais...” Percebe-se a clara preocupação, já naquela época, em respeitar as diferenças individuais e em oferecer atividades que proporcionassem ao deficiente oportunidades de alcançar sua realização pessoal.

Hildebrandt (2004, p. 28) destaca que no período do Estado Novo o governo brasileiro procurou modernizar o nosso sistema de produção, substituindo o modelo agro-exportador pelo desenvolvimento industrial. Para que esta mudança se efetivasse deu-se ênfase à educação e “a luta contra o analfabetismo começava a ganhar novo peso no discurso dos políticos”.

Com o desenvolvimento tecnológico e os conflitos vividos pela sociedade a partir do pós-guerra, muitas modificações foram verificadas em todos os setores. As instituições educacionais não deixaram de sentir a influência desse processo.

Foi nesse período, em 1943, que o Presidente Getúlio Vargas através do Decreto-Lei nº 6.066 dispôs sobre a finalidade do IBC.

A importância educativa do Instituto ficava evidente já no seu novo Regimento: sua direção passou a ficar subordinada ao Ministério da Educação e Saúde, estendeu o atendimento aos pré-escolares e sinalizou para a habilitação adequada dos professores que atendiam a esses alunos, conforme estabelecia o seu Art. 1º:

Art. 1º. O Instituto Benjamin Constant (IBC), órgão integrante do Ministério da Educação e Saúde, diretamente subordinado ao Ministro do Estado, tem por finalidade:

**I** – ministrar aos menores cegos e amblíopes, de ambos os sexos, educação compatível com as suas condições peculiares;

**II** - promover a educação pré-escolar e pós-escolar dos alunos;

**III** - manter cursos para a reeducação de adultos cegos e amblíopes;

**IV** - habilitar professores na didática especial de cegos e amblíopes;

**V** - realizar pesquisas médicas e pedagógicas relacionadas com as anomalias da visão e prevenção da cegueira; e

**VI** - promover, em todo país a alfabetização de cegos ou orientar, tecnicamente, esse trabalho, colaborando com os estabelecimentos congêneres estaduais ou locais (Revista Benjamin Constant – set. 2004, p. 28).

Através da análise dos seus regimentos, pode-se observar as diversas mudanças pelas quais o Instituto passou. Desde a sua fundação houve a preocupação em oferecer a seus alunos um atendimento de qualidade. Acreditando

na potencialidade de seus alunos, os cursos foram aos poucos sendo ampliados.

Caiado (2002, p.224) destaca que:

[...] em 1946, o curso ginásial, atual segundo ciclo do ensino fundamental, ministrado no Instituto, era equiparado ao curso ginásial do Colégio Pedro II, o que permitiu o ingresso dos alunos deficientes visuais no ensino médio e superior. Já em 1949, três alunos cegos se beneficiaram dessa equiparação e ingressaram no ensino regular. Nas últimas três décadas, o Instituto tem realizado sistemático trabalho de capacitação docente na área da deficiência visual para os professores de todo o país.

## 1.2 Ética e cidadania

Segundo Mendes (2002), “a questão da inclusão é uma questão de valor, ou seja, um imperativo moral. Não há como questioná-lo dentro da ética vigente nas sociedades ditas democráticas”.

Segundo Paula (1996) as pessoas com necessidades especiais têm direito à satisfação de suas necessidades, à justiça e ao respeito às suas diferenças para poderem viver com dignidade. Estes direitos são ameaçados em nossa sociedade capitalista e consumista, onde se supervaloriza “o ter”, a produção, a competitividade, o lucro, a beleza física e a independência. Nesta ótica, as pessoas que não correspondem a tais expectativas são consideradas um problema de difícil solução e, tais como os problemas difíceis de serem resolvidos, em geral, vão sendo postergados até serem esquecidos.

A história da educação especial, em nosso país, segundo Mazzotta (1996), revela que a “educação das pessoas com deficiência” tem em grande medida, sido delegada a religiosos e filantropos numa perspectiva segregacionista, assistencialista e terapêutica.

A mídia mantém um calendário fazendo grandes reportagens por ocasião de algumas datas comemorativas, por exemplo, a Semana do Deficiente. Nessa

oportunidade são divulgadas algumas conquistas dos diversos segmentos e apontam as dificuldades enfrentadas por essas pessoas na luta pela inclusão social. Passadas as comemorações, caem no esquecimento e no cotidiano esses problemas vão perdendo o destaque. E estas pessoas com necessidades especiais vão sendo esquecidas e marginalizadas, impedidas de exercerem integralmente o princípio básico de cidadania, isto é, sentir-se e firmar-se como homem na sociedade, com direito a uma convivência baseada nos princípios éticos e do bem comum. Como bem resume Paula (1996, p. 91) em um artigo sobre Ética, Cidadania e Educação Especial:

Ser cidadão é ter o direito de ser homem, é pertencer à humanidade. A exclusão de uma parcela da população, impedindo-a de ter acesso à cidadania, impossibilita o caráter ético da sociedade. A cidadania só pode ser moral e efetiva se for universal.

Para Aranha (2001, p. 170):

A idéia de inclusão se fundamenta em uma filosofia que reconhece e aceita a diversidade na vida em sociedade e garante a todos o acesso a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo ou grupo social.

Em todo o mundo, muito se tem debatido a respeito destes temas: ética, cidadania, justiça e igualdade social. Muitas bandeiras têm sido levantadas no sentido de fazer valer os direitos humanos universais ditados pela Organização das Nações Unidas (ONU), dando a todos o direito de acesso à cidadania e o respeito às diferenças: étnicas, sociais, culturais, morais, econômicas ou por apresentarem necessidades especiais por deficiências física, sensorial ou mental.

Paula (1996, p. 97) destaca que “o portador de deficiência reivindica justiça, o direito a igualdade e o respeito à diferença”.

Mas como fazer valer estes direitos para os deficientes quando, no mundo atual existem tantas pessoas sem qualquer tipo de deficiência e que, contudo,

também não conseguem tê-los, pois também fazem parte do rol dos excluídos da sociedade? Acredita-se que o melhor caminho para evitar a exclusão é pela educação, que permite nos apropriarmos dos conhecimentos e dos valores socialmente e historicamente construídos na sociedade.

Em relação à educação, Paula (1996) afirma que excluir um indivíduo da escola é privá-lo do saber, é impedir-lhe o acesso aos bens culturais e intelectuais, bens esses que são supervalorizados na sociedade atual, por serem considerados os elementos facilitadores à integração social, pois são eles que propiciarão novas oportunidades de trabalho e facilitarão o convívio social.

Em relação à educação especial, Costa (2005) alerta para a contradição, tendo em vista que para os indivíduos considerados deficientes a sociedade criou as instituições de educação especial, se elas foram criadas para integrar e normalizar essas pessoas não se justifica afastá-los do contexto geral da educação e dos meios normais de ensino.

A segregação não contribui para o desenvolvimento dessas pessoas. Giovana Garcia, deficiente visual, onze anos e que frequenta a Escola Estadual “Professor Arquimínio Marques da Silva”, em Sorocaba, em entrevista ao Suplemento “Cruzeirinho” do Jornal Cruzeiro do Sul do dia 11 de dezembro de 2005, declarou que:

Na minha opinião é preciso que as crianças, como eu, estudem em escolas normais para conhecer o mundo real. Se ela só tiver contato com crianças como ela, nunca vai saber como é o mundo real, e o mundo real é cheio de diferenças.

As instituições, por sua vez, desenvolvem um trabalho de acordo com o modelo da classe dominante. Segundo Amaral (1992 apud COSTA, 2005, p. 25) afirma que:

A sociedade burguesa não sabe conviver com os deficientes ou os significativamente diferentes, não admitindo as diferenças, as necessidades específicas, procurando mediante mecanismos excludentes e discriminatórios, como o assistencialismo e o

paternalismo, manter a homogeneidade humana e social por meio da institucionalização desses indivíduos.

### 1.3 Educação e inclusão social

Percebe-se que há necessidade de se garantir a educação de todos e em todos os níveis, inclusive das pessoas com deficiência. Clemente (2004) salienta que os dados do Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que essa parcela da população apresenta menor taxa de alfabetização, menor índice de frequência à escola e menos anos de estudo que a sociedade em geral. Menos de dez por cento das pessoas com necessidades especiais concluem o ensino médio. Este fato dificulta o acesso aos cursos profissionalizantes, que colocam o ensino médio como pré-requisito. Os resultados do Censo Escolar do INEP mostram que o número de matrículas nas classes de Educação de Jovens e Adultos (EJA) vem aumentando. Segundo o Prof. Helvécio Siqueira, Diretor da Escola do SENAI Ítalo Bologna, *é essencial que se consiga mecanismos educacionais, sejam eles públicos ou privados, municipais, estaduais ou federais, que incluam essas pessoas novamente no processo do ensino regular, para que elas recuperem, por meio do supletivo ou do telecurso 2000, esse retardo escolar. Com isso poderão chegar ao ensino profissionalizante e permanecerem no emprego.*

A escolaridade regular e profissionalizante são apenas algumas barreiras enfrentadas pelos deficientes. Segundo Sasaki (1997) essas dificuldades estão espalhadas por toda a sociedade e muitas vezes começam na própria casa das pessoas com necessidades especiais. Sasaki (2003, p. 4) observa que:

As barreiras à empregabilidade e à capacitação profissional podem estar na própria pessoa com deficiência e seus familiares, bem como nos empregadores, nos potenciais colegas de trabalho, nos professores escolares e nos instrutores profissionalizantes. E podem estar no espaço urbano, nas edificações, nos transportes, bem como nas metodologias, nos instrumentos, na comunicação e nos programas e políticas disponíveis na sociedade.



Dentre as barreiras identificadas pelo Prof. Sasaki, a família, em alguns casos, quer seja por super proteção ou por vergonha, acaba por segregar o deficiente. Há também o caso do próprio deficiente não aceitar a deficiência ou então tende a minimizá-la. Neste aspecto, acreditamos que a mídia tem contribuído no sentido de esclarecer à população, que ainda há muito preconceito, mostrando às famílias que os deficientes visuais têm algumas limitações, mas que podem ter uma vida normal e a superproteção pode prejudicar o seu desenvolvimento.<sup>2</sup>

Veríssimo (1990, p. 54) destaca que:

As atitudes superprotetoras refletem-se em grande parte nas atividades diárias da criança (alimentação, higiene, locomoção, jogos, etc...) interferindo decisivamente em todo processo de aquisição do conhecimento e aprendizagem, inibindo-a, tanto no plano físico quanto no emocional.

A criança superprotegida pode responder a este controle excessivo desenvolvendo um comportamento agressivo em relação ao mundo externo ou ao contrário mostrando-se submissa. Em ambos os casos há o comprometimento do seu desenvolvimento cognitivo e social. Se a criança se sentir amada e aceita, ela terá maiores possibilidades de aprender, de descobrir e de se integrar.

A Revista Nova Lente relata casos de deficientes visuais que foram bem sucedidos e foram incluídos na sociedade, como por exemplo: Julia Terra que se formou em Acupuntura; a americana Marla Runyan que conseguiu medalha de ouro nos jogos Pan-Americanos de Winnipeg-Canadá/1999; Helen Keller que se formou numa universidade, tornou-se escritora e recebeu inúmeros prêmios internacionais em reconhecimento da sua luta pela causa dos trabalhadores e das minorias, especialmente em favor dos cegos. Louis Braille, criador do sistema de escrita para cegos; Dorina de Gouvêa Nowill que se formou em professora e sempre lutou pela

---

<sup>2</sup> A novela 'AMÉRICA', que recentemente foi exibida pela TV Globo, tinha personagens deficientes visuais. A autora, Gloria Peres, expôs o problema da deficiência, mostrando a importância da família no desenvolvimento do deficiente visual, informando a sociedade e conscientizando-a para que vença o preconceito. No início da trama foram mostradas as barreiras que essas pessoas devem transpor para conseguir um emprego.

integração dos cegos na comunidade, que lutou pela Fundação para o Livro do Cego no Brasil; José Espínola Veiga, professor, empresário, que lutou e conseguiu a garantia dos primeiros empregos para deficientes visuais no serviço público e a conquista do direito do voto em Braille para os cegos. Enfim, temos exemplos de alguns deficientes visuais que conseguiram conquistar o seu espaço na sociedade. Eles representam um percentual muito pequeno das pessoas que têm as mesmas limitações, isto é, a falta de um sentido, a visão. Mas, com certeza, esses são exemplos concretos de que a falta desse sentido não é um argumento suficiente para mantê-los segregados, excluídos e improdutivos.

Segundo o filósofo alemão Walter Benjamin (1986) na nossa cultura há um consenso de que a bagagem cultural acumulada vai sendo transmitida espontânea e naturalmente, de geração a geração. Mas, sabemos que na verdade esta transmissão não é tão espontânea e natural assim, a prova é que, em geral, aqueles que não têm acesso à educação vão ficando de fora, ficando a cultura e educação à disposição de alguns privilegiados.

Ao ler a biografia das pessoas citadas, pode-se observar que todas tiveram a oportunidade de ter a educação formal, infelizmente são poucas as pessoas com deficiência que conseguem ter acesso a essa formação. E aí surge a dúvida: onde estão os outros, os excluídos? Não é só a deficiência que exclui. D'Amaral (2002, p. 19) aponta outros elementos também excludentes:

O desrespeito aos direitos sociais básicos da pessoa com deficiência não se limita aos radicalmente excluídos pela miséria absoluta; todos sofrem igualmente a discriminação causada pelo preconceito e pelo desconhecimento. Não há expressão mais violenta de não-cidadania do que a exclusão em que vive dez por cento da população brasileira, desrespeitada em seu direito civil básico de ir e vir, em seu direito político de votar e de participar da vida política e em seus direitos sociais básicos de acesso à saúde e à educação, ao trabalho e ao lazer.

Nesse sentido, Caiado (2003, p. 46) afirma que “A cegueira em si, não é uma condição limitadora, porém as histórias de vida podem revelar que os indivíduos reais percorrem diferentes caminhos sociais, mesmo partilhando da mesma condição biológica”.

Ou seja, aqueles que têm uma condição social melhor e, conseqüentemente podem ter acesso aos recursos médicos e materiais, têm mais chances de transpor as barreiras impostas pela deficiência.

A princípio, todos têm os mesmos direitos. Mas como fazer valer esses princípios universais, se os valores como o Bem, o Belo e o Justo são questionáveis, se esses valores são definidos pelas classes dominantes? São elas que, baseadas em seus parâmetros, rotulam e marginalizam aqueles que não se enquadram dentro dos padrões comuns, ficando sujeito às discriminações e preconceitos.

Tomasini (2000, p. 116) afirma que:

A designação da diferença, o estatuto que é conferido aos seus portadores, seja por mecanismos reconhecidos como científicos, seja no nível do senso comum, vão desencadear o processo de discriminação social dele, “o outro”, “o diferente”, desviante dos processos normais de um determinado tipo de sociedade, um indivíduo não normal, não normativo.[...] O estigma tem como efeito uma perigosa redução da identidade social do indivíduo baseada em um atributo indesejável. [...] Um indivíduo estigmatizado pode ter reduzidas as suas chances de convivência social. [...] O fato é que muitas pessoas que se relacionam com indivíduos ditos diferentes não conseguem dar o devido crédito e respeito aos outros aspectos de sua identidade social.

Estamos vivendo numa época de muitas inovações, de muitos efeitos especiais, onde o visual é muito valorizado. Sendo assim, o sentido da visão é muito requisitado. Muitas vezes aqueles que não a possuem se sentem incapacitados em participar plenamente das atividades sociais.

É preciso sonhar com uma sociedade na qual caibam todos, onde prevaleça a solidariedade, onde todos tenham condições de ter as suas necessidades básicas

atendidas. Neste contexto a educação tem fundamental importância, ela é um dos agentes facilitadores, podendo criar espaço e encontrar alternativa para a aceitação da diversidade, incluindo todos, numa convivência plena e pacífica.

E aí a referência não é somente às pessoas com necessidades especiais, estão também aqueles que sofrem discriminação étnica, religiosa, cultural, racial, de gênero, os portadores do HIV, enfim todos aqueles que de uma forma ou de outra são privados dos seus direitos de cidadãos. Direitos estes que, em princípio, são garantidos por leis universais, às vezes camufladas, transformando tais direitos em apenas privilégios para alguns.

As relações entre os seres humanos são complexas, o que não quer dizer necessariamente complicadas. Complicado é querer simplificar demais, desconsiderar as diferenças, ignorar as diversidades, querer a tudo universalizar. A complexidade é transformadora à medida que nos permite refletir, analisar e relacionar o como eu via um determinado acontecimento no passado e como eu vejo esse fato hoje. O conhecimento humano é limitado, ele restringe o universo, pois se limita ao que os nossos sentidos nos permitem perceber. É uma visão limitada, é autopoética, é uma visão do exterior a partir de uma interpretação interior, onde são considerados as experiências e os valores pessoais. Neste aspecto é muito importante a interação com os outros, pois através deles eu posso ter outros olhares, alargar o meu leque de percepção. Na medida que excluímos alguém, é uma possibilidade a menos que temos de ter uma outra visão dos fatos. Com uma visão parcial é possível que ocorra uma visão distorcida do real.

O respeito ao outro não é algo natural. Ele é cultural e cultura é cultivo, é construção, formada pelos conhecimentos acumulados ao longo da vida. Hoje com o avanço da tecnologia, o mundo é um 'glamour', com muito brilho e este conceito

também se estende ao ser humano, levando cada um a querer brilhar mais que o outro. Na verdade, todos temos uma contribuição a dar, desde que seja dado um espaço para isso. O desafio da educação está em encontrar meios para proporcionar este espaço de respeito a esta pluralidade, onde desapareça a divisão “nós” e “eles”. Que a aceitação não seja por caridade ou piedade, mas para fazer valer a democracia, que não permite que seres humanos sejam excluídos. A globalização está levando à padronização, minimizando a tolerância e exigindo a eficiência. Há de se avaliar até que ponto o saldo é positivo, considerando-se que a beleza da vida está no reconhecimento das diferenças e na valorização das mesmas.

A legislação garante a todos os mesmos direitos, mas no cotidiano verifica-se que podemos exigir o cumprimento da lei, mas não se consegue impor respeito por lei, por ser uma questão de atitude. D’Amaral (2002, p. 30), acredita que:

Neste início de século, a grande batalha pela conscientização do Estado e da Sociedade pode, e deve, contar com uma grande aliada: a informação. Os centros de produção e disseminação do conhecimento, em especial a Universidade, podem ser a base para a construção desse processo. Mas são os meios de comunicação, divulgadores de conhecimento e formadores de opinião, que definirão a mudança de atitude social.

Sabemos que essa empreitada é difícil. O marketing é feito no sentido de valorizar coisas, transformando em diferente aquele que não consome tal produto, que não age de um determinado modo, estereotipando e desvalorizando o diferente que não se enquadra no padrão considerado ideal pelo grupo dominante.

As diferenças por si só não podem ser consideradas vantajosas ou desvantajosas, depende de quem é a pessoa com deficiência e quem são “os outros” e do contexto que está sendo considerado. São as forças sociais baseando-

se em padrões por elas estabelecidas, que vão rotular os indivíduos. Segundo Omote (1994, p. 67):

A deficiência não pode ser vista como uma qualidade presente no organismo da pessoa ou no seu comportamento. Em vez de circunscrever a deficiência nos limites corporais da pessoa deficiente, é necessário incluir as reações de outras pessoas como parte integrante e crucial do fenômeno, pois são essas reações que, em última instância, definem alguém como deficiente ou não-deficiente.

O problema não está em determinar as possibilidades reais de realização do deficiente, e sim como as pessoas em geral lidam com as diferenças na medida que a sociedade lhes atribui algum significado de desvantagem social, cria-se uma expectativa em relação ao desempenho dessa pessoa “diferente”, simplesmente baseada em estereótipos como: o deficiente visual é desconfiado, é revoltado ou ele tem a audição mais desenvolvida, e tantos outros.

Neste aspecto, a família pode dar a sua colaboração, no sentido de quebrar os preconceitos que tanto dificultam a inclusão das pessoas deficientes na nossa sociedade. Sendo ela o primeiro grupo social ao qual o ser humano pertence, é ela que transmite os primeiros valores e normas socialmente aceitas, as quais irão influenciar nos relacionamentos do indivíduo com os outros grupos sociais. Sendo assim, a criança deficiente precisa ser aceita primeiramente pela família, pois ela poderá ser um agente facilitador neste processo de integração, dando-lhe apoio e segurança.

Segundo Sasaki (1997, p. 174):

A inclusão social constitui processo bilateral, no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. O que se observa, ainda, na prática, é o modelo de integração social em que a sociedade permanece passiva; aceita portadores de deficiência desde que sejam capazes de se moldar ao sistema existente.

O Ministério da Educação (MEC), através da Secretaria da Educação Especial, tem desenvolvido ações facilitadoras à inclusão do deficiente visual na rede pública de ensino. Uma das ações é a parceria feita com a Secretaria de Saúde, aplicando testes de acuidade visual e auditiva em todas as instituições de educação infantil e do ensino fundamental. A compreensão dos pais, agindo em parceria com a escola é fundamental. O sistema educacional também assume parcela dessa responsabilidade, auxiliando a família a cuidar da saúde do filho. Há alunos com visão subnormal que podem, através de cirurgia ou uso de aparelho, ter o seu coeficiente de acuidade visual melhorado e, por desconhecimento ou por falta de recursos, se privam dessa possibilidade. E se a criança tiver visão subnormal, é importante que ela seja estimulada para potencializar o pouco de luz que consegue perceber.

Outra ação desenvolvida pelo MEC é o Programa Nacional do Livro Didático estendido aos portadores de deficiência visual, viabilizando o seu acesso ao livro didático em Braille. Esta preocupação tem se estendido, no sentido de oferecer ao deficiente visual, esclarecimentos importantes para a sua segurança. O Instituto Benjamin Constant, em parceria com o MEC, elaborou a primeira cartilha sobre a AIDS em Braille, esclarecendo sobre o que é, como é ou não transmitida essa doença e informações para evitar a contaminação.

A Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP), órgão da Secretaria da Educação Especial, também tem promovido capacitação dos professores de educação infantil dando-lhes suporte e fornecendo-lhes alguns esclarecimentos no trato com as crianças com necessidades especiais.

Sem dúvida é um grande passo, mas não suficiente. A nossa legislação já garante às pessoas com necessidades especiais o acesso à escola regular.

Entretanto, integrar um deficiente na sociedade, vai além de lhe permitir freqüentar a classe regular, implica em lhes conceder acesso a todos os serviços disponíveis à população, isto é, saúde, transporte, lazer, mercado de trabalho, enfim, dar acesso aos bens que vão lhe garantir uma melhor qualidade de vida, onde ele se sinta produtivo e independente.

Integração escolar é importante, mas essa ação isolada não garante a inclusão social. Amaral (1994) lembra que muitas vezes os contatos sociais desses indivíduos ficam restritos à família, aos profissionais que lhes atendem e aos seus pares que têm a mesma deficiência. Isto porque é possível legislar para obrigar as escolas a aceitarem matrículas de crianças com deficiência, de exigir que os empresários reservem um percentual de empregos destinados aos deficientes, mas não se pode obrigar a alguém a aceitar e ter amizade a uma pessoa deficiente, pois o vínculo não se constrói com lei. A aceitação é subjetiva, depende da relação interpessoal que se mantém com o outro, é um ato espontâneo, ou socialmente construído.

A nossa sociedade está organizada para receber pessoas capazes de trabalhar e produzir, de preferência com rapidez e qualidade. Para isso devem ter o corpo físico e mental sadios.

A maioria quer por desconhecimento, por preconceito ou por falta de solidariedade, não sabe lidar com os diferentes. Um dos problemas da integração encontra-se no fato de os portadores de deficiência não serem entendidos e assumidos como sujeitos históricos e culturalmente contextualizados. “O homem não está determinado pela sua condição física, mental ou sensorial, mas principalmente pelo seu modo de ser, autêntico e único”. (MANTOAN, 1997, p. 9).



## 1.4 Portadores de deficiência e o mundo do trabalho

Segundo Gugel (2004, p. 26):

O portador de deficiência só estará incluído na sociedade e, portanto, exercendo plenamente a cidadania se dispuser de um trabalho digno. Para tanto, a habilitação ou qualificação profissional deverá ser adequada à função ou tarefa que exercer.

Ross (2000, p. 53) salienta que: “a educação, o trabalho e a organização política numa sociedade capitalista são as principais formas de participação social dos homens”. Ressalta que o trabalho é um dos elementos facilitadores da inclusão social, não só dos deficientes, mas para todos. É pelo trabalho que conseguimos recursos para prover as nossas necessidades básicas: moradia, alimentação, saúde e lazer, dando-nos mais autonomia e proporcionando-nos uma melhor qualidade de vida.

Lancillotti (2005) ao pesquisar alguns trabalhos acadêmicos sobre a profissionalização das pessoas com deficiência e as dificuldades que as mesmas encontram em se colocar no mercado de trabalho, observou que alguns autores consideram que essa dificuldade é devida a má formação dessas pessoas, outros consideram que há necessidade de se pensar a educação numa perspectiva mais ampla, indo além da profissionalização. E nesse sentido, a autora faz um questionamento sobre o objetivo de encaminhar para o trabalho. Segundo ela, a partir da sociedade de classes, àquele que é expropriado dos meios de produção resta a venda de sua força de trabalho como forma de assegurar a sua sobrevivência, não levando à sua realização pessoal. Neste caso o trabalho “[...] adquire um caráter de estranhamento na medida em que deixa de corresponder a uma necessidade do homem e passa a responder às necessidades do capital”, e sendo assim, não leva à realização pessoal.

Em termos de legislação as pessoas com deficiência já contam com um grande número de leis garantindo-lhes alguns direitos. Por exemplo, a Lei nº 8.212, de

24/07/91, que dispõe sobre a organização da seguridade social, instituindo plano de custeio destinado a assegurar a essas pessoas o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social e a Lei 8.213 de 24/07/91 (conhecida como “lei das cotas”) que estabeleceu cotas compulsórias a serem observadas pelas empresas no momento da admissão e dispensa de pessoas com deficiência, conforme dispõe o:

Art. 93 - A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência habilitadas, na seguinte proporção:

até 200 empregados – 2%

de 201 a 500 – 3%

de 201 a 1000 – 4%

de 1001 em diante – 5%

§ 1º - A dispensa do trabalhador reabilitado ou deficiente habilitado ao final do contrato por prazo determinado de mais de 90 (noventa) dias, e a imotivada, no contrato por prazo indeterminado, só poderá ocorrer após a contratação de substituto de condição semelhante.<sup>3</sup>

§ 2º - O Ministério do Trabalho e da Previdência Social deverá gerar estatísticas sobre o total de empregados e as vagas preenchidas por reabilitados e deficientes habilitados, fornecendo-as, quando solicitadas, aos sindicatos ou entidades representativas dos empregados.

A Lei nº 8.212/1991, no seu Artigo 22, § 4º determina que:

§ 4º- O Poder Executivo estabelecerá, na forma da lei, ouvido o Conselho Nacional de Seguridade Social, mecanismos de estímulo às empresas que utilizem empregados portadores de deficiência física, sensorial ou mental, com desvio do padrão médio.

Com essas leis somadas a tantas outras que dispõem sobre os direitos das pessoas com deficiência, esperava-se que haveria um avanço na contratação dessa força de trabalho, no entanto observa-se que ainda é grande a resistência em absorver esses trabalhadores.

---

<sup>3</sup> A Portaria nº 4.677/98 do Ministério da Previdência e Assistência Social, no seu Artigo 1º, dá as seguintes definições: §1º- Consideram-se beneficiários reabilitados todos os segurados vinculados ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS), submetidos ao processo de reabilitação profissional desenvolvido ou homologado pelo INSS; § 2º-Consideram-se pessoas com deficiência, habilitadas, aquelas não vinculadas ao RGPS que tenham se submetido ao processo de habilitação profissional desenvolvido pelo INSS ou por entidade reconhecidas para esse fim.

Melo (2002, p. 92), referindo-se à nossa legislação, em relação às pessoas deficientes, afirma:

A superação dos obstáculos ao emprego das pessoas com deficiência deverá ocorrer pelo esforço integrado do setor público e do setor privado, possibilitando assim uma melhor absorção dessas pessoas nos diversos tipos de trabalho ofertados em nosso país. A questão é de apenas achar o trabalho adequado à limitação de cada trabalhador.

Ainda há muitos questionamentos por parte dos empresários para a contratação das pessoas com deficiência. Alguns acham que essas pessoas não vão se adaptar bem ao trabalho e sofrerão rejeição dos colegas.

Algumas dessas preocupações advêm de certos estereótipos de que as pessoas com deficiência são sensíveis demais e temperamentais, podendo afastar clientes e consideram também a possibilidade de alguns se valerem da deficiência para conseguir certos privilégios, ou seja, não há interesse em absorver esses trabalhadores.

Nesse aspecto Lancillotti (2005) adverte que “o capital passa a incorporar os trabalhadores com deficiência, na medida em que estes se mostrem capazes de se adequar à lógica do mercado”, ou seja, garantam lucro e produtividade.

Segundo Carreira (1992), vários são os fatores que levam à exclusão social, dentre eles: a política econômica, a política educacional do país, a precariedade dos transportes urbanos, as barreiras arquitetônicas e também não se pode desconsiderar que há um grande número de empresários e de administradores de Recursos Humanos que desconhecem a legislação que ampara os deficientes e as atividades que os mesmos podem exercer dependendo do grau da sua deficiência.

As pessoas com deficiência possuem limitações para executar algumas atividades, mas não para todas as atividades. A nossa Constituição Federal, no Artigo 7º, inciso XXXI, é clara quando veda a discriminação na contratação das

peças com deficiência, tanto no tocante a salário quanto em critérios de admissão: “proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência”.

O autor acima citado adverte ainda que o desconhecimento da capacidade de trabalho dos deficientes, das atividades que os mesmos podem executar, das possibilidades de como se pode fazer o recrutamento, a seleção e o posterior treinamento contribuem na construção de barreiras colocadas pelos empresários na contratação de pessoas com deficiência.

Por outro lado, alguns empresários se queixam de que não estão cumprindo as cotas porque não encontram nesse grupo de pessoas mão de obra especializada. O fato de terem escolaridade não garante que estejam profissionalizados. A realidade atual aponta para um mercado de trabalho cada vez mais exigente quanto à qualificação dos profissionais e nesse sentido, o inciso II, §1º, do Art. 227 da Constituição Federal, mostra que há uma preocupação na formação dessas pessoas, estabelecendo que:

II - A criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial e mental, bem como integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

Segundo Pastore (2000), pesquisas realizadas nos países que adotam o sistema de cotas mostram que mais importante do que garantir o emprego por lei é levar os empregadores a reconhecerem o potencial das pessoas com deficiência. A inclusão social dessas pessoas através do trabalho é uma tarefa complexa. Envolve educação, qualificação, eliminação de barreiras arquitetônicas, adequação do meio ambiente de trabalho, elementos estes não contemplados, em princípio, nos sistemas de cotas isoladas.

A lei por si só não garante o sucesso esperado pelo legislador, tendo em vista que não se pode obrigar o empresário, através dela, a empregar deficientes. As leis são importantes, mas não podemos exigir do empresário que ele assuma a responsabilidade de ações sociais que são do governo, tais como: educação, saúde, transporte e acessibilidade.

Um trabalho de parceria, com as leis dando o suporte legal, a educação oferecendo uma profissionalização, as entidades dando apoio ao processo de seleção e treinamento dessa força de trabalho e esclarecendo ao empresário que entre as pessoas com deficiência há profissionais qualificados que atendem ao perfil do cargo a ser preenchido, será um grande passo para que essas pessoas saiam do assistencialismo e se incluam socialmente.

Estamos vivenciando uma época regida pelos princípios liberais onde prevalece a competitividade e, sendo assim, o fator tempo é relevante e merece cuidado especial.

Neste contexto, a economia exige atenção constante dos empresários, em todos os sentidos: na produção, no controle de qualidade, na aquisição de modernas tecnologias e na escolha de profissionais qualificados. As empresas esforçam-se em produzir mais, melhor e pelo menor preço. Ao menor vacilo, podem perder para o concorrente. Para ela ser competitiva no mercado, deverá estar sempre atenta ao binômio: custo X benefício e não esquecendo do controle de qualidade. Por isso, para cada item acima citado, o empresário dispõe de uma equipe responsável em procurar o melhor para a sua empresa. Com o mesmo critério que ele cuida da parte material, visando a eficiência, ele deve cuidar da seleção dos funcionários. Nesse processo de seleção, a empresa está preocupada em encontrar alguém que além de

ter as competências inerentes ao cargo a ser preenchido, tenha também condições físicas e psíquicas para produzir mais e melhor.

Por isso, as entidades que prestam serviços às pessoas com deficiência devem estar atentas ao mundo do trabalho, orientando-as quanto às inúmeras profissões novas. Inclusive, algumas podem ser desenvolvidas fora da empresa, evitando o deslocamento do profissional.

Neste aspecto, há uma corrente que é contra o trabalho abrigado, acreditando que esta é uma forma de segregação do indivíduo, entendendo que o deficiente deveria ser preparado para aceitar as suas limitações decorrentes da deficiência, enfrentando as dificuldades e os desafios que todos nós, de uma forma ou de outra, enfrentamos no nosso cotidiano.

Para outros, a forma como o trabalho é oferecido não é o mais relevante. Até mesmo porque alguns deficientes têm dificuldade de locomoção e se ele puder prestar serviço fora da empresa, qual é o problema? O importante é que ele se sinta útil e mantenha a sua auto-estima em alta, sentindo-se um cidadão produtivo, podendo prover o seu sustento.

O Decreto nº 3298, de 20 de dezembro de 1998 dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência e no seu Artigo 35 enumera as modalidades de inserção laboral dos deficientes, como se segue:

Art. 35 - São modalidades de inserção laboral da pessoa portadora de deficiência:

I - colocação competitiva: processo de contratação regular, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, que independe da adoção de procedimentos especiais para sua concretização, não sendo excluída a possibilidade de utilização de apoios especiais;

II - colocação seletiva: processo de contratação regular, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, que depende da adoção de procedimentos e apoios especiais para sua concretização; e

III - promoção do trabalho por conta própria: processo de fomento da ação de uma ou mais pessoas, mediante trabalho autônomo, cooperativado ou em regime de economia familiar, com vista à emancipação econômica e pessoal.

§ 1º - As entidades beneficentes de assistência social, na forma da lei, poderão intermediar a modalidade de inserção laboral de que tratam os incisos II e III, nos seguintes casos:

I - na contratação para prestação de serviços, por entidade pública ou privada, da pessoa portadora de deficiência física, mental ou sensorial: e

II - na comercialização de bens e serviços decorrentes de programas de habilitação profissional de adolescente e adulto portador de deficiência em oficina protegida de produção ou terapêutica.

§ 2º - Consideram-se procedimentos especiais os meios utilizados para a contratação de pessoa que, devido ao seu grau de deficiência, transitória ou permanente, exija condições especiais, tais como jornada variável, horário flexível, proporcionalidade de salário, ambiente de trabalho adequado às suas especificidades, entre outros.

§ 3º - Consideram-se apoios especiais a orientação, a supervisão e as ajudas técnicas entre outros elementos que auxiliem ou permitam compensar uma ou mais limitações funcionais motoras, sensoriais ou mentais da pessoa portadora de deficiência, de modo a superar as barreiras da mobilidade e da comunicação, possibilitando a plena utilização de suas capacidades em condições de normalidade.

§ 4º - Considera-se oficina protegida de produção a unidade que funciona em relação de dependência com entidade pública ou beneficente de assistência social, que tem por objetivo desenvolver programa de habilitação profissional para adolescente e adulto portador de deficiência, provendo-o com trabalho remunerado, com vista à emancipação econômica e pessoal relativa.

§ 5º - Considera-se oficina protegida terapêutica a unidade que funciona em relação de dependência com entidade pública ou beneficente de assistência social, que tem por objetivo a integração social por meio de atividades de adaptação e capacitação para o trabalho de adolescente e adulto que devido ao seu grau de deficiência, transitória ou permanente, não possa desempenhar atividade laboral no mercado competitivo de trabalho ou em oficina protegida de produção.

§ 6º - O período de adaptação e capacitação para o trabalho de adolescente e adulto portador de deficiência em oficina protegida terapêutica não caracteriza vínculo empregatício e está condicionado a processo de avaliação individual que considere o desenvolvimento biopsicosocial da pessoa.

§ 7º - A prestação de serviços será feita mediante celebração de convênio ou contrato formal, entre a entidade beneficente de assistência social e o tomador de serviços, no qual constará a relação nominal dos trabalhadores portadores de deficiência colocados à disposição do tomador.

§ 8º - A entidade que se utilizar do processo de colocação seletiva deverá promover, em parceria com o tomador de serviços, programas de prevenção de doenças profissionais e de redução da capacidade laboral, bem assim programas de reabilitação caso ocorram patologias ou se manifestem outras incapacidades.

Neste aspecto, em relação ao trabalho abrigado, deve-se fazer uma ressalva quanto à garantia dos seus direitos enquanto trabalhador. Ele deixa de ser viável, quando for observada a intenção de segregar o deficiente ou de burlar os direitos trabalhistas.

### **1.5 Proteção do direito ao trabalho da pessoa com deficiência**

Gugel (2004) lembra que a Constituição Federal de 1988 rompeu com o modelo assistencialista no que se refere ao atendimento às pessoas com deficiência. Mas, para que ela realmente fosse cumprida, era preciso outros aparatos jurídicos que a regulamentasse. Embora num processo lento, um ano depois foi sancionada a Lei nº 7.853/1989, que detalhou os direitos da pessoa deficiente e criou a Coordenadoria Nacional para Integração das Pessoas com Deficiência (CORDE). Esta lei, editada em 1989, só foi regulamentada dez anos depois, pelo Decreto nº 3.298/1999. Segundo Gugel (2002, p. 93):

A edição do Decreto 3.298, em 20/12/99, é fato histórico de grande relevância, eis que revela mudança institucional da condição da pessoa com deficiência no Brasil. Pela primeira vez um dispositivo legal aborda de maneira minuciosa a questão do trabalho da pessoa portadora de deficiência, inovando entre outros elementos, com a apresentação de conceito, com riqueza de detalhes, para a deficiência física, auditiva, visual, mental e múltipla.

O Artigo 36 desse Decreto mantém as cotas estabelecidas pela Lei nº 8.213/91 destinadas às pessoas beneficiárias da Previdência Social “reabilitadas” ou “às pessoas com deficiência habilitadas”, também mantém os critérios de substituição, descrevendo melhor o conceito de habilitação e procurando diminuir, ao máximo, os obstáculos que dificultam o acesso das pessoas com deficiência ao trabalho, como podemos ver nas definições descritas nos seguintes parágrafos deste Artigo:



§2º- Considera-se pessoa portadora deficiência habilitada aquela que concluiu o curso de educação profissional de nível básico técnico ou tecnológico, com certificado ou diplomação expedida por instituição pública ou privada, legalmente credenciada pelo Ministério da Educação ou órgão equivalente, ou aquela com certificado de conclusão de processo de habilitação ou reabilitação profissional fornecido pelo INSS.

§3º- Considera-se, também, pessoa portadora de deficiência habilitada aquela que, não tendo se submetido a processo de habilitação ou reabilitação, esteja capacitada para o exercício da função.

Este decreto define as três possibilidades de colocação da pessoa com deficiência no mercado de trabalho: competitiva, seletiva e por conta própria. Sendo que as colocações que se fizerem com intermediação das entidades assistenciais não serão contabilizadas como cotas estabelecidas na Lei nº 8.213/1991.

É preciso um consenso quanto às nomenclaturas e definições utilizadas pelos legisladores, a fim de facilitar as interpretações das leis, de modo que não deixe dúvidas quanto ao sentido das palavras, que dependendo da fonte, apesar de terem significados semelhantes, possibilitam diferentes interpretações e, conseqüentemente, a aplicação da lei será de acordo com a interpretação que mais convier ao empregador.

Por exemplo, o Artigo 3º do Decreto nº 3.298/1999 dá as seguintes definições:

I – Deficiência: toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

II – Deficiência Permanente: aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e

III – Incapacidade: uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.

No Artigo 4º é estabelecido que:

É considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias:

I – Deficiência Física – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função Física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II – Deficiência Auditiva – perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte:

de 25 a 40 decibéis (db) – surdez leve;

de 41 a 55 db – surdez moderada;

de 56 a 70 db – surdez acentuada;

de 71 a 90 db – surdez severa;

acima de 91 db – surdez profunda; e

anacusia;

III – Deficiência Visual – acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações.

Por outro lado, a convenção nº 159 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de junho de 1983, e a recomendação 168, relativa à Promoção do emprego e à proteção contra o desemprego, assinada em Genebra em 1º de junho de 1988, dão as definições dos termos acima descritos de modo muito similar, mas, possibilitando os empregadores a maquiá-las de modo que, legalmente eles estarão cumprindo a lei, mas na prática estão negando o direito das pessoas com deficiência trabalharem. Em relação ao mesmo assunto, a OIT – só faz referência a uma definição de deficiência, enquanto a outra faz distinção entre deficiência e deficiência permanente.

Nesse aspecto também é oportuno observar que atualmente o INSS está sendo mais criterioso ao reconhecer a deficiência, pois este reconhecimento gera despesas para os cofres públicos, na medida em que implica na concessão de benefícios.

A legislação não exige prova documental da habilitação para as pessoas com deficiência. No entanto, observa-se que hoje, as empresas esforçam-se para conseguir acompanhar as inúmeras exigências dos padrões internacionais. Estes certificados são muito importantes para elas, pois lhes conferem credenciais que lhes darão destaque no mercado. Entre tantas outras exigências está o atendimento às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) quanto às instalações físicas, à ergonomia, à acessibilidade, à garantia da qualidade da produção, à qualificação profissional dos funcionários, ao treinamento do pessoal, à responsabilidade social, enfim elementos que direta ou indiretamente irão influir na excelência da empresa.

Aqui vale observar que o candidato a uma vaga no mercado de trabalho, inicialmente deve comprovar a sua habilitação, ou seja, apresentar o diploma, sem o qual ele não passa para as etapas seguintes: a entrevista e o exame médico que classificam e sutilmente o excluem... Atualmente, o mercado exige a comprovação da habilitação para todos, acreditamos que também, para as pessoas com deficiência. Então, não basta a legislação garantir as cotas, há necessidade de investir mais na educação e profissionalização dessas pessoas, dando-lhes condições de atuar nesse mercado competitivo.

Para quem são as cotas? Como tratar igualmente aquele que não ouve, mesmo com o auxílio de prótese, e aquele que tem perda parcial auditiva, perfeitamente superada com o auxílio do aparelho?

Pensemos no caso dos deficientes visuais e consideremos as seguintes situações: aquele que tem cegueira total e aquele que, com o uso dos óculos, consegue o percentual sugerido pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

A mesma consideração pode-se fazer a respeito do deficiente físico, será justo atribuir uma das vagas da cota para um deficiente, se é que assim o podemos classificar, por que ele não tem uma falange de um dos dedos?

A questão não é se deve ou não as pessoas dos exemplos citados acima fazerem jus à vaga estabelecida pela lei das “cotas”. A referência está no empresário que prefere preenchê-las com pessoas cuja deficiência não é visível ou com aqueles funcionários que se acidentaram em serviço, e quando voltam do afastamento pelo INSS, são considerados deficientes e contabilizados nas “cotas”. O que torna mais grave a situação é que este empresário está cumprindo a lei, maquiando-a e não investindo em medidas que possam promover melhores condições de segurança do trabalhador e prevenir acidentes.

Há também o caso, como alerta Emerson Canhas, Presidente da CEAPD-SP, da empresa cuja atividade é muito barulhenta e por isso prefere preencher as cotas com deficientes auditivos, esquecendo-se de que essas pessoas também têm limite de decibéis que podem estar suportando, para poderem preservar o pouco de resíduo de audição que lhes resta.

Embora as leis amparem as pessoas com deficiência, geralmente elas encontram dificuldades para conseguir uma colocação. Os empresários ao serem questionados apontam inúmeras causas para não contratar uma pessoa com deficiência. Dizem que o local de trabalho não é adequado para recebê-las, receiam pela segurança dos deficientes e pela qualidade de relacionamento delas com os demais funcionários. No entanto, o que se tem percebido é que aqueles que aceitam o desafio ficam muito satisfeitos com a produção e com o relacionamento dos mesmos com os colegas de trabalho, como veremos adiante nas falas das pessoas entrevistadas.

A lei existe e, a princípio, ela deve reafirmar os direitos conquistados pelas pessoas com deficiência, o que não significa que na prática ela corresponda aos princípios do legislador que a elaborou, ficando vulnerável às pessoas que a interpretam. Há uma discriminação dissimulada, há uma preferência em preencher as vagas destinadas ao cumprimento das “cotas”, com aqueles cuja deficiência não é visível.

Na prática, a mesma legislação que poderia beneficiar o atendimento mais apropriado para essas pessoas, acaba sofrendo manipulações de modo a atender a outros interesses. O INSS está cada vez mais rigoroso quanto ao reconhecimento da deficiência para a concessão de benefícios; por sua vez, as escolas avançam na política de inclusão e ficam mais abrangentes.

Percebe-se que a concepção de deficiente, em parte, depende da ótica de quem a vê.

Mas, como forçar a empresa contratar um cadeirante, ou mesmo um deficiente visual, mesmo que tenham habilitação? Quando não há a vontade de enfrentar o desafio de empregar o deficiente, o empregador vai procurar encontrar uma alternativa para excluí-lo, porque como já foi dito, o deficiente além de comprovar escolaridade e habilitação, passa por um outro estágio da seleção, a entrevista e o exame médico, que também são eliminatórios.

Araújo (1994, p. 83), defende que:

Em caso de dúvida, para o desempenho da função, esta deve ser dirimida em favor do empregado, como forma de aplicação ao direito de integração social. Não se pode imaginar que o empregado que tem direito à prestação de serviço possa deixar de contratar porque há dúvidas se o empregado pode ou não desempenhar tal ou qual tarefa. Deve ser ele aceito, testado no serviço e, depois de desempenhada a atividade, em condições que lhe propiciem o desenvolvimento adequado de sua função, comprovada a inabilidade, deve ser dispensado por falta de habilidade.

Para que haja uma seleção justa, sem protecionismo, o administrador antes do processo seletivo deve se inteirar e analisar o perfil profissional e psicológico da vaga a ser preenchida, estabelecendo o que será exigido desse profissional, considerando a natureza da atividade a ser desenvolvida e quais serão os critérios de seleção e avaliação. O médico que faz o exame admissional deve, antecipadamente, ser informado quanto ao perfil do profissional da vaga a ser preenchida, evitando a discriminação. O que o médico deve avaliar é se o candidato tem o perfil do profissional desejado.

Segundo Carreira (1992, p.3), se essas questões estiverem claras para o administrador, certamente ele não terá dificuldade de entender que:

O processo de recrutamento de uma pessoa portadora de deficiência deve ser igual ao processo de recrutamento de pessoas não portadoras de deficiência, não há necessidade de ter um teste diferenciado, porque se assim for, as pessoas não portadoras de deficiência poderão se considerar discriminadas. Independente do candidato a vaga, ter ou não deficiência, ele deverá atender ao perfil do cargo a disposição.

E acrescenta: “Não se exige do empresário que ele admita por caridade, o que se deseja é que se dê ao portador de deficiência a oportunidade de participar do processo seletivo e, se qualificado para a função pretendida, possa ser admitido”.

Quanto ao treinamento, Carreira (1992) adverte que ele deverá ser de forma natural e junto com os demais funcionários. A experiência tem mostrado que os não portadores de deficiência acolhem muito bem os deficientes. No caso do deficiente visual, a instituição que os atende poderá ajudar na orientação de mobilidade, para dar ao deficiente visual maior autonomia e segurança dentro da empresa, não havendo necessidade de fazer nenhuma alteração, a não ser alertar os demais funcionários quanto ao aspecto organizacional, por exemplo: não obstruir áreas de circulação, deixando gavetas abertas, pacotes no chão, fios soltos, em fim, tudo que

poderá estar interferindo na circulação, garantindo maior segurança não só do deficiente visual, mas também de todos que por ali circulam, funcionários e clientes. Se, eventualmente ocorrer uma modificação no layout, o deficiente visual deverá ser orientado previamente. O que não se deseja é que na intenção de protegê-lo, ele seja colocado em local isolado, essa atitude em nada contribuirá para a sua inclusão.

Costa (2005) afirma que a não aceitação do deficiente como trabalhador pelo mundo do trabalho não diz respeito só ao empresariado, mas sim a toda sociedade burguesa baseada em padrões e valores que impedem de lidar com o diferente.

Paula (1996) considera que a educação especial, geralmente condiciona o aluno à segregação ao não prepará-lo para a vida em sociedade. Ferreira (1993), em relação à segregação, adverte que tal como o deficiente, a educação especial é segregada, isolada, em vários aspectos. Seus alunos, seus profissionais, suas instalações – às vezes suas próprias reflexões vivem um espaço comum, mas em separado.

Independente da área do conhecimento, todas as faculdades podem estar contribuindo para a inclusão das pessoas com deficiência. Não só a Faculdade de Educação trabalhando a inclusão nos cursos de formação de professores, mas todas as faculdades: Direito, Medicina, Administração, Arquitetura, Serviço Social, Engenharia, em fim, todos se envolvendo e desenvolvendo um trabalho intencional para que a inclusão de fato aconteça.

É verdade que as pessoas com deficiência têm dificuldades para serem absorvidas pelo mercado de trabalho, mas não podemos negar que pessoas não deficientes também encontram dificuldade e estão de fora, sob as mais diversas justificativas. Nesse universo há um grande contingente e por isso mesmo o

mercado está cada vez mais seletivo e exigente, impondo as mais variadas restrições, não contratando porque o candidato é muito jovem ou porque já é velho ou porque é mulher. Inclusive, há até os que são excluídos por serem muito especializados e demandam um salário mais alto. Enfim, isso acontece porque não há vagas para todos. O desemprego estrutural não é um problema específico do Brasil, mas é uma preocupação mundial e em grande medida, devido ao desenvolvimento tecnológico que trouxe transformação para o mundo do trabalho, dispensando trabalhadores cujas funções podem, hoje, serem executadas pelas máquinas.

Segundo Costa (2005) há uma contradição na sociedade capitalista se, por um lado, o objetivo da integração pelo trabalho se impõe, ele é, ao mesmo tempo, uma impossibilidade.

O capital vem procurando se adequar às exigências do mercado, para isso ele vem se reestruturando, não apenas valendo-se da moderna tecnologia, mas também procurando novas formas de gestão do trabalho.

Sem dúvida, todas essas transformações exigem dos trabalhadores novas competências, habilidades e qualificação.

## **1.6 Dados sobre a deficiência no Brasil**

Clemente e Celestini (2004, p.17) apontam para os dados do Censo de 2000 do IBGE estimando que no Brasil:

[...] aproximadamente 24,5 milhões de pessoas, ou 14,5% da população brasileira apresenta algum tipo de incapacidade ou deficiência. Isto significa que a cada cem brasileiros, cerca de quatorze apresentam alguma dificuldade de enxergar, de ouvir, locomover-se ou são portadores de alguma deficiência física ou mental.

[...] Em números absolutos, esses dados indicam que existem 16,5 milhões de pessoas com deficiência visual no país. Desse total, 159.824 são incapazes de enxergar e o restante compreende perdas da acuidade visual em graus variados.



Segundo o IBGE, o conceito utilizado no Censo 2000, que inclui diversos graus de incapacidade de enxergar, ouvir e locomover-se, é compatível com a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) divulgada em 2001 pela OMS. Os resultados do Censo além de quantificar com maior precisão a população de pessoas com deficiência na sociedade brasileira, também desmistificam o senso comum de que uma pessoa só é deficiente por andar em cadeira de rodas ou se comunicar por meio de sinais. Esse contingente vai desde as que tiveram algum membro amputado até aquelas com dificuldade para locomover-se ou enxergar.

Focalizando o deficiente visual que é o objeto de estudo deste trabalho, neste contingente há: os que são deficientes de nascença devido a uma má formação congênita ou se tornaram deficientes por terem contraído alguma enfermidade; há também aqueles que se tornaram deficientes por acidente e más condições de trabalho.

Há algumas situações que são inevitáveis, mas há ações que podem reduzir significativamente esses dados estatísticos. Por exemplo, na área de saúde poderia ser melhorado o atendimento à gestante e o acompanhamento nutricional nos primeiros anos de vida da criança; na área de segurança do trabalho, oferecer melhores condições de trabalho e desenvolver no operário a consciência sobre a importância do uso correto dos instrumentos de segurança, prevenindo e evitando acidentes que poderão comprometer a qualidade de vida dessas pessoas.

Segundo Salomon (2000), a OMS define que o indivíduo com baixa visão ou visão subnormal é aquele que apresenta diminuição das suas respostas visuais, mesmos após o tratamento e/ou correção óptica convencional, e uma acuidade visual menor que 6/18 à percepção de luz, ou um campo visual menor que o grau do

seu ponto de fixação, mas que usa ou é potencialmente capaz de usar a visão para o planejamento e/ou execução de uma tarefa.

Dependendo do critério a ser utilizado, há vários graus de deficiência visual. Mas, independente do grau da deficiência, há inúmeras atividades que um deficiente visual, devidamente habilitado, pode fazer. Todavia, por desconhecimento, por falta de condições adequadas, por preconceito ou por discriminação estas pessoas são impedidas de atuar no mercado de trabalho. Até mesmo nos órgãos públicos, que deveriam ser exemplo para os demais empregadores, é possível encontrar atitudes discriminatórias, como podemos observar no exemplo relatado por Mazzili (2002):

Um acórdão do STF (Supremo Tribunal Federal) afirmou inexistir discriminação quando se eliminou do concurso um candidato com cegueira bilateral, por que isso geraria impossibilidade de desempenho pleno na função de juiz federal (RE. 100.001-DF, j. 29/3/84). O acórdão por certo não seria proferido se os juizes tivessem considerado que é muito diferente a situação de quem conseguiu tornar-se habilitado para exercer os ofícios do Direito quando já portador de deficiência, e a daquele que, tendo visão normal, supervenientemente, se torna cego bilateral. Enquanto este último será aposentado por invalidez, já o primeiro fez seu curso jurídico iluminado apenas pela luz interna de sua força e vontade, que, não raro, é a bastante para ver muito além dos limites estreitos de quem não lhe reconhece aptidão para levar vida operosa e produtiva na sociedade.

[...] Conheço um Procurador do Trabalho com cegueira bilateral, que, apesar de discriminado em anterior concurso de ingresso à magistratura, não só entrou no Ministério Público, sem dever favor algum aos demais candidatos, como ainda, mercê de sua maturidade e cultura jurídica invulgares, tornou-se líder entre seus próprios colegas de visão normal.

Este é um exemplo claro de desobediência à Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, pois o § 2º do Art 5º estabelece que:

Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso.

Mais investimento na área de habilitação e reabilitação facilitaria o processo, pois como já foi afirmado, o trabalho é um importante agente na inclusão social.

Entende-se que o processo de inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho não depende somente dos empresários. Outros segmentos devem estar presentes, tais como: as Secretarias Estadual e Municipal da Educação, revendo e implementando a educação inclusiva; a administração pública dando o suporte na infra-estrutura, quanto ao atendimento de transporte, sinalização e saúde; e as instituições que dão atendimento às pessoas com deficiência podem fazer um trabalho em parceria com a educação formal, no sentido de estar promovendo a reabilitação e formação profissional, atenta às solicitações do mercado e promovendo a divulgação dos profissionais que ela forma, oferecendo também às empresas uma descrição das atividades que os deficientes, por categoria, podem fazer.

A Revista Benjamin Constant nº 4, setembro/96, apresenta um artigo com o resultado de um estudo profissiográfico que teve o objetivo de contribuir para o encaminhamento do deficiente visual ao mercado de trabalho. Esta pesquisa analisou um elenco de profissões que podem ser exercidas pelas pessoas cegas e de visão subnormal, identificando os seus pré-requisitos e as atribuições específicas, bem como recursos ópticos e técnicos capazes de facilitar o desempenho funcional dos sujeitos em questão. O resultado desta pesquisa está no anexo 'F'.

Enfim, medidas que embora direcionadas às pessoas com necessidades especiais, contribuem também para uma melhor qualidade de vida de todos os cidadãos, uma vez que entre elas encontram-se as relacionadas à saúde preventiva e à acessibilidade.

## II POLÍTIICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Pensar que os deficientes são discriminados no mercado de trabalho é uma constatação que deve ser válida na medida em que nos leve a enxergar que este tipo de mercado de trabalho por si só é discriminador.

Pensar que o Estado não tem uma política de reabilitação é outra constatação que deve ter valor na medida em que nos força a enxergar que o sistema de saúde é ineficiente no Brasil.

Pensar numa sociedade em que as pessoas deficientes vivam melhor é pensar não só na situação singular em que elas se encontram, mas também nos mecanismos que absorvem e circunscrevem todas as pessoas.

Enfim, pensar numa sociedade melhor para as pessoas deficientes é necessariamente também pensar numa sociedade melhor para todos nós!

**João Batista Ribas, 1996**

Neste capítulo são abordadas as políticas desenvolvidas pelos diversos segmentos do poder público e pelas instituições que prestam atendimento às pessoas com deficiências em Sorocaba, tendo como base os documentos e os dados obtidos nas entrevistas realizadas com os respectivos representantes dos órgãos públicos e das entidades.

É dado um destaque especial à educação, por considerá-la fundamental para a relação que é o tema deste trabalho, isto é, educação – trabalho – inclusão social.

### 2.1 Apresentando Sorocaba

Antes de falar sobre as políticas públicas direcionadas ao atendimento das pessoas com deficiência, parece importante situar Sorocaba, dando destaque à sua

importância no cenário da economia do estado e região, tendo em vista o desenvolvimento que o município vem apresentando, notadamente na área comercial e industrial.

Por ocasião das comemorações dos trezentos e cinquenta anos da fundação de Sorocaba, o Jornal “Cruzeiro do Sul” publicou a história do município em vinte fascículos, formando uma revista intitulada “Sorocaba 350 anos – Uma história ilustrada”. Todas as informações contidas neste item (2.1) foram retiradas daquela publicação.

Em 2004 Sorocaba completou trezentos e cinquenta anos de vida na condição de quarto município mais populoso do interior paulista, com 530 mil pessoas distribuídas em um território de 456 km<sup>2</sup>.

Com mais de 21 mil empresas, das quais 2,1 mil na área industrial, 6,9 mil de prestação de serviços, 12 mil dedicadas ao comércio e 42 ao “agrobusiness”, compõem com a capital e Campinas um triângulo propulsor do desenvolvimento do nosso Estado.

Fundada por Baltazar Fernandes, a cidade nasceu e cresceu bandeirante. Seu desenvolvimento se deu sob forte influência do tropeirismo e o capital oriundo do comércio de muares alavancou a economia da Vila, transformando e expandindo as pequenas casas de artesanato em indústrias diversificadas.

A Vila também se dedicava à plantação de algodão que era exportado para a Inglaterra, surgindo assim a necessidade de construir a Estrada de Ferro Sorocabana para escoar a produção. A construção desta ferrovia trouxe a possibilidade dos empresários importarem máquinas pesadas para as indústrias têxteis, dando início a um novo ciclo econômico na região. Naquela época o

crescimento da indústria têxtil levou a cidade a ser conhecida como a “Manchester Paulista”.

O desenvolvimento econômico ia acontecendo, mas a educação não ia ao mesmo ritmo. Sorocaba lutou durante muito tempo para conseguir o avanço educacional que outras cidades paulistas obtiveram muito antes dela: o ensino ginásial e o ensino profissional.

No entanto, adiantou-se no ensino superior, sendo a primeira cidade do interior paulista a implantar em 1940, uma escola de medicina fora da capital. Em 1971 a cidade recebeu a primeira faculdade pública, a Faculdade de Tecnologia de São Paulo (FATEC). Atualmente esta faculdade oferece quatro cursos de graduação e um de pós-graduação.

Hoje, em Sorocaba, estão instaladas três universidades particulares e três faculdades: o Centro de Ciências Médicas e Biológicas da Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP); a UNISO; a UNIP; a Universidade Estadual Paulista (UNESP); a FACENS; a Faculdade de Direito de Sorocaba (FADI); e o Instituto Manchester Paulista de Ensino Superior.

O município de Sorocaba conta com oitenta e três unidades de educação infantil, trinta e três escolas municipais, oitenta e nove escolas estaduais, duas escolas técnicas estaduais e cinquenta e três escolas particulares. Uma delas é o Colégio Politécnico de Sorocaba, que é mantido pela Fundação Ubaldino do Amaral e será descrito mais adiante, detalhadamente, porque dentre as escolas visitadas em Sorocaba é a que mais se aproxima do modelo de escola inclusiva. Oferece cursos de formação profissional e é mediador entre os alunos e as empresas. Mantém uma estrutura para atender os alunos com deficiência física, sensorial e mental. Em Sorocaba, é o único espaço que dá aos jovens adolescentes com

deficiência esse atendimento, incluindo-os em classes regulares e dando-lhes suporte extraclasse. Foi percebida a atenção que a equipe do colégio dispensa aos alunos deficientes desde o momento da sua inscrição para o vestibulinho e estendendo-se no atendimento das suas necessidades do cotidiano durante todo o curso.

Embora mantenha algumas características de cidade do interior, Sorocaba tem posição de destaque no Estado de São Paulo e a tendência é que se consolide cada vez mais como metrópole regional.

O gerente regional do Centro e da Federação da Indústria do Estado (CIESP/FIESP), José Fernando Alonso, diz que Sorocaba mantém economia ativa e forte vocação industrial.

Inclusive, o Plano Diretor recém aprovado reservou uma área total equivalente a 50% do atual Parque Industrial, apenas para abrigar novas empresas. Atualmente são 2.100 indústrias empregando aproximadamente 38.000 pessoas, conforme a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego. O setor industrial movimenta a maior parte da economia Sorocabana e leva na esteira o comércio e o setor de serviço, diz o Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, João Paulo Corrêa.

As indústrias instaladas em Sorocaba fazem do município o quarto pólo de desenvolvimento regional de São Paulo, segundo o Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). Com uma produção bem diversificada, seus produtos são competitivos no mercado interno e externo. Atualmente conta com 164 empresas exportadoras que enviam seus produtos para 114 países.

O perfil da economia do município mudou. Certamente, a atenção dada à educação de todos, inclusive a das pessoas com deficiência, pode contribuir para

dar conta dessa nova ordem, porque para dar sustentabilidade a este desenvolvimento industrial e comercial faz-se necessário a mão-de-obra especializada. É importante que se mantenha a proximidade e o intercâmbio entre as universidades, faculdades e escolas técnicas. Que essas instituições, ao determinar os cursos que serão oferecidos, estejam atentas às solicitações do mercado de trabalho. “Hoje não basta apenas terreno, água e luz. Os empresários analisam a cidade em si e tudo que ela oferece não só em termos físicos, mas principalmente em qualidade de vida: saúde, educação e lazer”, observa João Paulo Correa.

As empresas também estão cada vez mais se preocupando com a sua responsabilidade social e cabe aí lembrar do cumprimento das cotas estabelecidas pela Lei nº 8213. Mas, não se pode exigir delas que contratem deficientes, por assistencialismo. É preciso que elas tenham à disposição currículos de profissionais qualificados.

Considerando que Sorocaba tem uma expectativa de crescimento do seu parque industrial e com ele vem o desenvolvimento de outros setores, o poder público deve implementar ações no sentido de que todos sejam incluídos, oferecendo uma educação adequada ao novo perfil da sua economia.

## **2.2 O atendimento educacional aos alunos com deficiência em Sorocaba**

### **2.2.1 Na Rede Municipal de Ensino**

A Supervisora de Ensino e a Chefe do SAPT da Secretaria da Educação deram informações sobre o sistema educacional no município e sobre a política de inclusão escolar na rede municipal.



Segundo a Supervisora de Ensino – Professora Elaine Matos – a Prefeitura Municipal de Sorocaba não tem um projeto específico para o atendimento dos alunos com deficiência. A política do município é atendê-los, conforme orienta a LDB/1996 no Inciso IV do Artigo 58: “Entende-se por educação especial para os efeitos dessa Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”.

As crianças que apresentam alguma deficiência são atendidas no SAPT para então serem encaminhadas à instituição adequada à sua necessidade.

Apresentamos nos quadros abaixo os levantamentos do número de alunos com deficiência na rede municipal de ensino em Sorocaba, nos anos de 2002 e 2003, segundo as informações do SAPT, e o de 2005 segundo as informações da Secretaria da Educação. Deixa-se de apresentar os dados relativos a 2004, pois a SEDU não dispunha dos mesmos.

**Quadro I – Alunos com Deficiência na Rede Municipal de Ensino em 2002**

<b>Tipo de Deficiência</b>	<b>Educação Infantil</b>	<b>Ensino Fundamental</b>	<b>Ensino Médio</b>	<b>Total</b>
<b>Deficiência Visual</b>	4	-	-	-
<b>Deficiência Mental</b>	20	-	-	-
<b>Deficiência Auditiva</b>	19	-	-	-
<b>Deficiência Física</b>	20	-	-	-
<b>Total</b>	<b>63</b>	-	-	-

Fonte: SAPT/2005

Não há dados estatísticos referentes ao ensino fundamental e médio em 2002. Neste ano, o SAPT atendia apenas aos alunos da educação infantil. A partir de 2003, esse serviço foi ampliado, passando a atender também os alunos do ensino fundamental e médio.

Até 2003, o levantamento do número de alunos com deficiência foi feito pelo SAPT, a partir de 2004 os dados referentes aos alunos atendidos por esse serviço passaram a ser de responsabilidade do Serviço de Estatística da SEDU.

**Quadro II – Alunos com Deficiência na Rede Municipal de Ensino em 2003**

Tipo de Deficiência	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Total
Deficiência Visual	06	32	03	41
Deficiência Mental	33	94	01	128
Deficiência Auditiva	09	46	00	55
Deficiência Física	14	26	03	43
<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>198</b>	<b>07</b>	<b>267</b>

Fonte: SAPT/2005

**Quadro III – Alunos com Deficiência na Rede Municipal de Ensino em 2005**

Tipo de deficiência	Educação Infantil	Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries)	Ensino Fundamental (5ª a 8ª series)	Ensino Médio	Totais
Deficiência Visual	12	15	01	01	29
Síndrome de Down	08	12	-	-	20
Outras Deficiências Mentais	14	21	16	02	53
Deficiência Auditiva	08	32	13	06	59
Deficiência Física	24	30	03	03	60
Deficiências Múltiplas	08	11	05	01	25
Autismo	02	03	01	-	06
<b>Totais</b>	<b>76</b>	<b>124</b>	<b>39</b>	<b>13</b>	<b>252</b>

Fonte: SEDU/2005

Observa-se que, independente da deficiência, há uma brusca redução do número de matrículas do Ensino Fundamental para o Ensino Médio. Adiante, no item 2.3 deste trabalho, será feita uma análise mais detalhada sobre a evolução do número de matrículas dos alunos com deficiência em Sorocaba.

A LDB, no seu § 1º, Artigo 58, diz que: “Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializados, na escola”.

Na entrevista com a Supervisora da rede municipal, Profª Elaine, foi percebida a preocupação por parte da equipe técnica da SEDU, em oferecer um atendimento especializado e complementar aos alunos com deficiência, em parceria com as instituições conveniadas com a Prefeitura.

Em 2000, a Profª Elaine presidiu uma comissão que elaborou um Projeto apresentando sugestões para esse atendimento e o entregou à Secretaria da Saúde, destacando a importância de se oferecer este serviço aos alunos com alguma deficiência. Como este Projeto não se concretizou, em 2003 foi feito um novo Projeto e desta vez, propondo a criação do Centro de Atendimento Educacional Especializado. Este Projeto foi inspirado nos princípios filosóficos do Ministério Público. Este Centro Educacional, como salientou a Profª Elaine, não pode ser um Centro Terapêutico, ele deverá ser um centro de atendimento educacional especializado complementar, constituído de vários profissionais, formando uma equipe multidisciplinar cujo objetivo será dar suporte e estar contribuindo com as escolas e os professores, no sentido de orientar mais sobre a deficiência.

Este Centro deverá ser também, um articulador entre as instituições que mantêm convênios com a Prefeitura, com o objetivo de se ter uma maior clareza da evolutiva dos alunos atendidos por elas.

Segundo a Supervisora, sempre houve heterogeneidade em sala de aula, mesmo antes da inserção das crianças com deficiência nas classes regulares. Essa diversidade tem que ser considerada e por isso os professores devem ter maior conhecimento sobre o desenvolvimento humano, no que tange às especificidades de cada deficiência. O centro entrará como complemento, mas não como substituto da classe comum, até mesmo porque a Constituição não permite isso. E acrescentou:

[...] frente à inclusão, tanto a escola como a instituição têm que resignificar o seu papel. A instituição é complemento, não deve alimentar a doença pela doença, é busca das possibilidades, é um ser humano que tem aquela diferença, mas que constrói conhecimento, que tem uma cultura, um contexto de vida e que isso interfere em quem ele é. O ser humano dependendo do meio em que vive, do ensino que lhe oferece, da família que ele tem, é determinante para que essa pessoa se sinta parte.

Identifica-se na proposta da criação do Centro de Atendimento Educacional Especializado: a preocupação no diagnosticar, os cuidados com a avaliação, o empenho em desenvolver ações para incluir nas classes regulares os alunos com deficiência e a sua permanência na escola. No entanto, não constatamos a mesma preocupação em estender a inclusão além do aspecto pedagógico, inclusive, na página oito do documento<sup>4</sup>, refere-se ao Artigo 205 da Constituição Federal, em relação ao direito à educação. Mas a própria Constituição Federal enfatiza que esse direito deve visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho.

Segundo a Prof<sup>a</sup> Elaine, Sorocaba tem avançado bastante neste aspecto da educação inclusiva, mas para que a inclusão se efetive e cumpra as determinações da LDB, no que tange à educação especializada, ainda há muito que fazer.

---

<sup>4</sup> Projeto da criação do Centro de Atendimento Educacional Especializado.

Atualmente na rede municipal de ensino, o atendimento às crianças com deficiência é feito em classes regulares e em paralelo, essas crianças são atendidas pelas instituições especializadas na deficiência correspondente. É um trabalho de parceria entre o Poder Público e as Instituições.

Uma vez por mês, o professor da classe regular é dispensado das suas funções para ir conversar com o professor da Instituição, para que juntos possam fazer uma avaliação da criança e estabelecer diretrizes, visando lhe propiciar um melhor desenvolvimento.

A Secretaria da Saúde também mantém um convênio com a Associação Pró-reintegração da Criança. É um atendimento terapêutico, psicológico e também psiquiátrico. Eles fazem um trabalho voltado ao distúrbio de comportamento.

Em 2004, o Plano Municipal de Educação foi elaborado por uma comissão composta por profissionais da rede municipal, estadual, representantes das ONG's e das escolas especiais. O Plano está em processo de aprovação.

A Supervisora ressaltou que neste Plano foi incluído o atendimento educacional especializado, para que ele faça parte das ações das políticas públicas e não fique vulnerável às políticas partidárias. Para isso foram feitas audiências públicas para que a sociedade tivesse a oportunidade de discutir essas questões. Segundo ela, neste aspecto, o município precisa ser melhorado.

Na rede municipal, como a filosofia é a da inclusão, não há sala de recursos. Hoje, na Escola Municipal Leonor Pinto Thomaz tem uma professora que ajuda no atendimento aos deficientes visuais matriculados na rede, mas não há uma regularidade nos atendimentos.

A equipe reconhece que o município tem desenvolvido um trabalho mais voltado para a inclusão escolar e, até o momento, ainda não existe um programa público destinado à profissionalização dos alunos com deficiência.

A Secretaria da Cidadania oferece alguns cursos profissionalizantes, mas também atendendo à política de não segregação, esses cursos são oferecidos a todos os munícipes deficientes e não deficientes. São cursos mais voltados ao artesanato e são ministrados por pessoas que dominam as técnicas das atividades oferecidas, porém não têm formação pedagógica nem específica em educação especial.

A SEDU, em parceria com a Secretaria da Saúde (SES), desenvolve o programa “Escola Saudável”. Segundo a Dr<sup>a</sup> Paula Rita, coordenadora deste Programa, dentre as ações desenvolvidas visando a saúde das crianças do município está o exame oftalmológico, que é feito por uma unidade móvel do Hospital Oftalmológico de Sorocaba, cujo objetivo é fazer uma triagem nas crianças que freqüentam a 1<sup>a</sup> série e a 4<sup>a</sup> série do Ensino Fundamental nas escolas municipais. Se a criança apresentar alguma dificuldade, ela é encaminhada ao hospital para fazer um exame mais detalhado. Segundo a coordenadora, as séries foram estrategicamente escolhidas. O exame nas crianças da 1<sup>a</sup> série é recomendado porque as crianças estão se alfabetizando e a 4<sup>a</sup> série porque o sistema visual das crianças nesta faixa etária já apresenta amadurecimento e é aconselhável outro exame para verificar se há alguma alteração.

Outra ação desenvolvida pelo programa é a capacitação que a Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Sorocaba (APADAS) faz com os professores do ensino fundamental, orientando-os no sentido de observar as crianças e poderem estar identificando crianças com possíveis problemas auditivos.

Caso alguma apresente sinais de dificuldade na audição, o professor a encaminhará à Instituição para ser examinada.

### 2.2.2 Na Rede Estadual de Ensino

Na Diretoria Regional de Ensino de Sorocaba, as informações dadas pela Supervisora, a Prof<sup>a</sup> Cristina, esclareceram de que modo a Rede Estadual de Ensino atende às crianças com deficiência.

Ao contrário do que acontece na rede municipal, a rede estadual mantém classes especiais e salas de recursos regidas por professores que têm especialização nas áreas das deficiências.

O quadro abaixo, mostra a evolução do número de alunos nos três últimos anos nas classes especiais e nas salas de recursos, segundo os dados fornecidos pela Diretoria Regional de Ensino de Sorocaba.

**Quadro IV – Matrículas nas classes especiais e Salas de Recurso na Rede Estadual de Ensino**

Tipo de atendimento	Ano		
	2003	2004	2005
<b>Classes Especiais</b>	<b>173</b>	<b>194</b>	<b>224</b>
<b>Salas de Recursos</b>	<b>81</b>	<b>63</b>	<b>63</b>
<b>TOTAL</b>	<b>254</b>	<b>257</b>	<b>287</b>

Fonte: Diretoria Regional de Ensino de Sorocaba

O atendimento ao aluno com deficiência na sala de recurso tem uma periodicidade variável e é sempre no período inverso ao que o aluno frequenta a classe regular.

A sala de recurso, de acordo com o manual elaborado pela CENP é uma das formas de atendimento dada aos alunos que frequentam a classe comum e que

necessitam da educação especial para atender suas necessidades específicas nas áreas das deficiências auditiva, física, mental e visual, e também receberem orientação quanto às suas possibilidades no campo profissional. Segundo a Supervisora, até o momento o Estado ainda não tem um programa para esse fim, embora reconheça a necessidade de se investir neste aspecto.

Inclusive no momento, segundo a Supervisora, há uma questão que está sendo discutida, é o certificado de terminalidade atribuído aos alunos que atingem o máximo de sua capacidade cognitiva, mas não conseguem concluir o curso. Cabe ao Conselho da Escola, com a aprovação da Supervisão, decretar a terminalidade.

Nesse ponto, vale uma reflexão: quando este aluno se candidatar a uma vaga no mercado de trabalho, com esse tipo de certificado, ele não será discriminado?

Segundo a Supervisora, essa questão é preocupante, mas a idéia é que no momento em que a escola der ao aluno o certificado de terminalidade, ele será encaminhado para um Centro onde receberá orientação e uma formação profissional.

Como já foi dito anteriormente, este Centro ainda não existe. Daí o grande impasse: quem dará a esses alunos uma formação profissional, de modo que tenham mais autonomia no exercício da sua cidadania? Em Sorocaba, até a presente data, nem a rede municipal de ensino nem a estadual oferecem a esses alunos o atendimento sugerido pela LDB, no seu Artigo 59:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais, educação para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulações com os órgãos oficiais afins bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora.



Em Sorocaba, a rede estadual de ensino tem uma sala de recursos para atender a todos alunos deficientes visuais matriculados nas escolas estaduais e a alguns outros da rede municipal, quando solicitado. Nesta classe há um computador com o programa 'Dos-Vox' instalado. Mas, infelizmente ele não é usado sistematicamente, tendo em vista que nesta classe os alunos são atendidos em grupos muito heterogêneos, não só no grau de deficiência, mas também de diferentes níveis de escolaridade. Não há um profissional para dar as aulas de informática. Em geral, os atendimentos são uma ou duas vezes por semana, com duração de uma hora e neste pouco tempo a professora prioriza as aulas de reforço.

Também cabe à professora da sala de recurso a transcrição dos textos, das atividades e das provas para o Braille, além de preparar o material pedagógico. Parece pouco tempo para tantas atribuições, ficando, deste modo, o atendimento a esses alunos prejudicado.

Cabe ainda ressaltar que tanto na rede municipal quanto na estadual a média de alunos por classe é de 35 alunos, independente da classe ter ou não aluno com deficiência. A supervisora da rede estadual reconhece que as classes são grandes e que isso prejudica o atendimento, como podemos observar na sua fala:

É difícil para o professor trabalhar a inclusão tendo classes tão numerosas e não ter ninguém na escola que possa dar um apoio, um funcionário, alguém que o professor possa chamar para atender em uma emergência.

Mendes (2005), analisando o número de matrículas de alunos com necessidades especiais, verificou que a grande maioria desses alunos está fora de qualquer tipo de escola e acrescenta:

[...] os poucos alunos com necessidades educacionais especiais que têm tido acesso a algum tipo de escola, não estão necessariamente recebendo uma educação apropriada, seja por falta de profissionais qualificados ou mesmo pela falta generalizada de recursos. Além da predominância de serviços que envolvem, desnecessariamente a segregação escolar, há evidências que indicam um descaso do poder

público; uma tendência à privatização, considerando-se que a maioria das matrículas está na rede privada.

Neste texto, a autora refere-se ao atendimento em nível nacional. Em relação a Sorocaba, pelos contatos feitos, pode-se perceber que o município acompanha essa tendência. Há projetos em curso, mas o poder público ainda depende muito da iniciativa privada, como veremos no item 2.3 deste trabalho. Há carência de recursos materiais e de profissionais preparados para atender esse aluno com necessidades especiais a fim de promover o seu desenvolvimento integral.

### **2.2.3 No Colégio Politécnico**

O Colégio Politécnico foi destacado neste trabalho porque dentre as escolas contatadas, foi o que apresentou uma estrutura que lhe permite oferecer aos alunos com deficiência uma educação inclusiva seguindo as orientações da LDB/1996 e oferecendo o curso médio e técnico-profissionalizante aos alunos com deficiência.

O Colégio é mantido pela Fundação 'Ubaldo do Amaral', proprietária do Jornal Cruzeiro do Sul de Sorocaba. Os cursos são inteiramente gratuitos, inclusive o material escolar que é todo apostilado. Se houver necessidade, é oferecido o vale transporte para aqueles alunos cujas famílias não dispõem de recursos para provê-los.

O Colégio foi inaugurado em 1999, a princípio com cursos de ensino médio e técnico integrados e a partir de 2001 os cursos técnicos passaram a ser semestrais.

Semestralmente, a equipe escolar reúne-se para avaliar e decidir quais os cursos que serão oferecidos no semestre seguinte. Em novembro de 2004, foi feito o vestibulinho para o ensino médio, que foi oferecido no 1º semestre de 2005; já no 2º semestre de 2005, a opção foi pelo curso técnico. Na avaliação para escolha dos cursos que serão oferecidos, são levados em consideração: o mercado de trabalho, o interesse das empresas, a disponibilidade dos professores e a demanda existente.

Ao concluir o curso médio, os alunos saem com uma qualificação em escriturário. No currículo deste curso eles têm noções de Contabilidade Geral, Direito, Redação Empresarial, Teoria organizacional, Economia e Mercado e Matemática Financeira.

Todos os cursos têm informática, espanhol e inglês, inclusive no Ensino Médio.

Não há restrição para matrículas de alunos portadores de deficiência. Os critérios de seleção são: aprovação no exame do vestibulinho e ser carente, pois é levado em consideração o nível sócio-econômico do candidato.

Segundo a Profª Sonia Maria Costa De Laurentis, Coordenadora do Serviço de Atendimento ao Estudante, o colégio começou a se preocupar com a inclusão desde o primeiro processo seletivo e sempre tem procurado dar todo o suporte para que estes alunos tenham as mesmas oportunidades dos outros estudantes.

A evolução do número de matrículas dos alunos com deficiência no Colégio Politécnico, nestes seis anos de existência, pode ser observada no quadro a seguir:

**Quadro V – Matrículas de alunos com deficiência no Colégio Politécnico**

Tipos de Deficiência	1999	2000	2001		2002		2003	2004		2005
			1º S E M	2º S E M	1º S E M	2º S E M	1º S E M	1º S E M	2º S E M	1º S E M
Deficiente Físico	11	12	9	9	6	8	5	7	5	5
Cadeira de Rodas	3	4	4	4	7	6	5	1	1	0
Cegueira Total	2	2	0	0	2	2	3	2	2	1
Visão Subnormal	2	2	4	4	5	6	7	5	4	3
Deficiente Auditivo	3	4	5	5	4	2	0	1	1	0
Deficiente Mental	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Uso de Muleta	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Uso de Bengala	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Escoliose Grave	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
Síndrome de Morkio	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>	<b>27</b>	<b>22</b>	<b>22</b>	<b>24</b>	<b>24</b>	<b>23</b>	<b>16</b>	<b>13</b>	<b>9</b>

Fonte: Colégio Politécnico (05/04/2005)

Observa-se uma redução do número de matrículas no segundo semestre de 2004 e no primeiro semestre de 2005. Esta redução foi justificada pelo fato de que naqueles semestres não houve vestibulinho para o curso técnico — o exame de seleção foi somente para o ensino médio — e quando isto acontece, há uma redução do número de candidatos. Sobre essa questão a Prof<sup>a</sup> Sonia disse: *Para você ver como a profissionalização e o encaminhamento profissional são importantes.*

Logo no primeiro vestibulinho, em 1999, foram aprovados vinte dois alunos portadores de deficiência, entre eles, dois com cegueira total e dois com visão subnormal.

O Colégio tem um bom acervo em Braille. Alguns materiais são preparados pela Prof<sup>a</sup> Sonia e outros são adquiridos da Fundação Dorina Nowill, como: atlas, mapas, dicionários, livros falados, o código civil e o código do consumidor.

Também estão à disposição dos alunos os computadores com os programas "Virtual-Vision" e "Dos-Vox" instalados. O colégio ainda não possui impressora em Braille, devido ao alto custo desse equipamento. Em algumas disciplinas, devido as suas especificidades, como gráficos, por exemplo, é difícil fazer a transcrição com fidelidade. Mas a Prof<sup>a</sup> Sonia diz que com o tempo ela desenvolveu uma técnica e que, com criatividade, procura transcrever esses gráficos com fidelidade, de modo que os deficientes visuais possam perceber melhor, facilitando o entendimento deles.

Todo o material apostilado utilizado nas aulas é antecipadamente transcrito em Braille e doado aos alunos deficientes visuais, de modo que eles possam acompanhar as aulas tal como os outros alunos o fazem e mesmo após deixar o colégio, eles terão o material disponível para possíveis consultas.

Há também a preocupação de oferecer a esses alunos artigos de revistas e jornais, em Braille, com assuntos atuais referentes à área de conhecimento do curso que estão fazendo, de modo a mantê-los bem informados.

Quanto às avaliações, todas as provas são transcritas em Braille e os alunos deficientes visuais fazem as mesmas provas que os demais.

O Colégio tem uma coordenadora de estágios que mantém contatos freqüentes com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), com o Ministério do Trabalho e com as agências de emprego. Abre-se um cadastro para pessoas com deficiência, facilitando o processo para que as empresas cumpram a Lei nº8123/91, a que determina que as empresas devem oferecer proporcionalmente ao número de empregados, vagas para as pessoas com deficiência.

Até o momento, todos os alunos que concluíram o Colégio Politécnico estão empregados. Inclusive, em abril de 2005, uma empresa queria contratar um aluno com deficiência e enviou uma consulta ao Colégio. Como os atuais alunos já estavam empregados, os ex-alunos foram também consultados. Felizmente todos os ex-alunos estão no mercado de trabalho e o colégio não pode atender à solicitação da empresa.

Esse fato vem reforçar a tese de que a educação é fundamental no processo da inclusão social. Se esses alunos estão empregados é por que, além do esforço pessoal de cada um, tiveram apoio e a oportunidade de ter uma escolarização adequada.

Neste colégio constatamos que a inclusão vem acontecendo conforme o que as leis estabelecem. A Prof<sup>a</sup> Sonia não costuma carregá-los no colo, como ela diz: *Se ele erra, leva bronca; se acertar, ganha elogio. É cobrado dele e todos a responsabilidade. Eu digo assim para ele: "Você não gosta de ser discriminado*

*porque é deficiente. Briga porque alguém fez alguma coisa para você e o discriminou. Então, a partir do momento que você está sendo incluído, você não tem o direito de achar ruim de nada. Você é igual a todo mundo. A regra que é para um é para todos, o que os outros devem fazer, você tem que fazer também. Eu posso ajudar, mas não fazer por você. Você tem que fazer a sua parte”.*

Há algumas restrições para os alunos deficientes nas aulas de educação física. Eles participam e se envolvem de acordo com as suas possibilidades, dependendo da deficiência. Essas aulas são dentro do horário escolar.

Mas há outras atividades nas quais eles são envolvidos. Por exemplo, o festival de bandas. O ‘J’ é um dos alunos deficiente visual, toca teclado muito bem e em todas as formaturas ele vem se apresentando acompanhando o coral.

O colégio oferece atividades recreativas e culturais extraclasse aos sábados.

A Prof<sup>a</sup> Sonia lembrou a trajetória de alguns alunos e dentre eles destacou o ‘G’, um aluno com cegueira total, que foi aprovado no primeiro vestibulinho em 1999 para o Curso Técnico de Comércio Exterior. Na seqüência ele fez novo vestibulinho e foi aprovado para o Curso de Vendas. Passado um ano, ele fez outro vestibulinho e foi aprovado, desta vez para o Curso Técnico em Recursos Humanos e atualmente está fazendo o curso Sistema de Informação. Há dois anos atrás, ele fez o curso de Informática para deficientes no SENAI de Itu. Naquela ocasião esta escola havia comprado uma impressora em Braille e precisava de um deficiente visual para revisar os textos. O ‘G’ foi contratado temporariamente para fazer esse serviço. Mostrou bom desempenho e cresceu na empresa, foi contratado como prestador de serviços e logo em seguida foi efetivado e começou a dar aulas de informática para deficientes visuais nos cursos que o SENAI oferece fora de Itu em parceria com outras prefeituras.

A Profª Sonia concluiu dizendo: *O 'G' é uma pessoa que tem muito empenho e determinação e assim ele vai vencendo os obstáculos e os limites decorrentes da sua deficiência.*

### **2.3 Análise da evolução das matrículas dos alunos com deficiência em Sorocaba**

Para fazer esse estudo foi feita uma pesquisa das matrículas realizadas de alunos com deficiência no período de 2002 a 2004, tendo como referência os dados fornecidos:

- ◆ pela Secretaria Municipal de Educação;
- ◆ pela Diretoria Regional de Ensino da rede estadual;
- ◆ pelas planilhas enviadas pelo Sr. Hélio Franco Rull, do INEP;
- ◆ pelos contatos com cinco escolas particulares de Sorocaba: Colégio Objetivo, Organização Sorocabana de Ensino, Colégio Uirapuru, Colégio Dom Aguirre e Colégio Anglo; e
- ◆ com as escolas técnicas: SENAI, SENAC, SESI e Colégio Politécnico.

O objetivo foi analisar a evolução do número de matrículas dos alunos com deficiência em Sorocaba na educação básica, com destaque para os deficientes visuais.

Considerando os contatos realizados nas escolas particulares, com exceção do Colégio Politécnico, durante este período não foram matriculados alunos com deficiência visual, desde a educação infantil até o ensino médio ou técnico.

Tivemos algumas dificuldades para realizar essa análise. Primeiro, há discordância entre os números indicados pelo INEP e os oferecidos pelas Secretarias. Talvez isso ocorra devido à variação nos padrões de definição, como

por exemplo, quem são os alunos com necessidades especiais e quais são os critérios para identificar a deficiência. Há também o caso de alunos com mais de uma deficiência, a fonte não esclarece em que grupo este aluno é contabilizado. Outra possível causa para a divergência dos dados pode estar relacionada aos períodos de coleta e divulgação dos dados pelas diferentes fontes consultadas.

Sobre esse assunto, Costa (2005, p. 35) destaca que:

No que se refere às pessoas significativamente diferentes, não há consenso em relação aos dados estatísticos quanto às pessoas com deficiência e, conseqüentemente, os dados disponibilizados apresentam limites que são impostos tanto pelas metodologias adotadas quanto pelos estudos acerca dessa população.

Por não ter conseguido quadros da rede municipal e estadual com as mesmas informações num determinado período, optamos por trabalhar com os quadros oriundos de uma mesma fonte, que tivessem indicativos semelhantes e que dessem parâmetros para identificar qual é a tendência da evolução do número de matrículas dos alunos com necessidades especiais em Sorocaba. Escolhemos os dados fornecidos pelo INEP, por ser ele reconhecido como fonte confiável e por ter os dados pertinentes à proposta do nosso trabalho, isto é, verificar o atendimento educacional dos alunos com deficiência visual no município e se eles estão tendo uma formação profissional que lhes dê condições de ter acesso ao mundo do trabalho.

Após várias tentativas junto à Secretaria Municipal de Educação e à Diretoria Regional de Ensino para obter os dados referentes ao número de matrículas dos alunos com necessidades especiais, por tipo de deficiência e nível de ensino que freqüentam as escolas da rede estadual e municipal, e também não os conseguindo no site do INEP, foram feitos contatos com vários setores ligados à educação, na esperança de obtê-los. Finalmente, em cinco de julho de 2005, um contato feito com



a Secretaria da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), em Brasília, felizmente indicou a pessoa certa, o Sr. Hélio Franco Rull do INEP, no Rio de Janeiro. Foi enviado um e-mail para ele e no mesmo dia recebemos as informações solicitadas, ou seja, os dados referentes ao número de alunos com deficiência, por nível de ensino e por tipo de deficiência, incluídos nas classes regulares em Sorocaba.

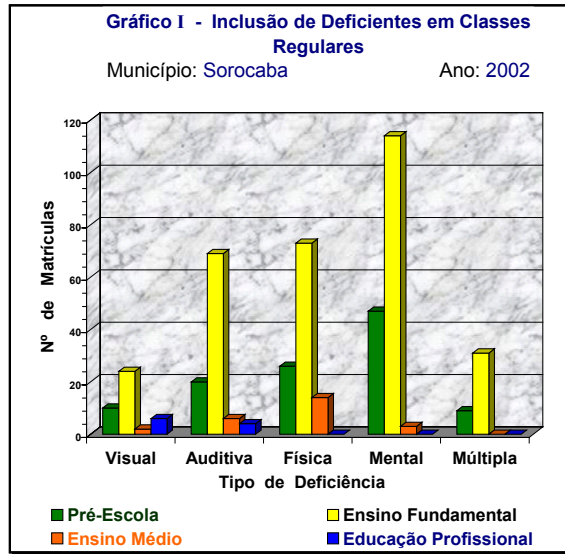
Em seguida, foi-lhe solicitado o envio dos dados referentes às matrículas da educação especial e, mais uma vez, ele prontamente os forneceu. Esses dados nos permitiram ver com maior clareza os atendimentos feitos pelo poder público e pelas instituições.

Como os quadros fornecidos pelo INEP contêm muitas outras informações não pertinentes a este estudo, optou-se por apresentar um quadro contendo somente os dados referentes às matrículas dos alunos incluídos na educação básica, no período de 2002 a 2004, em Sorocaba.

Para se ter uma maior clareza da evolução dessas matrículas, ao lado de cada quadro é apresentado um gráfico correspondente.

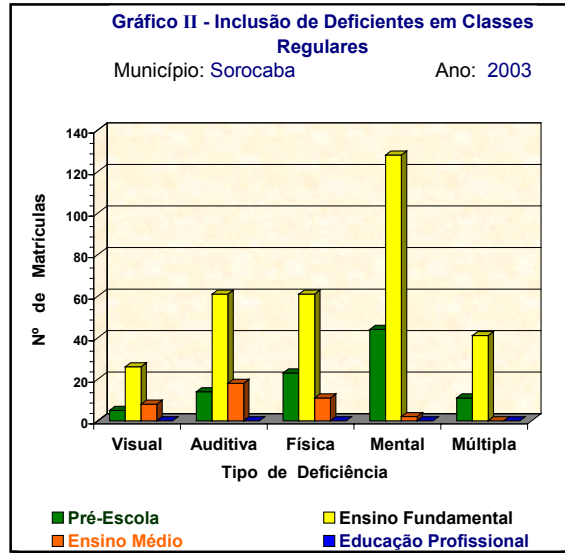
**Quadro VI - Matrículas dos alunos incluídos nas classes regulares, no município de Sorocaba, em 2002**  
(fonte: Dados compilados das tabelas do INEP)

Nível de Ensino	TIPO DE DEFICIÊNCIA					TOTAIS
	Visual	Auditiva	Física	Mental	Múltipla	
Pré-Escola	10	20	26	47	9	112
Ensino Fundamental	24	69	73	114	31	311
Ensino Médio	2	6	14	3	0	25
Educação Profissional	6	4	0	0	0	10



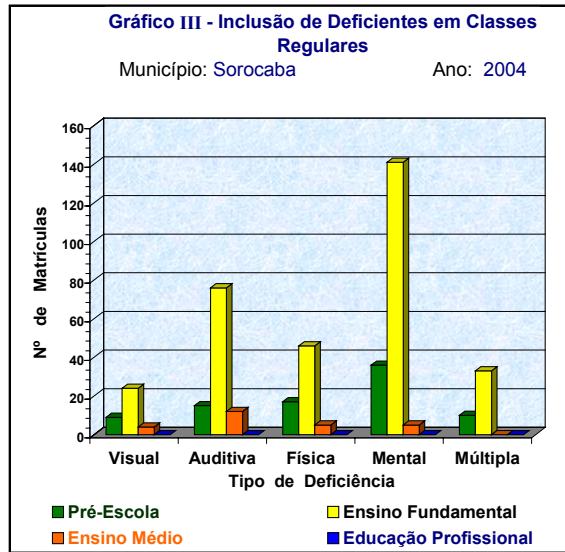
**Quadro VII - Matrículas dos alunos incluídos nas classes regulares, no município de Sorocaba, em 2003**  
(fonte: Dados compilados das tabelas do INEP)

Nível de Ensino	TIPO DE DEFICIÊNCIA					TOTAIS
	Visual	Auditiva	Física	Mental	Múltipla	
Pré-Escola	5	14	23	44	11	97
Ensino Fundamental	26	61	61	128	41	317
Ensino Médio	8	18	11	2	0	39
Educação Profissional	0	0	0	0	0	0



**Quadro VIII - Matrículas dos alunos incluídos nas classes regulares, no município de Sorocaba, em 2004**  
(fonte: Dados compilados das tabelas do INEP)

Nível de Ensino	TIPO DE DEFICIÊNCIA					TOTAIS
	Visual	Auditiva	Física	Mental	Múltipla	
Pré-Escola	9	15	17	36	10	87
Ensino Fundamental	24	76	46	141	33	320
Ensino Médio	4	12	5	5	0	26
Educação Profissional	0	0	0	0	0	0



Os quadros VI, VII e VIII referem-se aos alunos incluídos em classes regulares, com ou sem apoio, contabilizando os alunos com deficiência, matriculados na rede municipal e parte dos alunos com deficiência da rede estadual, tendo em vista que o estado ainda mantém atendimento em classes especiais. Observa-se que, independentemente da deficiência, o fenômeno se repete, isto é, ocorre um aumento do número de matrículas de alunos incluídos da pré-escola para o ensino fundamental e uma brusca redução das matrículas do ensino fundamental para o ensino médio.

Não há registro da oferta do ensino profissionalizante em 2003 e 2004. Também foi observado que dentre os alunos com necessidades especiais, aqueles com deficiência mental têm maior representatividade na pré-escola e no ensino fundamental.

Embora não caiba neste trabalho fazer uma análise detalhada sobre esse assunto, vale registrar a questão. O grande número de alunos com deficiência mental é preocupante, tendo em vista que na deficiência auditiva, visual ou física não há muitas dúvidas em relação ao diagnóstico, mas, em relação à deficiência mental há alguns questionamentos que devem ser feitos, tais como: quais são os critérios adotados para considerar um aluno deficiente mental? Baseado em que parâmetros são avaliados? Quais são os alunos deficientes mentais: são os que não conseguem aprender com os outros ou aqueles que têm “distúrbio” de comportamento? Enfim, muitas considerações devem ser levadas em conta antes de rotular essa criança.

Tomasini (2000, p. 111) lembra que:

As normas sociais são produto da ação dos seres humanos em situações construídas historicamente. [...] isso não significa que normas, regras e valores sejam recebidos pelo homem de forma passiva, sem que tragam algumas modificações ou que ele possa

interferir. [...] indivíduos diferentes adaptam-se de forma diferente no mesmo contexto social.

E acrescenta que:

À medida que determinados indivíduos se afastam, em virtude de seus atributos, da grande maioria dos seres com os quais são comparados, eles passam a ser considerados como uma espécie de negação da ordem social.

E para essas pessoas que destoam do padrão considerado “normal”, são criados mecanismos de normatização.

A autora, supra citada, adverte que “não se trata de negar as causas específicas de determinado tipo de deficiência, nem de negar que determinado grupo de indivíduos tem características explícitas de problemas de ordem biológica, genética ou hereditária”. Segundo a autora, a preocupação está nos estigmas e nas conseqüências que os rótulos podem trazer para essas pessoas. Os alunos considerados à margem dos padrões “normais” são indicados para a educação especial, e este termo “especial” vai justificar a sua segregação nas instituições. Sob a justificativa da necessidade da educação especial, legitima-se a sua exclusão.

Ferreira (1989, p. 12) em relação à educação especial afirma que: “O discurso da normalização/integração parece não se materializar nas contradições: normatização/ estigmatização, integração/exclusão, educação/ custódia, o peso tende a cair no segundo termo”.

A seguir apresentamos o quadro IX, com os dados referentes às matrículas dos alunos do ensino regular, e o quadro X, com os totais de alunos incluídos nas classes regulares, entre 2002 e 2004, em Sorocaba.

### Quadro IX – Matrículas dos alunos no Ensino Regular em Sorocaba

ANO	Pré-Escola	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Total
<b>2002</b>	19.297	82.055	28.944	<b>130.296</b>
<b>2003</b>	20.427	81.071	29.759	<b>131.257</b>
<b>2004</b>	20.702	79.798	29.213	<b>129.713</b>

Fonte: Dados compilados das tabelas do INEP

### Quadro X – Matrículas dos alunos incluídos em Sorocaba

ANO	Pré-Escola	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Total
<b>2002</b>	112	311	25	<b>448</b>
<b>2003</b>	97	317	39	<b>453</b>
<b>2004</b>	87	320	26	<b>433</b>

Fonte: Dados compilados das tabelas do INEP

Os quadros IX e X mostram que tanto no ensino regular quanto na educação inclusiva há uma maior concentração de matrículas no ensino fundamental, são poucos alunos matriculados na pré-escola e no ensino médio, se comparados com os totais de matrículas. Entretanto, numa análise mais detalhada, comparando os dados dos referidos quadros verificamos que as matrículas evoluem diferentemente. Enquanto a taxa de redução de matrículas do ensino fundamental para o ensino médio dos alunos sem deficiência vem diminuindo a cada ano (64,8% em 2002; 63,9% em 2003 e 63,4% em 2004), a dos alunos com deficiência ainda é bem maior a redução (91,9% em 2002; 87,7% em 2003 e 91,8 em 2004).

Em contrapartida, o atendimento em escolas especiais vem aumentando, como veremos adiante.

Até aqui trabalhamos com os dados referentes às matrículas dos alunos incluídos, isto é, os alunos com deficiência que estão matriculados nas classes

regulares. Mas para se ter um panorama geral do atendimento aos alunos com deficiência no município, é necessário considerar os alunos matriculados na educação especial. O quadro XI nos oferece esses dados e nela foram considerados os alunos matriculados nas instituições privadas especializadas e os alunos matriculados nas classes especiais da rede estadual. A rede municipal não tem classe especial desde 2003.

**Quadro XI – Matrículas na Educação Especial**

ANO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			Total
	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA	
<b>2002</b>	205	4	570	<b>779</b>
<b>2003</b>	188	0	586	<b>774</b>
<b>2004</b>	130	0	708	<b>838</b>

Fonte: Dados compilados das tabelas do INEP

Embora este quadro não revele a natureza do atendimento da rede privada — se é educacional ou assistencialista — a questão da educação especial merece uma reflexão mais profunda, tendo em vista que o município anuncia uma educação inclusiva na rede municipal de ensino e a rede estadual mostra uma tendência a reduzir esse tipo de atendimento (quadro XI). Afinal, a quem cabe dar a educação formal a esses alunos com necessidades especiais? Os dados mostram que o número de matrículas na rede privada vem aumentando, revelando-nos que o poder público vem passando essa responsabilidade para a iniciativa privada e há uma contradição entre o discurso e a ação governamental, conforme também observa Mendes (2005), “a política de integração escolar dos últimos 30 anos, resultou numa grande expansão de classes especiais, favorecendo o processo de exclusão na escola comum pública”.

Para facilitar essa análise, apresentamos o quadro XII, com os percentuais de atendimento da rede pública e da rede privada.

**Quadro XII – Percentuais de atendimento na Educação Especial em Sorocaba**

ANO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				TOTAIS	
	Rede Pública		Rede Privada			
	Matrículas	%	Matrículas	%	Matrículas	%
2002	205	<b>26,5</b>	570	<b>73,5</b>	775	<b>100,0</b>
2003	188	<b>24,3</b>	586	<b>75,7</b>	774	<b>100,0</b>
2004	130	<b>15,5</b>	708	<b>84,5</b>	838	<b>100,0</b>

Fonte: Dados compilados das tabelas do INEP

Os dados do quadro XII mostram que todo o atendimento no sistema público de ensino (rede municipal e rede estadual) é menor do que o da rede privada, prevalecendo o atendimento segregado. O município ainda depende muito das instituições para atender a esses alunos.

Tomasini (2000, p. 122), ao referir-se à educação especial, afirma que:

Quanto mais especial for a educação especial, mais estará contribuindo para a segregação dos que se propõem a integrar.[...] Embora alguns indivíduos necessitem de recursos diferenciados para que a sua aprendizagem escolar ocorra, o espaço educacional deveria ser o mesmo para todos.

Quanto aos deficientes visuais, a instituição ASAC não tem como objetivo dar educação formal a esses alunos. De acordo com a Prof<sup>a</sup> Renata, Pedagoga da instituição, *o aluno deve freqüentar a classe regular e na associação ele terá todo o respaldo, todo o apoio pedagógico.*

A Constituição garante a todos o direito à educação e a LDB/96 dá as diretrizes para a educação especial determinando que ela seja oferecida preferencialmente nas classes regulares.

Sem dúvida, a proposta da educação inclusiva enriquece a todos. Certamente a convivência com a diversidade amplia o nosso horizonte. No entanto, para que a inclusão vá além do cumprimento da legislação, é preciso que haja uma política que garanta a matrícula desses alunos nas séries iniciais e também desenvolva mecanismos eficazes para diminuir a evasão, não só dessa clientela, mas de todos os alunos. Nesse sentido, Ross (2000, p. 67) afirma que:

[...] ideologicamente, reconhece-se que todos são “iguais”, a despeito das diferenças de alguns, mas só o reconhecimento não leva as transformações. É preciso que as ações consideradas importantes para que a inclusão de fato aconteça, se efetivem.

A escola inclusiva não pode desconsiderar que os alunos com deficiência podem ter modos diferentes de aprender, e para isso precisam de recursos diferenciados. Ela deve reconhecer que eles têm potencialidades e deve lhes oferecer condições para desenvolvê-las, vendo-os como cidadãos que têm direito a uma educação formativa e informativa que lhes abrirá caminhos e lhes dará oportunidade de terem uma vida produtiva.

A literatura tem mostrado que “no universo dos deficientes visuais, embora eles tenham em comum a limitação sensorial, a visão, as diferenças sociais são reflexos das oportunidades que tiveram. Em particular, a educação merece destaque” (CENP – Diretrizes para educação inclusiva).

A rede municipal de ensino tem uma política de educação inclusiva, mas o quadro III mostra que há uma lacuna a ser preenchida, pois embora esses alunos sejam matriculados na educação infantil e no ensino fundamental, não estão conseguindo permanecer na escola. Em 2005, há somente o registro de um aluno deficiente visual no ensino médio e nenhum aluno no ensino profissionalizante no período analisado.



Segundo Ross (2000, p. 55):

A sociedade já reconhece que algum tipo de educação é necessária a esses sujeitos, mas parece que este direito — de aprender e de se fazer cidadão — lhes está reservado somente em doses homeopáticas.

O autor acima citado considera que é preciso um novo olhar para a educação especial. Destaca que o mundo moderno exige conhecimentos mais amplos, uma maior qualificação, não só da força de trabalho, mas de todos os membros da sociedade e acrescenta:

Apesar de haver um consenso em torno da importância do conhecimento para a integração social do trabalhador, a educação especial retarda a incorporação em sua prática pedagógica dos avanços teóricos metodológicos produzidos no âmbito das transformações sociais mais amplas.

A LDB/96 faz referência à preparação para o trabalho, pois na nossa cultura o trabalho ainda é um dos fatores que mais contribui para a inclusão social e para o aumento da auto-estima pessoal.

Certamente, a educação não tem como fim único a preparação para o trabalho, mas “a educação para o trabalho” é considerada uma área prioritária não apenas pelos especialistas, mas, também, pelas próprias pessoas com deficiência, como poderemos observar nas entrevistas no Capítulo III. Para esses indivíduos, trabalhar fora significa abandonar sua condição de “excepcional” e juntar-se à rotina diária das demais pessoas, lutando por sua sobrevivência e manutenção, sem depender do assistencialismo.

Atualmente, o mercado de trabalho vem exigindo que seus funcionários tenham o ensino médio. Aqueles que não conseguem concluir a educação básica na escola regular e na idade própria, tentam concluí-lo buscando os cursos supletivos.

Os dados estatísticos do Censo escolar do INEP apontam para um aumento do número de matrículas na EJA.

Os alunos deficientes visuais se queixam da falta de material e de recursos nas classes regulares. Esta dificuldade é maior nos cursos supletivos, por serem oferecidos em módulos condensados e em tempo reduzido. Acreditamos que, nesse sentido, a formação desses alunos fica prejudicada, pois não lhes dá o conhecimento adequado, ficando assim com a pseudo-idéia de formação na educação básica.

Quanto à necessidade da educação básica, Bruno (1995), sinaliza que a formação das novas gerações é um processo complexo e que envolve várias esferas sociais, dentre elas, a autora destaca a família, a escola e o meio social, e ainda adverte para o fato de que as empresas são extremamente seletivas ao oferecer cursos de qualificação para seus funcionários, ocupando-se apenas daqueles que já possuem um conjunto de aptidões e conhecimentos básicos anteriormente adquiridos nas três esferas citadas acima. Aqueles que não têm os pré-requisitos reduzem suas chances de progredir profissionalmente.

Em relação à educação das pessoas com necessidades especiais, Clemente e Celestini (2004, p. 27) afirmam que “Dados do censo 2000 do IBGE mostram que essa parcela da população apresenta menor taxa de alfabetização, menor índice de freqüência à escola e menos anos de estudo que a sociedade em geral.”

O artigo 59 da LDB/ 96, em referência à educação especial, determina que os sistemas de ensino assegurem aos educandos com necessidades especiais recursos e professores para atenderem às suas necessidades, e acrescenta que lhes seja oferecida educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida e na sociedade em geral.

As determinações deste artigo não estão sendo atendidas. Nas entrevistas com as pessoas com deficiência visual, em geral houve uma queixa quanto à falta de material e de professores orientados para receber estes alunos nas escolas.

Se há um consenso de que a escolaridade é importante e que o ensino médio já se impõe como uma exigência do mercado, temos que potencializar os poucos recursos que dispomos para oferecê-lo, não só a estes alunos com necessidades especiais, mas a todos os segmentos da nossa sociedade que são sistematicamente excluídos, desenvolvendo ações que permitam a esses alunos conseguir matricularem-se e permanecerem na escola, aumentando também a oferta de ensino profissionalizante.

Mendes (2002) destaca que traduzir a educação inclusiva das leis, dos planos e intenções para a realidade requer conhecimento que fundamente uma prática e afirma que a ciência é essencial para que a sociedade brasileira busque contribuir, de maneira intencional e planejada, para a superação de uma educação especial equivocada que atua contra os ideais da inclusão social e plena cidadania.

Em síntese, a LDB/96 consolidou a proposta da educação inclusiva já preconizada na Constituição de 1988. Segundo ela as pessoas com necessidades especiais devem participar das escolas regulares junto com os demais alunos.

Sorocaba tem procurado garantir o acesso à escola. A rede municipal extinguiu as classes especiais e as salas de recursos e o Estado está reduzindo este atendimento diferenciado. No entanto, esses sinais não são garantia de que a educação inclusiva já é uma realidade no município, considerando-se que estar na escola regular sem serviços e recursos de apoio especializado não é inclusão.

**Quadro XIII – Síntese das matrículas dos alunos incluídos nas classes regulares e das matrículas na Educação Especial**

<b>ANO</b>	<b>Alunos Incluídos</b>	<b>Educação Especial</b>
<b>2002</b>	448	775
<b>2003</b>	453	774
<b>2004</b>	433	838

Fonte: Dados compilados das tabelas do INEP

Em relação à redução do atendimento na educação especial pela rede pública de ensino e que gradativamente vem sendo assumida pela iniciativa privada, Mendes (2002, p. 82) também adverte para o fato de que:

[...] vestindo uma roupagem de uma ideologia mais democrática e moderna, a filosofia de “inclusão” pode ser confundida com a idéia de “inclusão total” ou “inclusão integral”, poderá conseqüentemente, no contexto Brasil, justificar o fechamento de programas e serviços (como as classes especiais nas escolas públicas, por exemplo) e poderá paradoxalmente resultar, no futuro, em uma forma de escamotear a retirada do poder público, reduzindo ainda mais a ação do Estado na educação de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais.

**2.4 Comentários sobre as entrevistas realizadas com representantes dos órgãos que prestam atendimento às pessoas com deficiência, em Sorocaba**

Para conhecer melhor as políticas públicas desenvolvidas em Sorocaba que visam dar atendimento às pessoas com necessidades especiais, foram feitas entrevistas com representantes do poder público nas esferas municipal, estadual e federal e com representantes das instituições que os atendem.

Na esfera municipal foram ouvidas representantes das Secretarias da Cidadania (SECID), SEDU e a Secretaria de Relações do Trabalho (SERT). Na esfera estadual, com a supervisora da Diretoria Regional de Ensino, e no âmbito

federal conversamos com a Delegada do Ministério do Trabalho e com a Assistente Social do INSS, responsável pelo setor de reabilitação.

Entrevistamos também a pedagoga da ASAC, a funcionária responsável pela administração da instituição e a Presidente da ADERES.

Todas as entrevistas foram semi-abertas e motivadas pelo interesse em saber o que o poder público e a iniciativa privada do município têm feito para propiciar a inclusão social das pessoas com necessidades especiais. Procurou-se também conhecer quais são os programas direcionados a essas pessoas, e em especial aos deficientes visuais, principalmente na área da educação, trabalho, acessibilidade e reabilitação, no sentido de garantir a essas pessoas o pleno exercício da cidadania.

A primeira Secretaria visitada foi a SERT. Fomos informados de que essa Secretaria mantém cursos para pessoas desempregadas, maiores de dezoito anos, mas não tem um programa específico destinado à profissionalização e a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Os cursos profissionalizantes oferecidos destinam-se a todos os munícipes que queiram participar, atendendo a idade e ao número de vagas disponíveis.

A entrevista seguinte, sempre movida pelo mesmo objetivo, foi com a assistente social da SECID. Ela nos falou que o município por ter uma política inclusiva, não tem programa especialmente voltado para a profissionalização das pessoas com deficiência e acrescentou:

Nós procuramos trabalhar a inclusão, não segregando portador de alguma deficiência. Como a verba é federal e específica para o portador de deficiência, então nós priorizamos essa pessoa, mas de uma forma geral.

[...] aqui em Sorocaba, específica de deficiente visual, há uma entidade social, que trabalha com todo o desenvolvimento do deficiente visual, que é a ASAC.

Embora declare não ter um programa específico para esse fim, a Secretaria da Cidadania há oito anos, mantém um programa denominado “Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência, cursos de Habilidade Profissional”, que oferece cursos na área artesanal, tais como: serigrafia, corte e costura, decoração de festa, desenho artístico em EVA, pintura em tecido, pintura em tela, pintura country e marcenaria. O aluno ao terminar o curso poderá, de acordo com o seu aproveitamento, obter o certificado de conclusão ou participação.

Segundo a coordenadora do curso, a maioria dos deficientes que procura o Centro é beneficiária que recebe um salário mínimo e quer fazer o curso para que, exercendo o trabalho informal, possa complementar a renda familiar. Isto porque, diz ela: *[...] o mercado de trabalho não os absorve, ainda é muito preconceituoso. Se o mercado de trabalho está difícil para os tidos como normais, imagine para os deficientes. As firmas terceirizadas que fazem triagem para as empresas como; Correios, construção civil e Petrosul estão contratando muito as pessoas com deficiência física.*

Em relação a essa questão, Lancilotti (2001) salienta que a expansão do desemprego estrutural, como movimento de exclusão, obriga os trabalhadores a buscar e a aceitar alternativas de trabalho muito adversas.

*[...] observa-se a precarização e desregulamentação do trabalho, com a ampliação da terceirização do trabalho temporário, ilegal, etc. Essas formas de trabalho atendem às necessidades imediatas, mas implicam em perdas trabalhistas.*

Considerando o mercado de trabalho competitivo, Costa (2005, p. 26) observa que “o empresário mostra-se fechado e cético em relação à capacidade de trabalho dos deficientes”. Essa dúvida é apontada na fala da Denilza, presidente da ADERES, quando diz: “Os empresários precisam dar uma oportunidade de trabalho para as pessoas com deficiência e assim poderem ver o quanto são capazes”.

Denilza diz que ainda há muito preconceito e contou que é deficiente física em consequência da poliomielite que a deixou com um desnível no comprimento das pernas. Recentemente, ela participou de um processo seletivo para trabalhar em uma loja no shopping. No momento da contratação, a proprietária percebeu a sua deficiência, até então não notada, e disse; *Ah! Mas você não pode, porque aqui tem escada e pra cliente é desagradável.*

Em relação a essa resistência em abrir as portas às pessoas com deficiência, a assistente social do INSS observou que: *As empresas têm uma exigência grande. É difícil alguma que dê abertura para receber as pessoas com deficiência, mesmo nos casos em que nós colocamos como retorno ao trabalho. É muito complicado, porque existe uma barreira muito grande por parte da empresa.*

Segundo a assistente social da SECID, as pessoas com deficiência mental são as que mais procuram os cursos oferecidos pelo programa. *Talvez porque tais pessoas têm mais dificuldade de socialização*, diz ela. Os deficientes visuais estão incluídos, mas no momento, nenhum está inscrito.

Então ficam algumas dúvidas: será que entre os cursos oferecidos há algum adequado ao deficiente visual? E por que, em geral, quando se fala em profissionalização das pessoas com deficiência, pensa-se logo em cursos de artesanato? Acreditamos que eles sejam válidos, na medida em que também sejam oferecidas outras opções como, por exemplo, música, informática e tantos outros.

Sobre as ações do governo municipal que visam a inclusão social, a assistente social da SECID destacou: a criação do Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência (CMPPD) de Sorocaba, que está em andamento; a credencial para o transporte urbano gratuito; o transporte especial para o deficiente

físico; o fornecimento de aparelhos auxiliares, próteses, empréstimo de muleta e cadeira de rodas.

A criação do CMPPD está sendo articulada por um funcionário que trabalha na Secretaria da Cidadania. Ele é deficiente físico, advogado e Presidente do CEAPD-SP.

Ainda na SECID, conversamos com a responsável pelos convênios que a Prefeitura mantém com as entidades assistenciais. Ela esclareceu que a Prefeitura dá um apoio financeiro e técnico-administrativo às entidades assistidas. Acrescentou que há entidades que, dependendo do trabalho que ela desenvolve, pode receber verbas de outras fontes. Cabe à entidade se mobilizar para conseguir outros recursos.

Em relação à profissionalização das pessoas com deficiência, a Dr<sup>a</sup> Valquíria Camargo Cordeiro, Delegada do Ministério do Trabalho fez a seguinte observação: *Nós não estamos tendo formação de mão de obra. Hoje em dia, em via de regra, a mão de obra não está especializada. Aqui em Sorocaba, há empresas que estão trazendo pessoal de fora, porque precisam preencher as cotas e não conseguem mão de obra especializada aqui. [...]Eu vejo alguns cursos de capacitação, mas eles não empregam. Alguma coisa está errada, eles estão dando curso que não tem necessidade no mercado de trabalho.*

As Secretarias fazem um trabalho solitário e em relação ao atendimento às pessoas com necessidades especiais, há uma grande dependência das instituições filantrópicas com as quais a Prefeitura mantém convênio. E como salientou o presidente do CEAPD-SP: *Ao invés de nós unirmos esforços, recursos, a capacidade, a vontade e a habilidade de cada um, nós nos dividimos, achando que a minha entidade é melhor que a outra, que eu vou fazer melhor... só que acaba*



*duplicando serviço ou deixando de prestar, porque precisa de várias estruturas para prestar o mesmo tipo de serviço para a mesma pessoa.*

*E nesse sentido, a assistente social da SECID também considera que: [...] o município ainda é muito carente de recursos para o trabalho com a inclusão. Concordo em gênero, número e grau. Temos que avançar muito, muito... ainda. Deve haver mais integração de serviços. Tem coisa que a gente até faz porque vai pesquisando, mas fica cada um no seu mundo e não há integração de serviços.*

No caso do deficiente visual, o atendimento especializado como alfabetização em Braille, locomoção, atividades da vida diária, terapia ocupacional e estimulação, é feito pela ASAC, que é a única instituição que oferece esses serviços. Apesar da instituição dar essa assistência, não é oficialmente reconhecida como educativa. Mas é a ela que, tanto a rede municipal quanto a estadual, recorrem para dar apoio especializado aos alunos com deficiência visual.

A assistente social da SECID, responsável pelos convênios, questionada sobre essa questão, argumentou que para a ASAC ser reconhecida como uma instituição educativa ela deve rever e alterar o seu estatuto. Esta observação também foi feita pelos deficientes entrevistados, como veremos adiante. Eles também consideram importante esse reconhecimento, pois se a Instituição tiver caráter educativo, poderá receber outras verbas e poderá fazer parcerias com outras instituições e promover cursos de habilitação profissional.

Além dos cursos artesanais voltados para a profissionalização, a Secretaria da Cidadania desenvolve outras ações que contribuem para a inclusão social das pessoas portadoras de necessidades especiais, tais como a avaliação e o encaminhamento ao fundo social para aquisição de prótese e empréstimo de muletas ou cadeiras de roda; e a concessão de credenciais para o passe livre no

transporte urbano e para o transporte especial voltado ao deficiente físico que não dispõe de transporte próprio e tem dificuldade de locomoção, dando-lhe mais autonomia.

Vale lembrar que a Prefeitura mantém convênio com a Empresa de Desenvolvimento Urbano e Social (URBES), concedendo transporte especial para aqueles deficientes que têm dificuldades de locomoção e não dispõem de condução própria. Essas pessoas devem fazer um cadastro na Divisão de Promoção e Assistência Social e após aprovação, ela poderá utilizar esse serviço agendando por telefone, de segunda-feira a sábado. Esse transporte pode ser usado para diversos fins, tais como: ir ao shopping, para cursos, passeios, médico,... É um serviço de casa a casa.

No município há projetos em curso para dar um melhor atendimento às pessoas com necessidades especiais e conseqüentemente favorecer a inclusão. Mas o que se percebeu é que o processo é muito moroso. Por exemplo, em seis de novembro de 2001 foi assinada a lei criando o CMPPD, dependendo apenas de se fazer uma assembléia de instalação para a eleição dos membros. Já se passaram quatro anos e o Conselho ainda não está funcionando.

A efetiva criação deste Conselho é importante porque deverá implementar o atendimento a essas pessoas, tendo em vista que serão mais vozes a reivindicar e, segundo Ross (2000, p. 66):

A exclusão social que se evidencia nas portas que se fecham, nas iniciativas paternalistas e manifestações de pesar não será superada por ações individuais, isoladas. [...] as metas governamentais e por conseqüência, as políticas de educação e de humanização pelo trabalho são definidas de acordo com os ritmos das pressões populares. Assim, segmentos que conseguem exercer uma prática política mais eficiente e efetiva obtêm do Estado primazia na discussão de seus interesses.

O mesmo acontece na área da educação: em 2000, foi elaborado um projeto da SEDU com a preocupação de oferecer aos alunos com deficiência um atendimento especializado com uma equipe multidisciplinar. Como ele não se concretizou, em 2003 foi feito outro projeto propondo a criação do Centro de Atendimento Educacional Especializado. Este projeto, também, até o encerramento deste trabalho, não foi viabilizado. Deverá ser encaminhado à Câmara para ser discutido e aprovado, e até o momento isso não aconteceu. A equipe que participou da sua elaboração o considera muito importante porque, como destaca a Supervisora da SEDU: *No plano já pensamos no atendimento educacional especializado para que ele faça parte das políticas públicas. Ele não está atrelado a partido político. Ele está atrelado a um compromisso político e não ao partido que está governando, por isso ele é importante. Não é o plano que tem que ficar a serviço do que o governo quer. Eu acho que na questão da democracia isso é extremamente importante. Porque são as pessoas que o elaboraram. Deve ser feito de forma democrática, exposto e debatido. É um compromisso que qualquer que seja o partido a assumir a política, ele tem o compromisso de estar efetivando, porque ele foi discutido com a sociedade de uma forma ampla e não só com as pessoas que fazem parte do governo.*

E enquanto esse Plano não é aprovado, o atendimento a esses alunos é precário, os dados mostram isso. É garantido o acesso desses alunos à escola regular, mas não lhes são oferecidas condições de permanência nela.

Quanto a essa demora na implantação dos projetos, Sá (2003, p. 19), num encontro sobre inclusão, enfatiza que:

Não se deve admitir que o aluno permaneça do lado de fora, esperando a escola ficar pronta para recebê-lo. Trata-se de mantê-la completamente aberta para aprender com e a partir da diversidade. Para isto, será necessário quebrar resistência, remover barreiras físicas e atitudinais, enfrentando conflitos e contradições, revendo

estratégias de aprender com ênfase na construção coletiva. O paradigma da inclusão escolar desloca a centralidade do processo para a escola, tendo por princípio o direito incondicional à escolarização de todos os alunos nos mesmos espaços educativos. [...] a concretização dessa possibilidade não dispensa o adequado aparelhamento da escola e a capacitação do corpo docente. [...] exige o reordenamento de trabalho pedagógico e o investimento em estruturas includentes.

Na conversa com a Supervisora da SEDU ficou claro que o município ainda depende muito das instituições para dar o atendimento especializado aos alunos com necessidades especiais. Mas a equipe tem consciência de que este serviço ainda é muito frágil e precisa ser melhorado, como podemos observar na fala da Supervisora: *Reconhecemos que algumas ações concretas trouxeram transformações. Por exemplo: o transporte especial é um dos ganhos e a luta pela escola inclusiva também. Em relação à legislação, no Brasil, nós já avançamos bastante, mas é preciso fazer valer esses direitos. É um processo que precisa de planejamento, de ações concretas em diversas áreas, entre elas a educação, que é um direito garantido por lei, não se discute. Mas a escola tem funções que vão além da socialização. [...] Eu também sinto que Sorocaba precisa melhorar bastante no que ela oferece nessa questão de profissionalização, na escolarização e no acesso ao mercado de trabalho. Enquanto políticas públicas, não é só em Sorocaba, esse problema é discutido nos fóruns, em relação ao Brasil.*

Reforçando essa idéia da necessidade de ações mais efetivas na educação, Denilza, Presidente da ADERES, destacou que: *Hoje, nenhum emprego você consegue sem estudos. A primeira coisa que as empresas pedem é o ensino médio completo, e cursos, principalmente de informática. Então, se não tiver escolaridade vai ser mais difícil ainda. Para o deficiente já é difícil conseguir emprego, se não tiver alguns cursos profissionalizantes, principalmente computação, aí fica impossível conseguir emprego.*

Sabe-se que não é só a escolaridade que dificulta a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, conforme destaca Lancillotti (2001) “o capital passa a incorporar os trabalhadores na medida em que eles se mostram capazes de se adequar à lógica do mercado”, em outras palavras, tenham boa produtividade, capazes de proporcionar melhores lucros.

Não se pode esperar de uma sociedade capitalista que a iniciativa privada assuma e acolha a todas as pessoas excluídas, a opção pela construção de uma sociedade inclusiva demanda algumas ações e, segundo Aranha (2001, p. 170):

Impõe diversas conseqüências para as diferentes áreas da ação pública. [...] além de intervir junto à pessoa que apresenta necessidades especiais, efetivar os ajustes na sociedade, de forma a garantir, imediata e definitivamente, o acesso desses cidadãos a todo e qualquer recurso, serviço, equipamento, processo disponível na comunidade, independente do tipo de deficiência que eles possam apresentar, bem como do seu nível de comprometimento.

Quanto ao serviço de reabilitação, a assistente social do INSS responsável pelo serviço de reabilitação das pessoas consideradas incapazes para o trabalho, disse que o INSS tem um programa com esse fim e que a gerência em Sorocaba foi implantada em 1999, para atender o segurado que é afastado por motivo de acidente de trabalho ou que apresente alguma doença atípica. Segundo ela, o segurado que procura o serviço é encaminhado ao médico que faz a perícia para avaliar se há alguma capacidade laborativa que o possibilite a retornar ao trabalho. Caso haja essa possibilidade, ele é encaminhado para a unidade técnica de reabilitação profissional que investigará sobre o potencial laborativo desse paciente e se há necessidade de prótese ou órtese. Se houver, o INSS lhe fornece gratuitamente, com o objetivo de incluí-lo socialmente.

A assistente social observou que nesses cinco anos, a gerência de Sorocaba não foi procurada por deficientes visuais para esse fim.

Quanto à aposentadoria ela salientou que: *Acho que há um certo comodismo, uma certa cultura que já existe até entre os 'perfeitos'. A falta de emprego também colabora para isso. A aposentadoria é uma renda subsidiando a família para poder sobreviver. E nessa cultura, ficam afastados vários anos, até que conclua numa aposentadoria.*

A assistente social observou que é possível capacitá-las e trazê-las de volta ao mercado de trabalho. O INSS mantém uma parceria com as escolas do SESI, SENAI e SENAC para oferecer cursos profissionalizantes para as pessoas em reabilitação. Mas, segundo ela, há muita resistência por parte dos segurados em fazer esses cursos, como ela diz: *Eles não querem perder o benefício. É lógico, terminando o curso ele terá alta e vai voltar ao trabalho. E isso ele não quer. Aliás, as próprias entidades incentivam as pessoas com deficiência a buscar aposentadoria. Alguns nem têm essa visão e a entidade exerce uma influência para isso. É colocado dessa forma mesmo, para conseguir o que é mais fácil. E, no momento que eles conseguem uma renda, se acomodam.*

Segundo ela, a crise do desemprego no país leva os segurados a insistirem em permanecer em benefício, dando-lhes a oportunidade de terem uma ocupação extra e com ela a possibilidade de aumentar a renda familiar. Mas, acrescentou que atualmente a fiscalização está sendo mais rigorosa, no sentido de tentar acabar com essa fraude. Hoje, o que tem ocorrido com maior frequência, é a recolocação da pessoa considerada incapaz para uma determinada atividade. Essa pessoa após o médico lhe dar alta, a assistente social solicita à empresa que a mude de função, de acordo com a sua capacidade laborativa.

### **III. DANDO VOZ AOS DEFICIENTES VISUAIS**

Dentre os objetivos deste trabalho, está o de dar voz às pessoas com deficiência e verificar a percepção que elas têm em relação à articulação educação e trabalho, buscando identificar como elas percebem a inclusão social das pessoas com deficiência em Sorocaba.

Antes de analisar os dados obtidos nas seis entrevistas com os deficientes, apresenta-se um breve perfil dos entrevistados, dispostos em ordem alfabética. As entrevistas estão transcritas, na íntegra, no ANEXO E.

#### **3.1 Perfil dos entrevistados**

‘A’— Tem vinte e cinco anos, é solteiro e ficou deficiente visual aos dezenove anos devido a um acidente de trabalho. Antes do acidente trabalhou como ajudante de pedreiro com o pai e como carregador de caminhões no CEASA. Estudou até a sexta série e acha que não precisa estudar, pois não tem perspectiva de trabalho formal. Três anos depois de se recuperar do acidente entrou para a ASAC, onde aprendeu o Braille. Considera que a aposentadoria é boa. Participa de torneios de futebol, de corrida e de natação na ACM. Não fez referência à importância do apoio familiar. Considera-se feliz e de bem com a vida, e atualmente trabalha como vendedor de alho para completar sua renda.

‘G’— Tem vinte e nove anos, é solteiro e deficiente visual de nascença, segundo ele, provavelmente devido a uma forte medicação que o pai tomou para tratar de uma virose. Ingressou na ASAC aos treze anos. Fez cursos de: radiologia, técnico em comércio exterior e técnico em vendas. Na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul fez um curso em Educação Especial, que o habilitou a dar palestras sobre inclusão. Atualmente faz o curso de Sistemas de Informação.

Não concorda com a aposentadoria para deficientes nos moldes que ela é concedida hoje. Acha que deveria ser dada uma ajuda de custo para o deficiente poder estudar. Considera que, em alguns casos, a aposentadoria acomoda a pessoa com deficiência. Sugeriu que houvesse menos burocracia nos casos em que a pessoa deficiente desiste do benefício, volta a trabalhar e é demitido do emprego. Atualmente é bastante difícil conseguir o benefício e pior ainda retornar após uma desistência. Disse que quando tem tempo livre, gosta de estar com a namorada.

Considera que o apoio da família é fundamental e reconhece a importância do Colégio Politécnico na sua formação.

Atualmente trabalha como professor de informática em uma unidade do SENAI.

‘J’— Tem dezessete anos, é solteiro e ficou deficiente aos sete anos após uma cirurgia mal sucedida. Começou a alfabetizar-se após a cirurgia, está no 3º ano do ensino médio do Colégio Politécnico. Também não concorda com a aposentadoria tal como ela é hoje concedida aos deficientes. Ressaltou a importância da informática na sua formação. Nos momentos de lazer gosta de ouvir música, tocar teclado e conversar com os amigos. Considera o apoio da família



fundamental. No momento não quer trabalhar, pois prefere dedicar-se aos estudos para poder cursar a Faculdade de Química.

‘L’— Tem trinta e cinco anos, é solteiro e ficou deficiente aos vinte e oito anos, em conseqüência de uma doença contraída, neuro-klipton. Logo que se recuperou, ingressou na ASAC. Naquela época, tinha apenas o ensino fundamental incompleto.

Após ter sido alfabetizado em Braille, fez o curso supletivo para concluir o ensino fundamental e médio. Em seguida, fez curso de radiologia e massagem terapêutica. Atualmente está no 3º semestre do curso de Filosofia.

Apesar de estar recebendo a aposentadoria concedida pelo INSS às pessoas com deficiência, não concorda com a maneira pela qual ela é concedida. Acha que a associação (ASAC) deveria realizar um trabalho para incluir a pessoa com deficiência no mercado laborativo. Não tem atividade de lazer e gostaria que a Prefeitura adaptasse os Centros Esportivos pra que os deficientes pudessem fazer alguma atividade esportiva.

Considera que o apoio familiar é muito importante, pois, segundo ele, o preconceito está na própria casa e, às vezes, a superproteção da família prejudica o desenvolvimento do deficiente.

Atualmente não tem um emprego formal. Está exercendo a profissão de massagista, atendendo os clientes em casa.

‘R’— Tem trinta e seis anos, é divorciada e ficou deficiente visual aos treze anos devido a um glaucoma. Naquela época, tinha apenas o ensino fundamental incompleto. Queria trabalhar, mas não conseguia porque não tinha escolaridade. Então, sentiu a necessidade de voltar a estudar, fez o curso supletivo para concluir o

ensino fundamental e, na seqüência, fez os cursos de magistério e telemarketing. Não concorda com o sistema de aposentadoria em vigor para os deficientes. Segundo ela, no lugar da aposentadoria deveriam existir mais oportunidades de trabalho para os deficientes. Considera o apoio familiar muito importante para o deficiente conseguir superar suas deficiências. Não tem tempo para lazer, mas gosta de ler, sempre que possível. Hoje ela trabalha na URBES (Empresa de Transporte Urbano de Sorocaba), cuida da filha de quatro anos, faz todo o serviço de casa e todas as compras, exceto roupas, porque tem medo de ser enganada.

‘Z’— Tem quarenta e seis anos, é casado e ficou deficiente visual aos trinta e dois anos devido a um deslocamento de retina. Após ter ficado deficiente visual, voltou a estudar para concluir o ensino fundamental. Fez o curso do magistério e, em seguida, o curso de licenciatura plena em História, Gosta de ler, de ouvir rádio e televisão. Considera importante o apoio familiar. Não exerce a profissão de professor. Está aposentado e atualmente trabalha como recepcionista na ASAC.

### **3.2 Síntese das necessidades apontadas pelas pessoas com deficiência**

Conforme salienta Caiado (2003, p. 44), “[...] as pessoas com deficiência estão, historicamente, fora da escola e na condição de excluídos – eles pouco ou quase nunca falam. Alguém, em geral, fala e decide por eles”.

Nas entrevistas realizadas pudemos identificar nas falas dos entrevistados algumas necessidades que eles consideram importantes para melhorar o atendimento oferecido por Sorocaba às pessoas com deficiência, no sentido de favorecer a sua inclusão social, em especial as que estão diretamente relacionadas aos deficientes visuais.

Apresentaremos um quadro que mostra, esquematicamente, as necessidades levantadas por temas abordados nas entrevistas, Em seguida faremos um comentário sobre cada tópico abordado.

**Quadro XIV – Necessidades levantadas pelas pessoas com deficiência visual durante as entrevistas**

Principais Tópicos	Necessidades Identificadas	Deficientes					
		A	G	J	L	R	Z
Educação	Professores mais bem preparados		X	X	X	X	X
	Material didático em Braille		X	X	X	X	X
	Melhores condições de acesso à escola				X		X
	Alfabetização digital		X	X	X		X
Acessibilidade	Melhoria das condições das calçadas	X			X	X	X
	Transporte	X	X		X	X	X
Lazer	Atividades físicas, arte e música	X			X		X
Associação	Ser mais atuante		X		X		
	Atendimentos além de mobilidade, Braille e terapia ocupacional		X		X		
	Maior divulgação		X		X		
	Rever estatuto		X		X		
Inclusão Social	Acesso ao mercado de trabalho	X	X	X	X	X	X
	Capacitação profissional		X	X	X		
	Articulação entre escola empresa		X		X		
	Aposentadoria		X	X	X		
Família	Apoio		X	X	X	X	

**a) Em relação à educação**

Dos deficientes entrevistados somente o “A” não considerou importante a formação escolar e justificou, dizendo que:

*Passei em algumas fábricas, firmas, perguntando se tinha trabalho. O que eles falam pra gente é desanimador. Eles não falam assim... como amigo, eles falam pra desanimar mesmo. Não tem nada em Braille, num tom bem insatisfeito. Não tem*

*nada em Braille aqui pra você e a gente não modificou a casa ainda para estar suportando deficiente na nossa firma.*

Percebeu-se nas entrevistas um destaque sobre a questão da necessidade dos professores e das escolas estarem melhor preparados para receberem os alunos portadores de qualquer deficiência. Quanto ao atendimento do aluno deficiente visual, consideram importante que as escolas melhorem os acessos, que os professores saibam Braille e que tenham algum conhecimento sobre a deficiência.

Com exceção do 'J' que estuda no Colégio Politécnico, os demais contaram, em grande parte da sua formação, com a ajuda dos amigos.

A maioria sente falta do material didático em Braille e da alfabetização digital, como podemos observar nas falas seguintes:

**'G'**

*O que mais 'pega' para os deficientes visuais é que os professores não estão preparados, não conseguem passar a matéria de modo que os deficientes visuais possam entender. Por exemplo: o professor está explicando na lousa e fica batendo e falando: 'esse daqui, esse daqui...', e o deficiente visual não entende nada...*

*Eu acho que a professora da escola regular deveria saber Braille, para a professora poder fazer essa alfabetização, essa parte pedagógica.*

*Eu sou suspeito em falar do Colégio Politécnico. Eu acho que ele é uma estrela que brilha na vida de muita gente. [...] É um colégio que já abriu as portas para a inclusão.*

*Nem todo mundo tem dinheiro para pagar a faculdade, e também não pense que nas faculdades tem alguém especialmente para ficar acompanhando os*

*deficientes, não tem não. É bom ressaltar isso, o deficiente na faculdade, ele é sozinho, ele depende muito, principalmente dele, dos amigos e da boa vontade dos professores.*

*Hoje já estamos na era da tecnologia: a informática veio para ajudar muito o deficiente. A informática não substituiu o Braille, ela é uma ponte que liga o não visual com o visual...*

**‘J’**

*As escolas deveriam ter uma pessoa para ajudar o aluno deficiente visual. O governo tem divulgado na mídia, a escola inclusiva. Ele diz que as escolas estão preparadas para receber os alunos portadores de deficiência. Eu acho que é muito hipócrita, porque eles mostram uma coisa e a realidade é totalmente outra. Algumas escolas têm alguma coisa, mas a maioria não tem nada. Aqui em Sorocaba, só o Arquimínio tem a sala de recursos.*

**‘L’**

*Acho que falta em Sorocaba um apoio pedagógico maior, um apoio quanto ao material para os deficientes. Há uma carência muito grande de material adequado e não tem professores preparados para atender os deficientes.*

**‘R’**

*Estudei, fiz magistério, lá tinha os trabalhos..., minhas colegas me ajudavam a fazer os trabalhos, me passavam a matéria. Os professores não davam muita atenção para os deficientes...*

**‘Z’**

*A inclusão, tanto na escola como na faculdade, encontrei dificuldades. A apatia dos professores... são poucos os que demonstram interesse no deficiente. Também em relação ao material, a clientela é pequena e então não há interesse da escola em investir nessas pessoas. [...] Pode ver, todas as escolas estaduais, segundo dizem, eu não comprovei, tem sala de informática, só que a senhora pode pesquisar que não tem programa para deficiente visual. O que é que precisa? Alguém sentar no computador, aprender o básico para poder ajudar o deficiente. Não é porque é deficiente visual que está alheio às coisas que acontecem, à evolução das coisas.*

**b) Em relação à acessibilidade**

Neste tópico foram destacados as más condições das calçadas e o transporte urbano. Quanto às calçadas, elas oferecem perigo não só para os deficientes visuais, mas a toda a população. Quanto ao transporte, deram algumas sugestões, vale lembrar que em Sorocaba, o transporte urbano adota o sistema de tarifa única e os ônibus estão distribuídos em dois terminais — o Terminal Santo Antonio e o Terminal São Paulo — interligados pelo ônibus “expresso”.

Dentre os entrevistados, o ‘G’ não tem dificuldade de locomoção e os demais fizeram as seguintes observações:

**‘A’**

*Eu aceitei bem a minha deficiência. Quase não tenho muita dificuldade, a não ser quando estou andando na rua. É que... essas calçadas... eu não sei o que eles*

*acham... ficam colocando degraus. Esses degraus nas calçadas é que dificultam um pouquinho.*

**‘J’**

*“Não saio sozinho porque além de insegurança, também sou um pouco preguiçoso”.*

**‘L’**

*Os ônibus deveriam ter um lugar para os deficientes, próximo ao motorista. A dificuldade de sentar atrás é que às vezes o deficiente pede para alguém avisar tal ponto, a pessoa esquece e não avisa ou avisa errado, é horrível isso. Outra coisa é nos terminais, quando o deficiente pegasse o expresso, o fiscal poderia avisar ao outro terminal, pelo rádio, que estava indo um deficiente visual, e alguém já o estaria esperando. É como funciona em São Paulo, no metrô. Quando o deficiente chega à estação, o funcionário o leva até ao vagão e já avisa à estação onde ele vai descer.*

**‘R’**

*Eu tenho dificuldade para atravessar a rua, isso eu tenho. Antes eu ficava esperando mais tempo. Eu tenho medo, agora eu espero menos, as pessoas vêm me perguntar se quero ajuda.*

**‘Z’**

*“As calçadas não são ruins só para o deficiente visual. São para qualquer pessoa. Pessoas normais acabam se acidentando nessas calçadas.*

**c) Em relação ao lazer**

Quanto ao lazer, somente o 'A' pratica esporte regularmente. O 'L' destacou a importância da prática do esporte e da música no desenvolvimento da percepção e na mobilidade do deficiente visual. O 'G' praticamente não dispõe de momentos de lazer, devido aos estudos e o seu trabalho que exige constantes viagens. Alguns apreciam a leitura.

**'A'**

*Eu jogo futebol, eu corro, eu faço natação... É sempre assim,..treino para os jogos sazonais.*

*Durante o dia eu estou sempre trabalhando, só assim...dia de chuva, eu venho aqui, (ASAC), jogo dominó.*

**'J'**

*Não saio sozinho porque, além de insegurança, também sou um pouco preguiçoso.*

**'L'**

*Quanto à inclusão em Sorocaba... há muitas coisas que poderiam ser feitas, como por exemplo, no lazer. A Prefeitura poderia adaptar os centros esportivos, fazer alguma coisa para os deficientes poderem praticar algum esporte, como a natação. Isso falta para o deficiente. A atividade física ajuda na locomoção. [...] Outra coisa que eu acho muito importante para o deficiente é a música. Eu sei que tem professores voluntários que poderiam dar aulas de música, mas não têm os instrumentos.*



*A LARAMARA<sup>5</sup> faz tudo isso, música, teatro, coral, profissionalização. Lá é uma associação que inclui realmente o deficiente socialmente, porque ele lá vai fazer arte, e arte é inclusão social. E o deficiente fazendo arte, ele vai ter mais disciplina, melhorar o raciocínio, melhorar o próprio tato e desenvolver a sensibilidade. A música melhora a audição e a percepção. São coisas que os deficientes gostam de fazer.*

**‘R’**

*Eu não faço nada de diferente... esporte... nada... por causa da minha filha. Agora eu estou lembrando o Braille.*

**‘Z’**

*Quanto ao lazer!... na verdade eu tenho pouco lazer, o meu lazer mesmo é mais leitura, ouvir rádio e tv.*

**d) Em relação à ASAC**

Quanto a Associação, a ASAC, todos demonstram gratidão ao atendimento recebido. Entende-se essa gratidão, pois ela é a única instituição em Sorocaba direcionada ao atendimento do deficiente visual. É lá que eles têm as primeiras orientações quanto à mobilidade, ao ensino do Braille, à terapia ocupacional e ao

---

<sup>5</sup> LARAMARA – Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual: Centro de referência no trabalho em parceria com a família, escola e comunidade para a promoção do processo de desenvolvimento, aprendizagem e inclusão da pessoa com deficiência visual: cegos, baixa-visão ou múltipla deficiência. Foi criada em 7 de setembro de 1991, visando apoiar a inclusão da pessoa com deficiência visual na sociedade. É um espaço de referência e excelência no diagnóstico e habilitação de crianças e jovens vindos de todo o Brasil para avaliação oftalmológica, avaliação funcional da visão e do desenvolvimento integral. Endereço: Rua Conselheiro Brotero 338 - CEP 01154-000 - São Paulo, SP. ([www.laramara.org.br](http://www.laramara.org.br)).

apoio psicológico. No entanto, consideram que há necessidade da instituição rever o seu estatuto afim de que possa proporcionar outros serviços além dos acima mencionados como, por exemplo, oferecer alguns cursos profissionalizantes e fazer um trabalho de divulgação junto às empresas. Nesse sentido mereceram destaque as falas de:

**‘A’**

*Olha, eu tenho muito a agradecer à Associação, porque antes da ASAC eu não saía de casa, só ficava na minha casa e eu tinha medo de sair. Depois que eu entrei aqui na ASAC, durante oito meses eu não falava com ninguém, eu ficava quieto, sozinho. Agora eu sou o risadinha.*

**‘J’**

*Fui à ASAC para ter aula de mobilidade. Eu fui alfabetizado em Braille, em São Paulo.*

**‘G’**

*A ASAC como entidade pode até não arrumar emprego, mas ela deveria começar por mudar o estatuto, contratar uma assistente social de verdade, colocando novos cursos, abrindo a cabeça do pessoal para novos horizontes. É muito pouco só terapia ocupacional. Quando eu termino aquilo ali, o que eu vou fazer? Vou ficar jogando dominó?*

**‘L’**

*Após a perda da visão, eu consegui muito rápido a entrar para a Associação, ASAC, foi muito importante o trabalho psicológico e de mobilidade que fizeram comigo. Aprendi o Braille e fui alfabetizado novamente.*

*Há ainda muita falta de informação. A Associação parou de fazer o trabalho de divulgação nas escolas, mostrando como as pessoas podem ajudar o deficiente visual. Muitas pessoas não sabem como nos ajudar.*

*Falta em Sorocaba uma associação que pegue o deficiente e o capacite profissionalmente e socialmente, para inclui-lo no mercado de trabalho.*

*Aqui em Sorocaba tem o Colégio Politécnico que tem o vestibulinho. A ASAC poderia preparar os deficientes para entrar lá. Lá tem cursos de computação, de inglês, de espanhol, vendas e comércio exterior. A ASAC poderia fazer uma parceria com esse colégio, porque esse colégio entrega o deficiente pronto para o mercado de trabalho.*

**‘R’**

*[...] fiquei cega com treze anos. [...] no começo foi difícil, porque tive que aprender o Braille e a mobilidade. O mais difícil foi conseguir emprego. Eu não tinha o 1º grau, por isso eu não conseguia nada. Aí eu fiz um curso de telefonista e um estágio na ASAC. [...] Estou voltando à ASAC para recordar o Braille.*

**‘Z’**

*Vim para a ASAC com trinta e dois anos, tive os atendimentos aqui, aula de mobilidade e com o incentivo do pessoal técnico voltei para a escola.*

**e) Em relação à inclusão social**

Em geral, foi percebida uma preocupação quanto ao acesso ao mercado de trabalho. Os entrevistados demonstraram nas entrevistas terem consciência de que atualmente este mercado está difícil para todos e que os deficientes levam desvantagem, por desconhecimento de alguns empregadores. Consideram que ainda há muito preconceito. Quanto à legislação, acham que neste aspecto, nós já avançamos bastante, mas as leis não se bastam, é preciso investir na formação da mão de obra e aí sim, fazer valer a lei. E consideram igualmente importante a articulação entre escola, empresa e instituição.

**‘A’**

*Não tem dificuldade, assim... essa dificuldade que todo mundo pensa que tem, é a população que impõe.*

*Eu vendo alho, estou ganhando um dinheirinho bom assim, dá pra eu me divertir, já tá bom demais. [...] E tem o fato ainda de eu estar aposentado.*

**‘G’**

*Na inclusão, não é só a sociedade se moldar aos portadores de deficiência. Os deficientes têm também que fazer a sua parte. Não ficar pensando que só porque não enxerga ou não ouve, é diferente. Ele tem que aceitar e estar sempre procurando, se aperfeiçoando, buscando novos horizontes, enfrentando desafios, para que a sociedade perceba que os deficientes têm potencial.*

*Há no mercado de trabalho uma concorrência normal e infelizmente, por causa da nossa limitação, temos que provar para os outros que nós podemos.*

‘J’

*Em geral, os deficientes visuais não têm ajuda nenhuma. Então o pessoal desanima, porque não têm apoio e os obstáculos são muito grandes e há falta de motivação para batalhar. Apesar de que eu não penso assim, mas eu sei que muitos pensam assim.*

*Eu desejo ter uma profissão que me permita ter uma vida digna e confortável.*

‘L’

*A capacitação que eu falo, não é só ensinar a trabalhar, mas também como o deficiente deve se comportar em sociedade. [...] há casos de deficientes que conseguiram emprego aqui em Sorocaba e acabaram prejudicando os outros, porque aprontaram na empresa e depois o empresário acaba pensando que se ele colocar outro deficiente ali, vai acontecer a mesma coisa, generalizando a situação.*

‘R’

*Eu, graças a Deus, estou trabalhando. Eu gosto de trabalhar aqui e também da minha profissão. [...] Eu gostaria que os deficientes lutassem mais pelos seus ideais. Vale a pena quando a gente consegue.*

‘Z’

*Na nossa vida em si, nós mesmos é que temos que transpor as barreiras, ninguém vai tirar as barreiras pra gente, temos que procurar ultrapassá-las.*

*Eu prestei concurso para oficial de justiça em 1988 e no regulamento era bem claro, que quem ia decidir se eu podia ou não exercer a função era uma junta*

*médica e embaixo tinha uma observação: a qual não cabe recurso. Até hoje eu não obtive resposta se eu passei ou não.*

Também foi apontada a necessidade de rever a forma como a aposentadoria é concedida pelo governo aos portadores de necessidades especiais. ‘G’, ‘L’ e ‘R’ acham que ela deve ser repensada: não deve continuar nos moldes que é hoje, porque leva os deficientes a se acomodarem. Como podemos observar nas falas a seguir:

**‘G’**

*[...] é preciso analisar cada caso. A pessoa consegue ou não trabalhar? Eu acho que ele deveria ter uma aposentadoria como ajuda de custo, para ele fazer alguma coisa, por exemplo, estudar para poder ser alguém. Às vezes a aposentadoria, principalmente o LOAS, acomoda o deficiente. [...] é preciso rever isso.*

*A inclusão só funciona quando você trabalha.*

*[...] Quando o deficiente começa a trabalhar, começa a ser respeitado como um cidadão, como consumidor. Se ele chegar numa loja, vão saber se ele gostar, ele vai comprar. É gostoso a gente chegar numa loja e ser respeitado como uma pessoa qualquer.*

*Às vezes, o vendedor não tem paciência de estar mostrando o produto e ficar esperando o deficiente visual tatear a mercadoria, porque é assim que ele percebe as coisas.*

**‘L’**

*Por isso, eu acho fundamental que a associação dê incentivo aos deficientes de lutarem pelos seus objetivos. Não é porque ele ganha a aposentadoria, que ele tem que ficar contente com aquilo. Quem sabe se aquela aposentadoria não é apenas um suporte enquanto ele estiver estudando [...] O que eu mais odeio é ser tratado como um inútil, um inválido.*

**‘R’**

*Eu gostaria que fossem dadas mais oportunidades de trabalho do que aposentadoria. Às vezes, ela acomoda o deficiente e tira a autonomia dele.*

**f) Em relação ao apoio familiar**

Com exceção do ‘A’ e do ‘Z’, o apoio familiar foi lembrado por todos como sendo fundamental, mas lembraram que em alguns casos a superproteção prejudica o desenvolvimento da pessoa com deficiência. Consideram o incentivo muito importante.

**‘G’**

*Falar de sucesso é complexo. Eu atribuo o meu sucesso, primeiro à minha mãe que se esforçou levando dois filhos cegos para a escola e carregando um outro neném no colo, ela criou um sobrinho.*

*É isso, para a gente ter sucesso, tem que ter uma boa pessoa que lhe dê a mão quando você precisa e você querendo se levantar, querendo progredir sempre.*

**‘J’**

*É importante o apoio da família. Alguns deficientes, às vezes, não têm esse apoio. Algumas famílias não oferecem essa ajuda, não estão ligadas para as necessidades dos deficientes, ou por falta de recursos ou por ignorância.*

**‘L’**

*Muitas vezes o preconceito ao deficiente visual está na própria casa. Alguns familiares se afastam de você, deixam você num cantinho, só chegam perto para fazer aquelas brincadeirinhas: Ah!..., tudo bem com você?... e saem, não conversam seriamente, têm medo que você mexa em alguma coisa da casa e quebre. Têm medo que você saia na rua e se perca.*

*Cada coisa que a gente aprende é uma vitória, é uma conquista muito grande, é uma felicidade muito grande para o deficiente. Cada conquista é a independência, é a liberdade dele, faz com que ele cresça cada vez mais.*

**‘R’**

*Minha família me deu muito apoio quando eu perdi a visão. Eles me ajudaram muito.*

Para concluir essa análise das entrevistas com os deficientes, foi escolhida uma história contada pelo **‘G’**, que nos mostra que a inclusão é um trabalho contínuo e não se faz por decreto.

*Tem o caso de um velho que vivia contando uma história e ninguém parava para ouvir o velho. Teve um dia que parou um menino e disse:*



— *Senhor, se você continuar parado nesse lugar, falando sempre as mesmas coisas, é em vão.*

*Ele respondeu:*

— *Não é em vão, porque hoje você parou para me ouvir, amanhã outro pára e assim por diante.*

Segundo ele, é assim com a inclusão, é um trabalho gostoso. Ele pretende, enquanto viver, levantar sempre essa bandeira.

### **3.3 Comentários sobre as entrevistas com as pessoas deficientes visuais**

A falta de estrutura para atender os alunos com deficiência visual foi abordada em todas as entrevistas e foi percebido na fala do ‘G’ que, nas escolas públicas por onde ele passou, foi ele, enquanto deficiente, que mostrou aos professores e membros da escola como trabalhar com o deficiente visual. Acredita-se que se a escola tem uma proposta inclusiva, a preparação para receber estes alunos deveria ser previamente feita, com pessoas habilitadas para isso.

Glat (2004, p. 4), afirma que:

[...] a formação de Recursos Humanos é, sem dúvida, o aspecto determinante para a efetivação de uma política de inclusão educacional. Inúmeros estudos têm demonstrado que a principal barreira para a sua efetivação é o despreparo dos professores para lidar com alunos com significativos déficits cognitivos, psicomotores e/ou sensoriais na complexidade cotidiana de uma classe regular.

De certa forma, a inclusão está sendo realizada dependendo mais do deficiente visual do que da organização pública. Na escola Leonor Pinto Thomaz, onde ele fez o primeiro ano do ensino médio, de início recebeu a responsabilidade de fazer a inclusão dar certo, como ele relatou:

*Você vai ser a cobaia da escola, se for bem vai abrir caminho para os outros.*

*Quando eu entrei no Leonor, foi feita uma reunião com os professores, aonde ninguém sabia como trabalhar com deficiente visual. Fizemos uma palestra, mostrando como tem que trabalhar.*

Mendes (2002, p. 68), em relação à educação inclusiva, diz que: “para implementá-la não basta colocar crianças, jovens e adultos com necessidades especiais em escolas regulares ou nas classes comuns”.

Verifica-se que é atribuída a esses alunos a responsabilidade pelo sucesso ou pelo fracasso. Acreditamos que neste processo da inclusão, cabe a todos os envolvidos se engajarem nesta luta, para que as estatísticas possam apresentar um resultado mais positivo, ou seja, mais alunos concluindo a educação básica e se preparando para o exercício pleno da sua cidadania.

Como o ‘G’ disse:

*A inclusão do deficiente visual depende de uma série de fatores: primeiro de tudo é ele querer; segundo, depende da educação, da escolaridade dos alunos com deficiência. Não adianta nada nós reivindicarmos: vagas para deficientes, a Lei de cotas 8.213 e o Decreto 3.298, que regulamentou a lei de cotas, se não houver deficientes com mão de obra qualificada para o trabalho.*

*Eu vejo que a inclusão não é só vaga no mercado de trabalho, a inclusão ainda é educação.*

E essa idéia é reforçada pelo ‘L’:

*Quanto à inclusão no trabalho, Sorocaba precisava ter escolas que profissionalizassem os deficientes.*

Ainda sobre a fala do ‘G’, ele lamenta que o Colégio Politécnico esteja preparado para receber os deficientes visuais e que poucos chegam até lá,

provavelmente porque poucos terminam o ensino fundamental e não estejam preparados para fazer o vestibulinho e atender as exigências dessa escola técnica.

Entende-se que são muitas as dificuldades que esses alunos enfrentam e que nem todos têm o apoio necessário, encorajando-os a enfrentar os obstáculos, tal como fizeram o 'G', o 'J', o 'L' e a 'R'. As estatísticas comprovam isso. Há uma redução absurda do número de matrículas nas últimas séries do ensino fundamental e afunila-se mais ainda no ensino médio.

Os dados do Censo 2000, do IBGE, mostram que está ocorrendo um avanço em relação ao aumento do número de matrículas de alunos sem deficiência e atualmente mais alunos sem deficiência estão conseguindo concluir a educação básica. Esperamos que com as ações que podem ser implementadas na educação especial, as estatísticas possam apontar a mesma tendência em relação aos alunos com deficiência.

Também foi percebido nas falas dos entrevistados a necessidade da ASAC fazer um trabalho junto à comunidade, divulgando os serviços por ela prestados e a importância dela se organizar, no sentido de fortalecê-la, para que ela possa reivindicar o cumprimento das leis, denunciar as discriminações e as restrições à educação, saúde, lazer e trabalho.

Segundo Paula (1996, p. 104), a organização dos deficientes é: "o primeiro passo na conquista da cidadania. Só através da participação direta dos interessados, o acesso à cidadania deixará o campo hipotético para tornar-se práxis".

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação às ações desenvolvidas em Sorocaba visando a inclusão social dos deficientes visuais, pudemos perceber que essas pessoas dependem basicamente da Instituição, a ASAC, que lhes dá o apoio básico para que tenham autonomia nas atividades do cotidiano. O poder público tem alguns projetos em andamento, em processo de aprovação, mas o trâmite é moroso e as pessoas com deficiência continuam não tendo o atendimento adequado, conforme o sugerido nas legislações que as amparam. Sorocaba é uma cidade promissora, foi uma das primeiras a aderir à educação inclusiva, mas na questão da inclusão ainda temos muito que avançar. Segundo Aranha (2001, p. 170):

[...] cabe a sociedade oferecer os serviços que os cidadãos com deficiência necessitam. [...] mas cabe também, garantir-lhes o acesso a tudo de que dispõe, independentemente do tipo de deficiência e grau de comprometimento apresentado pelo cidadão.

Em relação à preparação para o trabalho, o poder público não tem um programa específico que promova essa capacitação. Entre as escolas profissionalizantes do município, o Colégio Politécnico é o único que abraçou a causa dos deficientes e mantém uma estrutura que lhe possibilita oferecer uma educação realmente inclusiva, isto é, dispõe a esses alunos o espaço físico e os recursos necessários para que a aprendizagem de fato aconteça. Infelizmente, como

poucos alunos com deficiência conseguem concluir o ensino fundamental, muitos ficam impossibilitados de ter acesso a essa escola profissionalizante.

A política educacional do município é inclusiva. A rede municipal, diferentemente da rede estadual de ensino, não tem sala de recursos, o que a deixa mais dependente das instituições especializadas.

Como já foi visto, apesar do discurso ser favorável à inclusão, os dados mostram que no município há mais alunos segregados do que incluídos.

Foi verificado que poucos alunos com deficiência conseguem concluir o ensino fundamental, conseqüentemente não vão para o ensino médio, o que os deixa mais vulneráveis em relação a ter uma formação que lhes permita ter acesso ao mundo do trabalho. Dentre as possíveis causas apontadas nas entrevistas, estão: o despreparo dos professores em trabalhar com esses alunos, classes regulares numerosas e a falta de recursos materiais.

Conforme as informações das supervisoras das redes estadual e municipal de ensino, as classes são numerosas e têm em média 35 alunos. A situação agrava-se quando há algum aluno incluído, pois a professora não conta com auxiliar de classe nem qualquer outro tipo de funcionário na escola que possa auxiliá-la.

A falta do material didático para os alunos com deficiência visual é outra dificuldade apontada na área da educação. Embora o MEC venha divulgando a doação dos livros em Braille, na verdade o processo burocrático entre o professor indicar a bibliografia e esta chegar ao aluno é tão lento que termina o ano letivo e o aluno ainda não recebeu o livro, como falou a professora da sala de recursos: *Este ano os nossos alunos ficaram sem material porque os livros que nós indicamos ainda não estavam disponíveis em Braille. Entramos em contato com o MEC para*

*substituí-los por outros e não foi possível porque os pedidos do ano em exercício devem ser feitos no ano anterior.*

Tal fato vem sobrecarregando o professor da sala de recursos, que entre outras atribuições ainda tem que prover o material didático para esses alunos.

Como afirmou Ross (2000, p. 69):

Não podemos dizer que usufrui da igualdade o indivíduo que frequenta a escola e não pode dispor dos livros didáticos, da biblioteca e dos outros materiais escolares. Distanciá-lo do conhecimento é afastar a igualdade que pode advir de seu usufruto. A desigualdade está em não poder compartilhar plenamente do acesso e da produção desses bens simbólicos, riqueza maior da humanidade.

Em relação à acessibilidade, o poder público tem se empenhado em aprimorar esse serviço. Foi percebido nas entrevistas que o serviço de transporte especial vem atendendo satisfatoriamente. Tendo em vista que, entre outros fatores, ele é um facilitador da inclusão social das pessoas com deficiência, este item é um destaque positivo para Sorocaba. No entanto, na questão da acessibilidade ainda há algumas queixas em relação à conservação das calçadas e dos obstáculos que colocam em risco a segurança das pessoas com ou sem deficiência visual.

Em relação à saúde, foi observado que assim como na área da educação as pessoas com deficiência ainda dependem muito da iniciativa privada para terem esse atendimento. Foi percebido também que é muito precário o atendimento público na área de reabilitação. As pessoas têm dificuldade de serem atendidas pelo SUS e a iniciativa privada que dá esse atendimento, não está conseguindo vencer a demanda.

Os alunos estagiários da Faculdade de Fisioterapia da UNIP e da Faculdade de Educação Física da ACM prestam serviços à comunidade gratuitamente, atendendo às pessoas que precisam de tratamento para reabilitar-se ou para inibir o

agravamento da doença. Esta dificuldade é sentida na fala da Denilza: *Em Sorocaba, é bastante difícil conseguir tratamento gratuitamente, não existe. Existe na Faculdade UNIP, mas é bastante restrito. A ACM atende bastante e tem uma lista de espera bastante grande.*

No município ainda são poucas as empresas que empregam pessoas deficientes. Pudemos perceber nas falas dos entrevistados que há muito preconceito e que a sociedade discrimina-os bastante. No entanto, a Delegada do Trabalho ressalta que: *[...] muitos dirigentes de empresas inicialmente apresentam resistência em contratar pessoas com deficiência, mas que, ao fazê-lo, verificam que a dinâmica da empresa muda para melhor com a presença de pessoas com deficiência no ambiente de trabalho e sentem-se felizes com os resultados.*

Acreditamos que esse problema poderá ser resolvido, ou pelo menos minimizado, com um trabalho de informação e conscientização dos empresários e com políticas públicas adequadas, principalmente na área da educação, que coloquem os deficientes em condições de competitividade com as demais pessoas.

A legislação garante a todos os mesmos direitos, mas no cotidiano verifica-se que podemos exigir o cumprimento da lei, mas não se consegue impor respeito pela lei, por ser uma questão de atitude, diz Tereza Costa D'Amaral, Superintendente do Instituto Brasileiro de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (IBDD). Segundo ela, a mudança nas questões sociais é um dos grandes desafios deste início de século. Considera que o meio acadêmico pode dar a sua contribuição, podendo ser a base para a construção desse processo. Mas, destaca também a importância dos meios de comunicação como divulgadores de conhecimento e formadores de opinião, que definirão a mudança de atitude social.

Enfim, este trabalho procurou mostrar que a educação é importante na inclusão social e que para efetivá-la é preciso políticas públicas voltadas a esse fim. Enfatizamos a importância da inclusão escolar e o respeito pela diversidade. Mazzotta (2002, p. 36) bem resume essa questão quando enfatiza que:

[...] a efetivação da educação escolar para todos, mediante recursos tais como educação especial, preferencialmente na rede regular de ensino, para os que a requeiram ou a educação inclusiva onde a diversidade de condições dos alunos possa ser competentemente contemplada e atendida demandará uma ação governamental marcada pela sinergia, que algumas vezes parece até ser enunciada. Isto sem ignorar que a verdadeira inclusão escolar e social implica, essencialmente, a vivência de sentimentos e atitudes de respeito ao outro como cidadão.

O direito à educação está vinculado ao direito ao trabalho. Sem trabalho não há inclusão e esta “visão” o Instituto Benjamin Constant já tinha desde 1854. Hoje se fala muito em inclusão, mas não basta garantir ao deficiente uma vaga na escola regular. Cabe ao poder público juntamente com as organizações não governamentais desenvolverem ações de modo a incluir a pessoa com deficiência na sociedade, garantindo-lhe o direito de exercer a sua cidadania, oferecendo-lhe conhecimentos, atendendo as suas aptidões e as mudanças do mundo do trabalho que está cada vez mais exigente quanto a novas habilidades. Só assim estaremos efetivamente fazendo a inclusão, que ocorrerá somente a partir do momento em que for dado aos deficientes condições básicas de qualidade de vida, não só inserindo-o no mercado de trabalho, mas também sob outros aspectos essenciais para o seu viver, como: saúde, lazer, acessibilidade, propiciando-lhe oportunidades de interagir com a coletividade como um agente ativo, usufruindo seus direitos e assumindo responsabilidades como membro participativo de uma comunidade. Finalmente, libertando-o do ranço assistencial e caritativo que por décadas prevaleceu nas relações da pessoa com deficiência com a sociedade na qual ela está inserida.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Ligia Assunção. Espelho Convexo: O corpo desviante no imaginário coletivo pela voz da literatura infanto-juvenil. In: COSTA, Valdelúcia Alves da. **Formação e Teoria Crítica na Escola de Frankfurt**. Niterói: UFF, 2005.

\_\_\_\_\_. **Pensar a diferença/deficiência**. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Brasília: CORDE, 1994.

\_\_\_\_\_. Mercado de Trabalho e Deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília, v.I, n. 2, 1994.

ARANHA, Maria Salete Fabio. Paradigmas da relação da sociedade brasileira e as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, São Paulo, v. 21, ano XXI, p. 160 –173, mar. 2001.

ARAUJO, Luiz Alberto David. **A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência**. Brasília: CORDE, 1994.

ASAC. **Manual Informativo da Associação Sorocabana de Amparo ao Deficiente Visual**, 2002.

BENJAMIN, Walter. In: OLIVEIRA, Renato José de. Educação dos Excluídos: Dádiva ou Dívida? **Revista Benjamin Constant n° 19**. Rio de Janeiro: p. 3-6, 1986.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Atlas, 1ª ed., 1988.

\_\_\_\_\_. **Convenção 168, 1988. Promoção do Emprego e à Proteção contra o Desemprego**.

\_\_\_\_\_. **Decreto n° 3298 de 20.12.99. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências**.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei n° 6.066, 1943. Dispõe sobre os fins do Instituto Benjamin Constant**.

\_\_\_\_\_. **Lei 4.024/61. Lei de Diretrizes e Bases, 1961**.

\_\_\_\_\_ **Lei 8.213. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, de 24 jul. 1991.**

\_\_\_\_\_ Lei 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases, 1996.

\_\_\_\_\_ Lei 8.123/91. Custeio e Benefícios, 24 jul. 1991.

\_\_\_\_\_ Ministério da Educação e Cultura. **Aluno na Escola.** Brasília. CORDE, 1994.

\_\_\_\_\_ Ministério do Bem-Estar Social. **Programa Nacional de Prevenção das Deficiências.** Brasília, 1991.

BRONFENBRENNER, Urie. **A Ecologia do Desenvolvimento Humano.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BRUNO, Lúcia. Educação, Qualificação e Desenvolvimento Econômico. In: **Educação e Trabalho no Capitalismo Contemporâneo – Leituras Selecionadas.** São Paulo: Atlas, 1995.

CAIADO, Kátia Regina Moreno. **Aluno Deficiente Visual na Escola: lembranças e depoimentos.** Campinas: Autores Associados, 2003.

\_\_\_\_\_ Cegueira: Concepções de Aprendizagem e de Ensino Reveladas. Em Artigos Publicados na Revista Benjamin Constant. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.8, n. 2, p. 223 – 232, jul. a dez. 2002.

\_\_\_\_\_ Mercado de trabalho e deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial.** Marília, v. 1, n. 2, 1994.

CARREIRA, Lourival. A Integração da Pessoa Deficiente no Mercado de Trabalho. **Revista Integração.** São Paulo: ano 5, dez. 1992.

CASAGRANDE, Estela. Uma menina de opinião. **Jornal Cruzeiro do Sul – Cruzeiroiro**, Sorocaba: 11 dez. 2005, p. 5.

CLEMENTE, Carlos Aparício; CELESTINI, Erica CharKaani. **Trabalhando com a Diferença.** Osasco: Espaço da Cidadania, 2004.

COSTA, Cláudio Luis. História Cronológica do Imperial Instituto dos Meninos Cegos. **Revista Benjamin Constant – Edição Especial.** Rio de Janeiro, set. 2004, p. 14-16.

COSTA, Valdelúcia Alves da. **Formação e Teoria Crítica da Escola de Frankfurt: trabalho, educação, indivíduo com deficiência.** Niterói: UFF, 2005.

D' AMARAL, Teresa Costa. Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência: uma questão de justiça, uma realidade por construir. **Revista Sem Limite**. Inclusão de Portador de Deficiência no Mercado de Trabalho. Rio de Janeiro: SENAC, ago. 2002.

Declaração dos Direitos das Pessoas deficientes. ONU, 9 dez. 1975.

FERREIRA, Júlio Romero. **A Exclusão da Diferença: A Educação do Portador de Deficiência**. Piracicaba: UNIMEP, 1993.

\_\_\_\_\_ **A Construção Escolar da Deficiência Mental**. Piracicaba: UNIMEP, 1989.

GLAT, Rosana. O papel da família na integração do portador de deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília, v.2, n. 4, 1996.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. O Papel da Universidade Frente às Políticas Públicas Para Educação Inclusiva. **Revista Benjamin Constant**. Rio de Janeiro: ano 10, n. 29, p. 3-8, dez. 2004.

GUGEL, Maria Aparecida. Deficiência e Educação. In: CLEMENTE, Carlos Aparecido. **Trabalhando a Deficiência**. Osasco: Espaço da Cidadania, 2004.

HILDEBRANDT, Hercen Torres. Contando a História do IBC através de alguns de seus Regimentos. **Revista Benjamin Constant – Edição Especial**. Rio de Janeiro, p. 14-16, fev. 2004.

LAKATOS, Suzana. Direitos Especiais para Pessoas Especiais. **Jornal do Advogado**. São Paulo, ano XXIX, fev. 2004.

LANCILLOTTI, Samira Saad Pulchério. **A Integração pelo Trabalho na Sociedade da Exclusão**. Disponível em: <[http://www.educacaoonline.pro.br/a\\_integracao\\_pelo\\_trabalho.asp?f\\_id\\_artigo=359](http://www.educacaoonline.pro.br/a_integracao_pelo_trabalho.asp?f_id_artigo=359)>. Acesso em 30 set. 2005.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **A Integração de Pessoas com Deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: SENAC, 1997.

MAZZILI, Hugo Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo. In: MELO, Sandro Nahmias. **O Direito ao Trabalho da Pessoa Portadora de Deficiência no Brasil e o Princípio Constitucional da Igualdade**. Tese de doutorado. São Paulo: PUC, 2002.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Deficiência, educação escolar e necessidades especiais: reflexões sobre inclusão socioeducacional**. São Paulo: Universidade Mackenzie, 2002.

\_\_\_\_\_ **Educação Especial no Brasil: Histórias e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MELO, Sandro Nahmias. **O Direito ao Trabalho da Pessoa Portadora de Deficiência no Brasil e o Princípio Constitucional da Igualdade**. Tese de doutorado. São Paulo: PUC, 2002.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A Universidade brasileira frente as demandas da educação inclusiva**. Disponível em: <<http://www.ines.org.br/paginas/revistas/espaco18/debate01>>. Acesso em: 23 out. 2005.

\_\_\_\_\_. **Perspectiva para a Construção da Escola Inclusiva no Brasil**. São Carlos: EDUFSCAR, 2002.

MENDES, Francisco Lemos; FERREIRA, Paulo Felicíssimo. Uma História Centenária. **Revista Benjamin Constant** nº 1. Rio de Janeiro, p. 1-7, set. 1995.

\_\_\_\_\_. Uma História Centenária. **Revista Benjamin Constant** nº 1. Rio de Janeiro, p. 3-8, set. 1995.

NERI, Marcelo...[et al.]. **Retratos da Deficiência no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2003.

NOWILL, Dorina G. Oportunidades Iguais - Participação Plena. **Revista Nova Lente**, São Paulo, 1990.

OMOTE, Sadao. Deficiência e Não deficiência: Recortes do mesmo tecido. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Piracicaba, v.I, n. 2, p. 65-71, 1994.

PASTORE, José. **Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência**. São Paulo: LTr, 2000.

PAULA, Lucília Augusta Lino de. Ética cidadania e Educação Especial. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.II, n. 4, p. 91-107, 1996.

PRIETO, Rosângela Gavioli. **Políticas públicas de inclusão: compromissos do poder público, da escola e dos professores**. Disponível em: <[http://www.educacaoonline.pro.br/arte\\_politicas\\_publicas\\_de\\_inclusao.asp](http://www.educacaoonline.pro.br/arte_politicas_publicas_de_inclusao.asp)>. Acesso em: 18 abr. 2005.

Recomendação sobre a Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes nº168. **69ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho**. Genebra – Suíça, 1983.

**REVISTA SOROCABA 350 ANOS. Uma história ilustrada. Jornal Cruzeiro do Sul. Sorocaba: FUA, 2004.**

**REVISTA BENJAMIN CONSTANT n. 4. Rio de Janeiro: IBC, set.96.**

ROSS, Paulo Ricardo. Educação e Trabalho: a Conquista da Diversidade ante as Políticas Neoliberais. In: BIANCHETTI, Lucídio e FREIRE, Ida Mara (organizadores). **Um olhar sobre a diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

SÁ, Elizabeth Dias. Educação, cidadania e exclusão. **Revista Benjamin Constant**. Rio de Janeiro: ano 9, n. 26, p. 12-19, dez. 2003.

\_\_\_\_\_. Necessidades educacionais na Escola Plural – Qualidade de ensino para todos. In: 2º ENCONTRO SOBRE INCLUSÃO. **Revista Benjamin Constant n. 13**. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: IBCENTRO, 1999.

SALOMON, Sonia Maria. **Deficiente visual**. Um novo sentido da vida. São Paulo: LTr, 2000.

SANTOS, M. P. Perspectiva histórica do movimento integracionista na Europa. In: FRANCO, João Roberto e DIAS, Tércia Regina da Silveira. A Pessoa Cega no Processo Histórico: Um Breve Percurso. **Revista Benjamin Constant n. 30**. Rio de Janeiro: IBCENTRO, p. 3-9, abr. 2005.

SASSAKI, K. R. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: W.V.A., 1997.

SASSAKI, K. R. Empregabilidade e Capacitação Profissional de Pessoas com Deficiência sob o Paradigma da Inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação** (Anuário 2003).

THOMPSON, P. A voz do passado – história oral. In: CAIADO, Kátia Regina Moreno. **Aluno Deficiente Visual na Escola**: Lembranças e Depoimentos. Campinas: Autores Associados, 2003.

TOMASINI, Maria Elisabete Archer. Expatriação Social e a Segregação Institucional da Diferença. In: BIANCHETTI, Lucídio e FREIRE, Ida Mara (orgs). **Um olhar sobre a diferença**. Campinas: Papyrus, 2000.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Calas, 1987.

VERÍSSIMO, Hildemar. Aprendizagem e Deficiência Visual. **Revista Nova Lente**. São Paulo, v. I, n. 1, p. 52-57, jan. a jun. 1990.

## **ANEXO A**

### **Roteiro das entrevistas com as supervisoras de Ensino**

1. Quantos alunos portadores de deficiência são atendidos na rede municipal (estadual)?
2. Há algum projeto específico da Secretaria (.....) para dar atendimento às pessoas com deficiência?
3. Como é feito o atendimento educacional dos alunos portadores de deficiência na rede de ensino municipal (estadual)?
4. Destacando o deficiente visual, por quem e de que modo ele é atendido?
5. Como o aluno deficiente visual tem acesso ao material didático?
6. Sorocaba aderiu à municipalização da educação?
7. A Secretaria Municipal de Educação mantém algum convênio para dar o atendimento aos alunos portadores de deficiência?
8. A rede municipal (estadual) de ensino tem sala de recursos?
9. A rede municipal (estadual) de ensino tem classe especial?
10. Aos alunos portadores de deficiência é oferecido o ensino profissionalizante?
11. A Secretaria (.....) desenvolve alguma ação no sentido de promover o acesso dos alunos deficientes visuais ao mercado de trabalho?

## **ANEXO B**

### **Roteiro das entrevistas com os deficientes visuais**

1. Fale-me um pouco de sua vida e da sua trajetória acadêmica.
2. Quando eu vou a ASAC, eu vejo muitas crianças sendo atendidas na Instituição, no entanto eu não as vejo nas escolas. A que você atribui esse fato?
3. O que você acha da ASAC?
4. O que você acha do Colégio Politécnico?
5. Você conhece outras escolas, em Sorocaba, que também fazem esse tipo de trabalho?
6. Sei que você está fazendo faculdade. Que suporte você tem recebido para fazer o curso?
7. Como você entrou para o mercado de trabalho?
8. A que você atribui o seu sucesso?
9. Você acha que os deficientes visuais são acomodados?
10. O que falta para os deficientes visuais entrarem no mercado de trabalho?
11. O que você acha do atendimento ao deficiente visual aqui em Sorocaba?
12. O SENAI está oferecendo um curso de informática, aqui no Rotary de Votorantin. Você acredita que este curso está contribuindo para a inclusão do deficiente visual? Por que?
13. Quais os entraves que você vê para a inclusão social do deficiente visual na sociedade?
14. E no mercado de trabalho?
15. Você acha que está incluído socialmente? Por que?
16. Se você fosse presidente da ASAC o que você mudaria? O que você manteria?

17. O que você acha da aposentadoria dada aos deficientes?
18. O que você acha que falta na nossa cidade para melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência?

Em geral, as entrevistas com os deficientes visuais foram feitas com o mesmo roteiro básico, à exceção da questão número 2, que foi apresentada somente ao 'G' e as de números 4 e 5, relativas ao Colégio Politécnico, que foram feitas somente ao 'G', 'J', e 'L'.



## **ANEXO C**

### **Roteiro das entrevistas com os representantes das entidades assistenciais**

1. Quais os critérios para a Instituição (.....) admitir uma pessoa?
2. Quais os serviços prestados pela Instituição?
3. Há dados estatísticos referentes ao número de deficientes aqui em Sorocaba?
4. Em média quantas pessoas são atendidas pela Instituição?
5. A Instituição oferece curso de profissionalização?
6. A Instituição mantém contato com as empresas?
7. As empresas solicitam a assessoria da Instituição para fins de recrutamento e treinamento de deficientes visuais?

## **ANEXO D**

### **Roteiro das entrevistas nas demais Secretarias Municipais**

As entrevistas realizadas nas demais Secretarias Municipais foram pautadas nas seguintes questões:

- ◆ Quais as ações desenvolvidas na Secretaria (.....) direcionadas ao atendimento das pessoas com deficiência?
- ◆ O que o poder público tem feito para promover a inclusão social dessas pessoas em relação ao acesso ao mercado de trabalho?

## **ANEXO E**

### **Transcrições das entrevistas com as pessoas com deficiência visual**

#### **Entrevistado: "A"**

Tenho vinte e cinco anos, solteiro, em novembro do ano passado fez seis anos que perdi a visão. Perdi a visão com dezenove anos e foi acidente de trabalho. Eu trabalhava no CEASA de Sorocaba, e o motorista sem querer bateu a mão no freio do caminhão, e o caminhão deu o tranco, eu caí e bati a cabeça no chão, quebrando o lado esquerdo do crânio. Com o decorrer do tempo, veio a descolar duas retinas. Primeiro descolou a retina do lado do olho direito e a doença passou para o do lado esquerdo. E assim, eu estudei até a metade da 6<sup>a</sup> série. A minha família não tinha condições de me deixar na escola, e eu tive que escolher ou trabalhava ou estudava. Eu preferi o trabalho. Comecei a trabalhar com quinze anos e antes de começar a trabalhar no CEASA, eu já trabalhava com o meu pai, ajudando-o. Eu era o ajudante de pedreiro dele. Com quinze anos eu fui trabalhar numa fazenda, fazenda Ana Maria.

Antes de eu sofrer o acidente neste caminhão, eu já havia sofrido já diversos acidentes. Uma vez eu estava catando manga, inclusive um policial que tomava conta desse lugar, ele deu permissão para eu entrar e pegar manga. Eu estava em cima do pé de manga e quebrou o galho da árvore, eu caí em cima telhado da escola, cai em cima da mesa, a mesa quebrou e eu cai no chão, fiquei sete dias internado, foi do mesmo lado que eu vim a sofrer este acidente do caminhão, eu bati a cabeça do mesmo lado. Foram duas vezes que eu quebrei a cabeça no mesmo lado.

Em agosto faz três anos que eu frequento a ASAC. A minha mãe é que fez a inscrição, ela ficou sabendo da ASAC pela Prefeitura, a assistente social que indicou. O meu aprendizado aqui foi rápido... Em três dias eu aprendi o Braille. Há pessoas que dizem que é difícil. Alguns dizem que quem nasce com a deficiência tem mais facilidade. Eu digo que não, não é assim... Tem uma moça chamada Iolanda, ela nasceu com essa deficiência e as dificuldades que ela tem eu não tenho, graças a Deus. Eu não tenho depressão, essa moça tem. Ela tem convulsão, eu não tenho, ela tem pressão no olho, isso eu também não tenho. Devido a esse fato, que eu aceitei bem a minha deficiência, quase não tenho muita dificuldade, a não ser quando eu estou andando na rua. É que... essas calçadas... eu não sei o que eles acham... ficam colocando degraus. Esses degraus na calçada é que dificultam um pouquinho, mas tirando isso aí, não tenho nenhuma dificuldade. Com o tempo a gente acostuma com as coisas... e fácil, a gente tem que ter noção de onde está..., noção de distância e de direção. Tendo essa noção,... não tem dificuldade nenhuma.

Como eu falei, em três dias eu aprendi o Braille, com dois dias eu aprendi a mexer com a máquina do Braille, em um dia escrevi um texto com a reglete, já com o Sorobã, eu aprendi em cinco dias, as quatro operações da matemática.

Eu não tenho vontade de continuar a estudar porque: eu acho o seguinte, eu andei pesquisando, eu trabalho, eu vendo alho, estou ganhando um dinheirinho bom assim, dá para eu me divertir, já tá bom demais. Passei em algumas fábricas, firmas, perguntando se tinha trabalho. O que eles falam pra gente é desanimador. Eles não falam assim... como amigo, eles falam pra desanimar mesmo. "Não tem nada em Braille." Num tom bem insatisfeito. "Não tem nada em Braille aqui pra você e a gente não modificou a casa ainda para estar suportando deficiente na nossa firma."

Com isso, eu já pensei comigo mesmo, acho que não tem um porquê de continuar a estudar. E tem o fato ainda de eu estar aposentado também. Eu era registrado, antes de perder a visão e o meu patrão gostava muito de mim. Depois que eu sofri o acidente, ele falou assim... Se você precisar de advogado, papéis,... você pode passar aqui, você pode contar comigo. Ele sempre me ajudou.

Durante o dia eu sempre estou trabalhando, só assim... dia de chuva, eu venho aqui na ASAC, jogo dominó, sempre tem torneio de dominó. Dia 23/04 vai ter um campeonato de futebol, nós vamos a Guarulhos. É um campeonato grande, vem gente de Cascavel, Santos, Campinas, São Paulo, Guarulhos, Itu, Sorocaba e Jacareí, tem bastante gente de fora. É um campeonato super grande. Também tem o campeonato das meninas que jogam gol bol, são portadoras de Deficiência Visual também.

A ACM tem algumas vagas para os alunos da ASAC. É preciso um médico, atestar que a pessoa é deficiente visual e levar um eletrocardiograma. A ACM é uma faculdade de Educação Física, eles pedem tudo, para ver o quanto a gente agüenta. O que a gente pode fazer, eles vão dando... acima disso eles não passam.

Lá eu jogo futebol, eu corro, eu faço natação... É sempre assim, treino para os jogos sazonais.

Eu moro com minha mãe, mais três irmãs e dois sobrinhos. Tenho mais dois irmãos casados e uma irmã casada. Eu sou o 9º filho, dois morreram, eu sou o caçula, a raspa do tacho, como os antigos dizem.

Quanto ao dinheiro, é simples. Eu vendo alho a um real, então abaixo de um real só moeda. Tem as moedas novas de um real, de 50 centavos e tem as antigas, a gente confere com o tato. Eu já faço assim... eu deixo as notas de um real todas separadas, das notas diferentes que eu carrego. Já aconteceu assim, a pessoa me

deu dez reais e eu voltei o troco. Então, todos nós deficientes visuais já deixamos o dinheiro separado na carteira. Eu já saio assim... Não tem dificuldade, assim... essa dificuldade que todo mundo pensa que tem, é a população que impõe. O que o normal faz, pouquíssimas coisas, nós deficientes visuais não podemos fazer.

Por exemplo, nos ônibus os deficientes visuais sempre tem o banco da frente. Nós deficiente visuais vamos sentados no banco da frente, só alguns ônibus, que são pouquíssimos, não têm o banco na frente. Mas, tirando isso, não tem dificuldade em transporte, em nada.

Olha, eu tenho muito a agradecer à Associação, porque antes da ASAC eu não saía de casa, só ficava na minha casa, eu tinha medo de sair. Depois que eu entrei aqui na ASAC, durante oito meses, eu não falava com ninguém, eu ficava quieto, sozinho, agora eu sou o "risadinha". Tanto é que eles queriam me arrumar um emprego, queriam que eu entregasse os papéis da ASAC lá na Prefeitura para a Assistente Social porque eu sempre estava na Prefeitura, duas ou três vezes por mês eu estava lá.

Eu jogo futebol, no time tem os que são cegos total e os que enxergam um pouquinho. E para deixar todo mundo por igual, todos usam a venda. Também nesse esporte é comum uns trombarem com outros, é normal. Devido a isso, aí na ACM eles inventaram o protetor de supercílio, para proteger a parte superior do olho, essa parte sangra fácil, então nós usamos o protetor de supercílio para evitar acidentes graves.

Nós fazemos muitas apresentações para as escolas municipais. Hoje nós vamos fazer uma apresentação para os alunos da Faculdade de Educação Física – ACM, Nós sempre pedimos para os alunos ficarem em silêncio para que a gente possa ouvir o som da bola, ela tem um guizo para nos orientar. O goleiro, ele é

normal, ele enxerga. Para nós termos noção onde está o gol, o goleiro fica sempre batendo palma. Quando a gente vai para o campeonato, não é o goleiro que bate palma é uma pessoa que fica atrás do gol, essa pessoa é o chamador, que fica batendo palma para chamar a pessoa do time dele em direção para o gol. Nós treinamos aos sábados, das 8 às 9 horas.

## **Entrevistado: “G”**

Eu tenho vinte e nove anos, sou deficiente visual, solteiro, tenho hipermetropia ótica, tenho um irmão também deficiente visual. Trabalho bastante, tenho pouco tempo livre e quando dá, gosto de estar com a minha namorada. As dificuldades foram muito grandes, na época não se tinha o apoio, não existia o material na educação. Enfrentei muitas dificuldades para ir à escola, o deficiente tinha que pagar o ônibus, não tinha a carteirinha. A minha mãe foi uma lutadora, fez com que eu e meu irmão estudássemos. Em 1985 cheguei ao Arquimínio (escola estadual) onde os alunos com deficiência ficavam todos juntos numa sala de aula e a professora ia trabalhando com cada um. Depois veio a Professora Sonia que trouxe o projeto da inclusão. A princípio esse projeto foi rejeitado, principalmente pelos próprios deficientes visuais, que estávamos acostumados a um gueto, de estarmos sempre juntos, o que fazia nós não sentirmos tanto as dificuldades, porque nós nos protegíamos. Nós éramos os especiais do Arquimínio que era a única escola que existia em Sorocaba para deficiente visual. Lá nós aprendíamos o Braille. Na sala regular, foi muito difícil aceitar a inclusão no começo. Nós tínhamos problemas de relacionamento com os outros alunos e com os professores. De um lado eram os alunos que não estavam acostumados, tiravam sarro, zombavam e o deficiente visual ficava nervoso, psicologicamente abalado, querendo voltar para a classe especial.

Depois em 1987/1988, fui para ASAC e lá dei mais um passo. Comecei a ter aulas de locomoção, as aulas de terapia ocupacional e atendimento com a psicóloga. Nesta época, estava com treze anos. Fiquei dois anos no Arquimínio, naquela sala mista e só fui começar mesmo na sala de aula, com os outros alunos na 2ª série. As dificuldades foram grandes, porque a família de certa forma, pela



super proteção, ela acabava dando uma retraída no deficiente que acabava não se evoluindo tanto quanto poderia. De início, eu tive problemas de locomoção. Terminei a 8ª série no Arquimínio, lá eu fiz da 1ª a 8ª séries. As escolas foram divididas, algumas ficaram de 1ª a 8ª e outras com o ensino médio. Eu fui para a Escola Municipal Leonor Pinto Thomaz. As dificuldades foram maiores ainda, inclusive uma “mulher” disse pra mim: “Você vai ser a cobaia da escola, se for bem, vai abrir caminho para outros”. Eu consegui abrir portas,. Fiz muitos amigos, inclusive a diretora, hoje é muito minha amiga. Tinha a Ligia, que dava apoio. Ela era da Biblioteca Braille, depois foi para o Leonor e deu um apoio grande. Mas, sempre encontrei obstáculos quanto a falta de material didático. Graças a Deus, fui vencendo. Quando eu entrei no Leonor, foi feito uma reunião com os professores, aonde ninguém sabia como trabalhar com o deficiente visual. Fizemos uma palestra, mostrando como tem que trabalhar.

Como até hoje, há alguns que são a favor da inclusão e outros são contra. Eu comecei a estudar normal, fiz a 1ª e a metade da 2ª série do ensino médio na classe regular. Surgiu um emprego, fui trabalhar e fiz supletivo para terminar o ensino médio. A necessidade era grande, eu já estava adulto e precisava do emprego. Fui trabalhar no Hospital Regional, eu tinha feito um curso de radiologia. Depois meu contrato venceu e eu fui dispensado. Aí eu já havia terminado o ensino médio e fui para o curso técnico, fui da 1ª turma do Colégio Politécnico no curso Comércio Exterior. Quando terminei, fiz Vendas. Comecei a trabalhar no SENAI de Itu como revisor de texto, há dois anos atrás. Lá comecei a ganhar e pude pagar a faculdade. Ano passado eu comecei a fazer “Sistema de Informação no Uirapuru”. Ganhei meia bolsa e eles me dão um apoio legal, eles mandam fazer todo o material em Braille, é a única faculdade em Sorocaba que faz o material em Braille para o deficiente visual

As provas são em Braille, material em Braille, e os CDs com as apostilas. Em termos didáticos, tem professores que não sabem trabalhar, é uma coisa que estamos quebrando. É uma faculdade nova e uma coisa nova para todo mundo. E eu estou assim, quebrando essa barreira. O que mais pega para os deficientes visuais é que os professores não estão preparados, não conseguem passar a matéria de modo que os deficientes visuais possam entender. Por exemplo, o professor está explicando na lousa e fica batendo e falando: "esse daqui, esse daqui...", o deficiente visual não entende nada, para ele mentalizar e tentar entender o que o professor está falando. Essas dificuldades, a gente vai contornando no dia a dia.

Falta material didático, em Braille, só encontramos romance, só livros que você não precisa. Nós precisamos muito de material didático. Hoje já estamos na área da tecnologia: a informática veio para ajudar muito o deficiente. A informática não substituiu o Braille, ela é uma ponte que liga o não visual com o visual, ela veio para facilitar a comunicação entre nós, o cego e os videntes através dos e-mails, da internet, são leitores de tela que nós usamos. Então para mim foi difícil. Primeiro tive que encarar a falta de material, depois a pobreza, muita dificuldade financeira. Também tenho o outro irmão que não enxerga. Naquela época, quando eu nasci, todo mundo quando chegava via, dizia... cego! Nossa! Ficava olhando como se fosse coisa de outro mundo.

Eu penso assim, todo mundo deve ter muita humildade, pedindo ajuda quando precisa.

Eu nasci assim, com hipermetropia ótica. Meu pai teve uma virose e tomou um remédio. A causa certa, certa... eu não sei. Naquela época foram realizados os exames, eu era pequeno, eu e meu irmão éramos bebês, minha mãe e minha família

têm pouca cultura. Certo, certo a gente não sabe a causa. Os médicos falam que os remédios que meu pai tomou eram muito fortes e devem ter afetado as células.

Hoje eu faço faculdade, trabalho na área da inclusão, dou palestra de inclusão, sou formado pela Universidade Federal de Mato Grosso, na área de educação especial. Fiz o curso lá, onde abordamos os temas: deficiente visual e deficiente físico. Na seleção eu fiquei como superdotado e pude optar pelo ensino superior. Escolhi a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. O material para mim era em CD e eu fiz as aulas presenciais lá na Universidade.

Em relação às crianças que freqüentam a ASAC, eu acho que essas crianças vão lá para aprender locomoção e ter o atendimento com a psicóloga e as terapias com as meninas lá. Eu acredito que seria melhor desligar, cada vez mais essas crianças da ASAC. Se os professores forem preparados, vão ser poucas as necessidades que a ASAC vai ter que trabalhar com essas crianças. Se eles pegarem lá para ter reforço de escola, eu acho que não funciona. É preciso rever os objetivos da ASAC. Mas, quanto menos essas crianças precisarem da ASAC é melhor, é sinal que elas estão bem e que a inclusão vai evoluindo no meio da educação.

As crianças deveriam estar nas classes regulares, se não estão, tem que ver o porquê, o lugar dessas crianças é na escola e não na ASAC. Precisamos definir as coisas, os papéis. Qual o papel da associação? O papel da associação é trabalhar a parte da visão do Braille, e a escola trabalhar a parte que lhe compete. Às vezes a escola tem dificuldade em trabalhar esses papéis e acaba a ASAC assumindo tudo. Isso não é legal, o legal seria que a criança freqüentasse a ASAC só para fazer as terapias. Os objetivos precisam ser bem definidos. Eu acho que a professora da escola regular deveria saber Braille, para professora poder fazer essa alfabetização,

essa parte pedagógica. Mas, aqui no Brasil a inclusão ainda é um processo e não chegamos nesse ponto ainda.

Porque as crianças não estão nas escolas ainda...? Temos que avaliar. Será que as mães não querem colocar esse filho na escola? Será que a escola não quer esse aluno lá? Eu não sei a resposta. Mas por algum motivo é, nós temos que ver o porquê. Ou as crianças não estão se sentindo bem na escola, ou as mães não querem ou as escolas não estão preparadas e estão jogando a responsabilidade para a ASAC. Eu não tenho clareza quanto a isso. Pelo o que eu acompanho lá, as crianças vão ter terapias, elas estudam no Arquimínio e lá, uma vez por semana elas têm o reforço na sala de recurso e a ASAC faz o acompanhamento de terapia.

Eu sou suspeito em falar do Colégio Politécnico. Eu acho que ele é uma estrela que brilha na vida de muita gente. Nem todos têm dinheiro para pagar uma faculdade. É um colégio muito bom, tem uma disciplina muito boa, com bons professores, com tudo gratuito, não se paga nada lá, nem material, nem nada... É um colégio técnico voltado para a área social. Eu vi pessoas que não tinham ficha de ônibus e o colégio dava. E, na área de deficiência, é um colégio que já abriu as portas para a inclusão. Na minha sala tinha um deficiente físico. Inclusive, eles contrataram uma pessoa específica só para cuidar desses alunos deficientes. Depois ela assumiu outros cargos. A Prof<sup>a</sup> Sonia é uma excelente professora, desenvolve um trabalho muito bom. Ela foi contratada para cuidar especificamente dos materiais para deficientes. Hoje ela tem outras atribuições, porque infelizmente o número de deficiente que procuram aquele colégio é muito pouco, deveria ser maior.

Gostaria que tivesse mais dez ou cinquenta Gelson's fazendo curso lá. Nem todo mundo tem dinheiro para pagar faculdade, e também não pense que na faculdade tem alguém especialmente para ficar acompanhando os deficientes, não

tem não. É bom ressaltar isso, o deficiente na faculdade, ele é sozinho, ele depende muito, principalmente dele, dos amigos e da boa vontade dos professores. No Uirapuru, eles dão apoio, é show de bola, mas não tem como eles ficarem em cima do deficiente. No Politécnico é diferente, se o deficiente tem alguma dúvida, a Sonia é específica para isso, bate a matéria em Braille, dá muito apoio. O Politécnico é mantido pela maçonaria, mas não é só o Politécnico, o Monteiro Lobato, também. Só o fato deles tirarem aquelas crianças da rua e dá o que comer. Elas ficam o dia inteiro lá. Eles não dão o peixe, eles dão a vara para você pescar. É assim, se repetir de ano no Monteiro Lobato, sai. O Politécnico também é disciplinado, tem hora que até enche a paciência, de tanta disciplina. Mas, faz parte. Hoje nós vemos um desvio muito grande dos jovens. Espero que meus colegas não deixem morrer aquilo lá. Quando eu entrei, eles compraram máquina Braille, brigamos pelos programas de computador... Tomara que consigam a impressora, porque a máquina Braille judia muito da Sonia, arrebenta com o braço dela. Se eu estou fazendo a faculdade, é porque aprendi muito lá.

Aqui em Sorocaba eu não conheço outro colégio que desenvolva o mesmo trabalho. O que eu sei de inclusão, de profissionalizantes é o SENAI de Itu e não é porque eu trabalho lá, mas eles desenvolvem um trabalho muito bom na área de educação. Tem o telecurso, tem todo o material ampliado, em Braille e em CD, se for o caso.

O SENAI de Sorocaba não, o de Itu é centro de referência, a nível nacional. O SENAI tem responsabilidades sociais. Desde a época de Getúlio Vargas ele foi para qualificar mão de obra. O nosso diretor levou isso pra lá e foi aceito. A responsabilidade do SENAI é qualificar mão de obra. Então o que a gente faz? Nós damos as condições para qualquer tipo de deficiência, não é só para o deficiente

visual. Por exemplo, se o deficiente visual quiser fazer um curso de elétrica, então vamos ver equipamentos para eles, ver o voltímetro, fazer material, para que ele saia de lá em condições, preparado. Ah! o deficiente físico, se ele quiser fazer um curso de ferramentaria, nós vamos adaptar um torno para ele. Então nós temos lá um trabalho muito importante, a inclusão.

A inclusão depende de uma série de fatores: primeiro de tudo é a pessoa querer; segundo, depende da educação, da escolaridade dos alunos portadores de deficiência. Não adianta nada nós reivindicarmos: vagas para deficiente, a lei de cotas 8213 e o decreto 3298, que regulamentou a lei de cotas, se não houver deficientes com mão de obra qualificada para o trabalho.

O SENAI vai às empresas e faz a análise ocupacional de mercado de trabalho. Por exemplo: aqui dá pra empregar surdos. Depois, faz um censo – Quantos surdos têm na cidade? – Há empresas que bancam projetos. Primeiro, o deficiente tem que ter cultura, educação, para depois entrar no mercado de trabalho. Eu vejo que a inclusão não é só vaga no mercado de trabalho, a inclusão ainda é educação. Professores que saibam lidar com Braille e com libras, são dois meios de comunicação, se não souber não se comunica. Espero que um dia nas faculdades os professores tenham esses dois módulos nos cursos de pedagogia. Na minha opinião, o curso de Pedagogia está se distorcendo, indo para administração. Para mim, Pedagogia não significa administrar, significa métodos pedagógicos para você ensinar. Eu tenho preocupação com o curso de Pedagogia. Os professores deveriam ter esses módulos: educação especial, o Braille e Libras. Se os professores quisessem se especializar em administração escolar, deveriam fazer um curso de extensão do curso de Pedagogia. A Pedagogia seria voltada mais para lado do ensino, para a compreensão do que é deficiente, como ensinar esses alunos, mas

de verdade. Assim, não precisaria mandar esse aluno para ASAC porque o professor saberia trabalhar com ele. A mesma coisa com o deficiente auditivo O professor não precisa conhecer tudo, mas deve saber o básico. Eu tenho a impressão que vem se deturpando a Pedagogia. É uma questão política. As faculdades vêm se preocupando com o dinheiro, isso é normal. No mundo capitalista ele opera na sociedade de uma forma mais bruta. É preciso dar uma repensada.

O que é inclusão? É uma palavra pequenininha, todo mundo enche a boca para falar. Na inclusão, não é só a sociedade se moldar aos portadores de deficiência, os deficientes têm também que fazer a sua parte. Não ficar pensando que só porque não enxerga ou não ouve, é diferente. Ele tem que aceitar e estar sempre procurando, se aperfeiçoando, buscando novos horizontes, enfrentando os desafios para que a sociedade perceba que os deficientes têm potencial. Muitas vezes falta oportunidade para os deficientes mostrarem que eles querem fazer parte do processo da inclusão social.

Muitas pessoas usam de demagogia em relação à inclusão que não pode ser encarada só como dar condições, mas fazer com que utilize as condições. Se eu coloco um aluno na faculdade e dou um monte de material para ele, mas se eu não me preocupo como isso está sendo passado para ele, isso não é inclusão. Outro exemplo, se o empresário dá uma vaga no setor de controle de qualidade onde eu tenho que usar os olhos, não é inclusão. É preferível ele dar esse salário. Eu não estou sendo útil, ele só está cumprindo as “cotas”. São exemplos que agente precisa olhar com carinho em relação a inclusão. É possível que leve anos para nós chegarmos no ideal.

Nós queremos só direitos, mas nós temos deveres. O dever dos deficientes é buscar a sociedade, se ele ficar calado, todo mundo vai achar que tudo está as mil

maravilhas para ele. A sociedade não está nem aí. Então, ele deve gritar; “Oh! Eu estou aqui querendo a inclusão”.

Nós tínhamos um dito que foi quebrado, na parte do amor. É importante falar sobre isso também. Deficiente visual casar com deficiente visual é normal? É, até porque ele vive dentro desse meio. Mas hoje, graças a esse alvoroço da inclusão, vem se quebrando esse paradigma. Hoje muitas pessoas normais casam com deficientes, e pessoas deficientes procuram pessoas normais.

Era um problema que existia na sociedade. Haja visto que na Antiga Grécia, os deficientes eram ditos impuros, eram mortos. Hoje nós tivemos toda essa evolução histórica, evolução cultural. Hoje está na moda a inclusão social.

É legal a faculdade aceitar o deficiente lá. O material e o apoio dos colegas e professores da faculdade são aspectos fundamentais para que me dê animo e vontade de eu ir à faculdade. Muitas vezes o acompanhamento é difícil, a faculdade que eu escolhi requer muito a visão, mas é um desafio que eu quero vencer. Mas, o que me dá ânimo é que eu tenho material, o apoio dos colegas e dos professores, a condição de estar usando o computador como pessoas normais, o mesmo computador, diga-se isso. Não tem adaptação nenhuma, só o leitor de tela que a faculdade colocou.

A faculdade manda fazer todo o material e me dá. Quando eu não quero ler em Braille, eu tenho o material em CD. Na faculdade sou eu, a Carla que faz marketing e tem um outro que tem visão sub normal.

Olha, é com tristeza que eu falo isso. A UNIP é uma grande faculdade, tem um nome... mas, nessa área de deficiência... Nós tivemos a história de uma colega, hoje ela está no Uirapuru, eu acompanhei esse caso pessoalmente. Ela entrou, não adaptaram o material para ela e pior, falavam assim: “Fique tranqüila, você vai



conseguir tirar nota”. Ou seja, em outras palavras, de certa forma estavam segregando ela, pouco se interessando se ela ia ou não aprender, nota não era problema. Ela estava pagando R\$ 800,00 à faculdade, ela não ganhou bolsa. Nem sei como está a situação, tinha um processo rodando, ela desistiu da faculdade. Realmente a UNIP foi pelo maldito dinheiro, frustrou a menina.

Eu fui com ela no Uirapuru, veja como são as coisas: Vou contar uma história rápida. Eu não ia fazer faculdade. Fui com a C. ao Uirapuru conversar com a Maura, a respeito de material. Ela é uma menina tímida, tem problemas psicológicos, e me pediu isso como amigo. Eu fui, e lá a Maura me perguntou:

— Você vai fazer também, não é?!

Eu disse que não.

— Mas eu quero aprender com você também, disse ela.

Eu acabei gostando da idéia, fiz o vestibular e comecei a fazer a faculdade com a C. também.

Eu sei que a UNISO prefere dar a bolsa e não dar o material em Braille. Eu tenho um amigo que fez faculdade lá e ele disse que a faculdade deu a bolsa pra ele, mas ele teve que se virar quanto ao material. É legal, de certa forma dá uma força. Eu vejo isso com tristeza. Eu achava melhor a faculdade dizer que não tem interesse em ter deficiente na faculdade, porque fazer o nome.

O legal no Uirapuru é que ele não faz marketing em cima disso. Ninguém vê matéria deles sobre isso. Claro que deve ter alguma vantagem, eu não sei nada sobre isso, eles devem poder abater do imposto de renda. Eu sei de empresas que têm benefícios com isso, há empresas que preferem desenvolver trabalhos nesse sentido, com deficientes e abater do imposto de renda.

Nossa faculdade foi reconhecida pelo MEC e é uma exigência do MEC que a escola dê condições para os alunos deficientes estudarem, trabalharem e progredirem.

Falar de sucesso é complexo. Eu atribuo o meu sucesso, primeiro à minha mãe que se esforçou, levando dois filhos cegos para a escola e carregando outro neném no colo, ela criou um sobrinho. Minha mãe batalhou muito para que nós estudássemos. Segundo, pelas pessoas que eu conheci no caminho. Terceiro, atribuo a minha força de vontade de estar sempre estudando e a Deus, que está acima de tudo. É isso aí, para gente ter sucesso, tem que ter uma boa pessoa que dê a mão quando você precisa e você querendo se levantar, querendo progredir sempre. Estou terminando uma faculdade, tenho planos de fazer outra, quero fazer marketing ou pedagogia, quero dar aula na faculdade, estou decidindo ainda.

Não é fácil, tenho muitos obstáculos pela frente. Já dei palestra e uma pessoa me perguntou se cego toma banho. Houve um outro que me viu no computador e disse que eu havia decorado a planilha no Excel. Eu perguntei pra ele o que ele queria que eu fizesse. Perguntei: quer que eu lhe mande um e-mail, quer que eu faça uma configuração na rede? Eu faço.

Mas, tudo isso faz parte. Quando a gente tem oportunidade de mostrar para uma pessoa que tem a cabeça fechada, é sinal que ele vai aprender, vai evoluir um pouquinho... Tem o caso de um velho que vivia contando uma história e ninguém parava para ouvir o velho. Teve um dia que parou um menino e disse: "Senhor, se você continuar parado nesse mesmo lugar, falando sempre as mesmas coisas, é em vão". Ele respondeu: "Não é em vão, porque hoje você parou para me ouvir, amanhã outro para e assim por diante". É assim com a inclusão, é um trabalho gostoso e enquanto eu estiver vivo, estarei sempre levando a bandeira da inclusão.

A gente erra muito na vida, não pense que deficiente não erra. As pessoas confundem deficiente com Deus, como Santo. Mas nós erramos muito, acertamos muito, fazemos as mesmas coisas que as pessoas que enxergam, ditas “normais” fazem, mas se cada um for levando o nome inclusão, tentando não ser egoísta, lembrando que tudo é passageiro, amanhã ele vai embora e que outras pessoas vêm, pra passar pelo mesmo processo que eu já passei. Vou fazer 30 anos. O que eu já sofri com discriminação, de pessoas que não gostam de trabalhar com deficiente!... Isso faz parte, amanhã a gente encontra quem goste. Preconceito todo mundo tem, é de um deficiente, é de um assunto, mas se mantiver isso, é discriminação, Há pessoas que têm discriminação até hoje, outros fazem marketing em cima do deficiente, em cima da inclusão. Eu já tive muitos problemas, as pessoas achavam que eu era radical, que eu era rebelde. Eu sempre lutei pela inclusão. Mas as pessoas não encaram dessa forma. Porque você fala... não concorda com alguma coisa, é tachado de rebelde. Eu falo, não sou obrigado a engolir. Faz parte...

Está faltando uma conscientização. Há no mercado de trabalho uma concorrência normal e, infelizmente, por causa da nossa limitação, temos que provar para outros que nós podemos. Primeiro você tem que ter oportunidade, e depois mostrar que se não somos iguais, somos melhores que eles. Para isso o deficiente tem que se preparar, se qualificar, conhecer, sempre fazendo cursos, sempre se aprimorando, lendo... e se ele não puder ler, pedir para alguém ler pra ele, para que quando a oportunidade surgir, ele não se decepcione. É normal a decepção no primeiro emprego, inclusive eu fiz uma entrevista no Jornal Cruzeiro do Sul, na época, para trabalhar com vendas. Eu passei na entrevista, mas eles não estavam preparados para trabalhar com deficiente visual. Foi o que me falou a pessoa que

me entrevistou. Eu saí, depois eu fiquei sabendo que eu poderia fazer o serviço. Então, o que aconteceu... os empresários poderiam dizer: olha eu te dou dois dias, vamos fazer um teste.

Eu tenho essa mágoa, não é mágoa, é um aprendizado. Eu tinha muito sonho em trabalhar, na época eu estava desempregado... A inclusão só funciona quando você trabalha, eu estava desempregado. A Sonia me deu a maior força, me levou para a entrevista, sabiam que eu era deficiente e ele falou: "Não é que você não tenha passado na entrevista, você foi muito bem, você fala muito bem, mas a gente não tem condição". Depois as minhas amigas que faziam o curso comigo me falaram que o trabalho nada mais era que fazer anotações, trabalho no telemarketing, só ia atender telefone, anotar reclamações e tentar reconquistar os clientes que estavam nervosos.

Hoje eu dou curso disso, de telemarketing, e na verdade o que faltou no Cruzeiro (jornal), e o que falta em muitos empresários é ter a cabeça aberta. Na verdade, o cliente nem ia me ver, nem sabe que eu sou cego. Lá no SENAI quando eu dou suporte, muitas vezes eu falo com o cliente sobre o computador e ele nem sabe que eu sou cego. Eu falo de computação com pessoas que enxergam e eles nem sabem que eu sou cego.

Essa foi a grande decepção, mais uma decepção que eu tive e com a qual eu aprendi muito.

Quanto a ASAC, nós vamos esbarrar sempre no estatuto. Quando eu estava lá, eu não sei agora, não quero ser injusto com essa nova diretoria, eu fui tido como rebelde, eu batia de frente. Por exemplo: A Instituição tem o telemarketing e não tem nenhum deficiente visual trabalhando lá. Começa por aí, dentro da entidade. O administrador falava que já tinha dois deficientes trabalhando lá. Não interessa...

eles já recebem a aposentadoria. Não quero tirar o cargo de ninguém, mas poderia ter mais um. Não no lugar deles, mas com eles. A ASAC como entidade, pode até não arrumar emprego, mas ela deveria começar por mudar o estatuto, contratar uma assistente social de verdade, colocando novos cursos, abrindo a cabeça do pessoal para novos horizontes. É muito pouco só terapia ocupacional. Quando eu termino aquilo ali, o que eu vou fazer? Vou ficar jogando dominó? Eu tenho lá na ASAC o Celso, meu irmão, também deficiente visual que poderia estar trabalhando lá na ASAC. Tem outros que a instituição poderia ter dado uma força para eles, mesmo que não fosse dentro da ASAC.

Aí vão questionar a “mão de obra qualificada”, mas eu acho que precisa abrir a cabeça do pessoal da ASAC.

É complicado. O que acontece é que muitos quando perderam a visão tinham um emprego, um salário, então, eles não querem perder essa pensão. Há muitos ali que poderiam estar trabalhando. Eu falava... e era tido como rebelde. Para mim, a ASAC pela força que tem, deveria comparecer, dando uma força. Por exemplo, poderiam ter montado um espaço para o nosso amigo fazer massagem e ele estaria dando emprego para mais um, em nome da ASAC. Olha que legal que seria? Poderia fazer uma parceria, o que ele ganhasse, daria uma parte para ASAC ou então propor para que ele contratasse outro deficiente visual para trabalhar com ele como secretária, por exemplo.

No telemarketing, podia ter um deficiente trabalhando, ele teria muito mais base para estar pedindo as contribuições. Acho também que a ASAC não divulga o trabalho dela, as bases de marketing dela são fracas. Não tem um curso profissionalizante na ASAC, começou a ter o de enrolamento de motor, mas não tem mais.

Eu queria ser um voluntário na ASAC, dar curso, mas só se fosse gratuito e se houvesse chance desse curso ser utilizado. Não adianta nada eu ir lá, falar que nem bobo, se lá mesmo tem o serviço de telemarketing e o deficiente não consegue trabalhar.

Sorocaba é uma cidade fechada, já tem essa cultura, o povo é muito fechado. Eu acho que falta um pouco mais de união dos deficientes, de estarem reivindicando seus direitos e ter mais deficientes estudando. Volto a falar do Politécnico, não tem deficiente visual procurando o colégio.

A ASAC poderia estar solicitando cursos ao SENAI de Itu, eles têm a obrigação de estar fazendo essa profissionalização. Mas não adianta só promover o curso, dá o diploma e ele ficar guardado na gaveta, não é legal.

Eu tenho amigos que têm formação profissional, inclusive um é professor de história, e estão desempregados.

É mais provável o empresário pegar o currículo deles e colocar na gaveta, se ele for sozinho. Mas, se for uma entidade..., que pode fazer uma palestra e expor o trabalho, aumentam as chances. A ASAC poderia expandir esse lado, dando palestras. Mas como vai falar fora o que ela não faz dentro? É contraditório, não é?

Se eu fosse presidente da ASAC, eu gostaria de ter pessoas que vestissem a camisa de verdade, que se comprometessem. Se não fosse comprometido, eu mandaria embora. De repente, a gente precisa fazer mudanças, acho que ali poucos se comprometem. Dava um jeito de arranjar uma assistente social de verdade. O presidente precisa estar sempre em reunião para ouvir o que o deficiente quer. Mas cobrar também, não pode só ouvir e fazer. Tem que cobrar dos deficientes. Cobraria desempenho, eu ia tentar colocar cursos profissionalizantes. Contratar uma assistente social, desenvolveria uma base de marketing para estar divulgando a

ASAC de verdade, falando dos seus reais objetivos. Se isso esbarrasse no estatuto, reveria o estatuto, digo isso porque muitas pessoas para não fazerem nada, se apoiavam no impedimento do estatuto. Tentaria de algum jeito conseguir recursos vendendo palestras para as empresas, escolas, isso ia divulgar o trabalho da instituição. Montaria um telemarketing de verdade, colocando um deficiente junto com uma pessoa que enxerga. Uma equipe de manhã e outra a tarde e já daria emprego pra dois.

Agora por exemplo, vem o dia do Desafio, a ASAC poderia estar levando um grupo para desenvolver uma atividade e estaria fazendo a divulgação de uma maneira gostosa, mostrando a inclusão, as pessoas com deficiência também gostam de participar.

A ASAC está se transformando num gueto. Há pessoas vizinhas ali na ASAC que não sabem o que a ASAC faz. Eu sou fã da ASAC, adoro a ASAC, devo muito a ela. Quero conhecer o novo presidente, mas o meu trabalho e a faculdade não me permitiram ainda conhecê-lo. Agora eu estou indo para o Uruguai em julho, num fórum mundial de inclusão e de capacitação.

Eu acho que falta oportunidade de emprego, de oportunidade de mostrar à sociedade do que somos capazes. A inclusão só vai funcionar quando o deficiente tiver a oportunidade de mostrar que eles são capazes de ter um emprego. Mas para isso é preciso que o deficiente aqui em Sorocaba, de modo geral, procure interagir mais, procurando aparecer um pouco mais, reivindicando mais, para mostrar à sociedade, para o poder político, para o Ministério Público e para os empresários que têm muitos deficientes que querem trabalhar. E quando a gente fala em trabalho, não é tomar o lugar do outro, é incluir mesmo no mercado de trabalho, dar as condições para que ele possa desenvolver um trabalho de verdade. Quando o

deficiente começa a trabalhar, começa a ser respeitado como um cidadão, como consumidor. Se ele chegar numa loja, vão saber se ele gosta, ele vai comprar. É gostoso a gente chegar num local e ser respeitado como uma pessoa qualquer.

Muitas vezes o deficiente vai ao banco e as pessoas o tratam com desdém, achando que ele vai ali só pra encher as paciências. Às vezes, o vendedor não tem paciência de estar mostrando o produto e ficar esperando o deficiente visual tatear a mercadoria e ficar passando a mão, sentindo... porque é assim que ele percebe as coisas. Acho isso importante, porque o deficiente visual que nunca enxergou, a comunicação é sinestésica, ele precisa segurar para estar percebendo as coisas.

Na questão da aposentadoria, é preciso analisar cada caso. A pessoa consegue ou não trabalhar? Eu acho que ele deveria ter uma aposentadoria como ajuda de custo, pra ele fazer alguma coisa, por exemplo, estudar para poder ser alguém. Às vezes a aposentadoria, principalmente o LOAS, acomoda o deficiente. Ele consegue esse benefício e diz "Ah! Eu não preciso esquentar a cabeça, eu já tenho a aposentadoria". É preciso rever isso, por exemplo: se a pessoa tem o LOAS, surge uma oportunidade de emprego e ela volta a trabalhar. Se ela perder esse emprego, no momento que parasse de descontar o INSS, automaticamente voltaria a receber aposentadoria. Mas, o que acontece é uma burocracia terrível pra voltar a receber, isso faz com que o deficiente se acomode.

Deveríamos tentar junto à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e ao congresso para repensar sobre isso. Outra coisa que precisamos batalhar é quando o deficiente for tirar um documento, que não seja colocado que ele não é analfabeto. Precisamos ver essa questão da assinatura. É ridículo, tem deficiente com faculdade e colocam no documento dele que ele é analfabeto, só porque ele não sabe assinar.



É preciso que o INSS fiscalize de verdade, visse a realidade, se o deficiente está estudando, fazendo algum curso, fazendo bom uso do benefício, para que ele possa estar se desenvolvendo e poder entrar no mercado de trabalho.

A inclusão no Brasil ainda há muito que ser feito, principalmente na área educacional. Antes de pedir emprego para os deficientes, temos que ver a parte educacional dessa turma. Por exemplo, levar o telecurso na ASAC. O SENAI de Itu, já tem tudo preparado, em Braille. Poderia montar uma parceria, há uma discussão grande entre gravar fita e o Braille, o Braille é bom, você adquire gramática. Se ficar só na fita, perde um pouco.

## **Entrevistado: “J”**

Tenho dezessete anos, solteiro, moro com meus pais e meus irmãos. Estou cursando o último ano do ensino médio no Colégio Politécnico. Fiquei deficiente visual depois que eu fiz uma cirurgia que não deu certo. Na época, eu estava fazendo a segunda série do ensino fundamental e morava em São Paulo.

Depois disso, a minha família mudou para Salto de Pirapora, e lá eu terminei o ensino fundamental, na Escola Estadual Afonso Vergueiro. Lá as professoras trabalhavam comigo mais oralmente. As minhas provas eram orais. Aqui (Colégio Politécnico), as provas são em Braille. Na escola eu não tenho muitas dificuldades, não. De início o pessoal na escola fica meio inseguro, mas depois dá certo. Às vezes eu fico um pouco ansioso,... mas, é normal, eu acho.

As escolas deveriam ter uma pessoa para ajudar o aluno deficiente visual. O governo tem divulgado na mídia a escola inclusiva. Ele diz que as escolas estão preparadas para receber os alunos portadores de deficiência. Eu acho que é muito hipócrita, porque eles mostram uma coisa e a realidade é outra. Algumas escolas até tem alguma coisa, mas a maioria não tem nada. Aqui em Sorocaba, que eu sei, só o Arquimínio tem a sala de recursos.

Fiz o vestibulinho do Colégio Politécnico, passei e estou terminando o ensino médio. Pretendo continuar estudando e fazer a Faculdade de Química. Eu desejo ter uma profissão que me permita ter uma vida digna e confortável. Eu acho que a gente tem que trabalhar. Não concordo com essa aposentadoria (LOAS), ela acomoda um pouco o pessoal.

Quando eu estava no Vergueiro, a minha professora indicou a ASAC. Fui à ASAC para ter aula de mobilidade. Eu fui alfabetizado em Braille, em São Paulo. Lá

eu tive orientação. Ah!... a ASAC, a idéia é boa, o problema lá é a administração, falta atitude. Se eu fosse o presidente da ASAC, eu ia colocar outros serviços para melhorar, por exemplo: aulas de informática e preparar mais alunos para o colégio politécnico. Eu não acho que ela deva ter cursos profissionalizantes,... isso a gente pode fazer aqui fora. Na ASAC eu manteria as aulas de mobilidade, elas foram boas para mim. Eu já consigo me virar, mas eu prefiro ter alguém comigo. Não saio sozinho porque, além da insegurança, também sou um pouco preguiçoso.

O Colégio Politécnico tem uma boa estrutura, a Sonia dá um apoio muito bom.

Em geral, os deficientes visuais não têm ajuda nenhuma. Então o pessoal desanima, porque não têm apoio e os obstáculos são muito grandes e há falta de motivação para batalhar. Apesar de que eu não penso assim, mas eu sei que muitos pensam assim.

Eu acho que pra ter inclusão social de verdade, ainda faltam algumas coisas, por exemplo: material didático em Braille, as mercadorias no supermercado com a etiqueta em Braille, os restaurantes terem cardápios em Braille..., isso dá mais autonomia para os deficientes visuais. Não precisa ficar esperando alguém ler pra gente, às vezes isso é chato.

Eu não poso reclamar, a minha família me apóia muito. É importante o apoio familiar. Alguns deficientes, às vezes, não têm esse apoio. Algumas famílias não oferecem essa ajuda, não estão ligadas para as necessidades dos deficientes, ou por falta de recursos ou por ignorância”.

No Colégio, eu participo das atividades conforme as minhas possibilidades. Gosto de música e toco teclado. O meu lazer é tocar teclado, usar computador e ouvir música. Eu quase não saio.

## **Entrevistado: “L”**

Tenho trinta e cinco anos, sou solteiro, deficiente visual há sete anos, proveniente de uma neurokripto. Fiquei um ano no hospital, três meses em coma. Essa doença foi causada por um fungo transmitido pelos pombos. Após a perda da visão, eu consegui muito rápido entrar na Associação, a ASAC, onde foi muito importante o trabalho psicológico e de mobilidade que fizeram comigo. Aprendi o Braille, fui alfabetizado novamente.

Com isso eu percebi a necessidade de voltar a estudar para poder trabalhar, na época eu só tinha até a 5ª série. O Braille foi fundamental para isso, para eu poder voltar a estudar novamente. Aprendi com o Sr. Claudinei, uma pessoa muito paciente.

Entrei para a escola Centro de Educação Supletiva de Sorocaba (CESSO), para completar o ensino fundamental e em seguida, fiz o ensino médio.

Também fiz o curso de auxiliar de radiologia. Como aqui em Sorocaba esse serviço foi terceirizado, não há mais vagas para deficientes nessa área. Tive necessidade de procurar outra profissão, foi quando eu fiquei sabendo do curso de massagem em São Paulo. Fui pra lá e fiquei dois anos, viajando diariamente. Conclui o curso ano passado, graças a ajuda de pessoas que faziam as gravações dos textos. Atualmente estou fazendo o curso de Filosofia.

Acho que falta em Sorocaba um apoio pedagógico maior, um apoio quanto ao material para os deficientes. Há uma carência muito grande de material adequado e não tem professores preparados para atender os deficientes.

Aliás, na Associação tem uma pedagoga , mas eu não sei exatamente qual é a função dela. Normalmente ela trabalha com as crianças, eu não sei se ela trabalha com adultos.

Quanto à inclusão em Sorocaba, há muitas coisas que poderiam ser feitas, como por exemplo, no lazer. A Prefeitura poderia adaptar os centros esportivos, fazer alguma coisa para os deficientes poderem praticar algum esporte, como a natação... Isso falta para o deficiente. A atividade física ajuda na locomoção.

Quanto à inclusão no mercado do trabalho, em Sorocaba precisava ter escolas que profissionalizassem os deficientes. Porque as empresas não recolhem deficientes, há muito preconceito ainda em relação aos deficientes. Mesmo já tendo casos comprovados de deficientes que mostraram que são capazes de realizar algum trabalho. Falta essa credibilidade, e também escolas que preparem melhor os deficientes, eles não estão preparados como deveriam estar.

Precisa melhorar também o serviço de transporte. Os ônibus deveriam ter um lugar para os deficientes, próximo ao motorista. A dificuldade de sentar atrás é que às vezes o deficiente pede para alguém avisar tal ponto, a pessoa esquece e não avisa ou avisa errado, é horrível isso. Outra coisa é nos terminais, quando o deficiente pegasse o expresso, o fiscal poderia avisar ao outro terminal, pelo rádio, que estava indo um deficiente visual, e alguém já o estaria esperando. É como funciona em São Paulo, no metrô. Quando o deficiente chega na estação, o funcionário o leva até ao vagão e já avisa pra estação onde ele vai descer.

Há ainda muita falta de informação. A associação parou de fazer o trabalho de divulgação nas escolas, orientando como as pessoas podem ajudar o deficiente visual. Muitas pessoas não sabem como nos ajudar.

A capacitação que eu falo, não é só ensinar a trabalhar, mas também como o deficiente deve se comportar na sociedade, como eles devem se portar com os outros. Porque tem deficiente aí na rua que quando chega alguém para oferecer auxílio, eles acabam xingando a pessoa. Isso acaba afastando essa pessoa de um outro deficiente que está precisando de ajuda. Há casos de deficientes que conseguiram emprego aqui em Sorocaba e acabaram prejudicando os outros, porque aprontam nas empresas e depois o empresário acaba pensando se ele colocar outro deficiente ali, vai acontecer a mesma coisa, generalizando a situação. Então, não é só capacitar o profissional, tem também de capacitá-lo como agir na sociedade, como deve falar, como deve agir no dia a dia, para ele estar incluído socialmente. Acho isso muito importante, porque se o deficiente souber conversar, tirar as informações, ele consegue alcançar os objetivos.

Em Sorocaba também os deficientes começaram a se isolar e formar as “panelinhas”, não há uma união concreta mesmo, quando chega um novo deficiente na Associação eles isolam, eles mesmos acabam excluindo essa pessoa. Ou essa pessoa se adapta ao jeito deles ou está fora grupo. Falta união entre os deficientes.

O problema de Sorocaba é ter uma Associação adequada, que incentive os deficientes a lutar pelos objetivos deles, como tem em São Paulo, onde os deficientes são incentivados a buscar cursos para se aperfeiçoarem.

Então, a Associação tem um papel importante para a inclusão do deficiente, mas o deficiente também tem que se ajudar. É assim, um tem que ajudar o outro, e o outro tem que querer ser ajudado, se não, não chega a lugar nenhum.

Eu sei que lá na Dorina Nowill, quando eles percebem que o deficiente começa a freqüentar muito, e só está ali para fazer “grupinho”, eles incentivam o deficiente a

procurar algo para fazer fora da associação. Por exemplo, vai fazer computação em tal lugar, vai fazer curso em tal lugar, em fim procura mantê-lo ocupado...

Aqui em Sorocaba falta a inclusão digital, com cursos de verdade, não superficialmente como já foram dados.

Tem programas atuais que deixam os deficientes visuais em pé de igualdade com qualquer pessoa. Há história de deficiente visual que fez análise de sistema na UNICAMP, eu o conheço. Conheço deficientes em São Paulo que estudam no Laramara. O Banco Itaú e o Santander vão lá para pegar esses deficientes para trabalhar.

Precisa realmente alfabetizar os deficientes, e alfabetizar não é só escrever o nome, é também saber escrever um texto, entender de forma correta, usar a gramática adequadamente. A informática está abrindo muito caminho para os deficientes, melhorando muito a comunicação entre os deficientes visuais e os outros, tanto é que os bancos vão buscar na associação (Laramara) esses deficientes para trabalhar, normalmente para digitação. Nesse trabalho os DV têm uma vantagem, porque a luz da tela não afeta a visão, pode ficar mais tempo trabalhando.

É, e na nossa associação o trabalho deles é: ensinar a ler, escrever um pouquinho e a locomoção. Depois o deficiente tem que se virar. Aqui em Sorocaba não tem outra Associação que faça esse trabalho de inclusão no trabalho. Falta em Sorocaba uma Associação que pegue o deficiente e o capacite profissionalmente e socialmente, para inclui-lo no mercado de trabalho.

Tem que se ver o outro lado também: a pessoa perde a visão e se acomoda, recebe a aposentadoria e está bom.

Aqui em Sorocaba tem o Colégio Politécnico que tem o vestibulinho, a ASAC poderia preparar os deficientes para entrar lá. Lá tem curso de computação, de inglês, de espanhol, administração, venda e comércio exterior. ASAC poderia fazer uma parceria como o colégio, porque esse colégio entrega o deficiente pronto para o mercado de trabalho. A ASAC poderia fazer também parceria com a UNIP, lá tem fisioterapia, há deficientes na ASAC que têm dificuldade para andar, eles poderiam ser atendidos pela UNIP, que precisam de pessoas para eles aprenderem a trabalhar, depois eles voltariam para a ASAC para fazer locomoção. Não tem gasto para a Associação e ia ajudar muito.

A Dorina Nowill tem fisioterapia dentro de associação, que trabalha o deficiente antes de mandá-lo para a locomoção.

Há muito que pode ser feito pelas associações, pela ASAC e pela Aderes que envolve todo tipo de deficiência.

Outra coisa que acho muito importante para o deficiente é a música, eu sei que tem professores voluntários que poderiam dar aula de música, mas não tem instrumentos. A Laramara faz tudo isso, música, teatro, coral, profissionalização... lá é uma Associação que inclui realmente o deficiente socialmente, porque ele lá vai fazer artes, e arte é inclusão social. E o deficiente fazendo arte, ele vai ter mais disciplina, melhorar o raciocínio, melhorar o próprio tato e desenvolver a sensibilidade. A música melhora a audição e a percepção. São coisas que os deficientes gostam de fazer.

Outra coisa também é nos supermercados, os deficientes visuais também vão ao supermercado. Alguns têm aposentadoria, outros trabalham, eles também são consumidores, eles também tem que ser respeitados. Pode ser que ele não gaste



muito, mas se ele quiser comprar alguma coisa, ele tem o direito de ir a uma loja, ir a uma lanchonete e ser bem tratado.

Em geral, o que acontece é que os empresários que se sensibilizam com os deficientes é porque tem caso de deficiência na família, aí esses empresários começam a ver o valor dos deficientes, se interessam em ajudar, empregando ou ajudando a uma instituição.

Muitas vezes, o preconceito ao deficiente visual está na própria casa. Alguns familiares se afastam de você, deixam você num cantinho, só chegam perto para fazer aquelas brincadeiras: “Ah... tudo bem com você?”... e saem, não conversam seriamente, têm medo que você mexa em alguma coisa na casa e quebre. Têm medo que você saia na rua e se perca. É uma proteção excessiva, medo que aconteça algum mal. Não tem perigo, a associação ensina como fazer essas coisas, a mexer nos equipamentos... Tem gente que pensa que perdemos a visão, e perdemos a noção de tudo também. Não é assim,... os outros sentidos ajudam. O deficiente visual é capaz de cozinhar, de limpar a casa... Os familiares se afastam um pouco, tem família que tem vergonha de sair com um deficiente na rua, passear com ele,...não o incentivam a fazer algumas coisas...

Por isso, eu acho fundamental que a Associação dê incentivo aos deficientes de lutarem pelos seus objetivos. Não é porque ele ganha aposentadoria, que ele tem que ficar ali contente com aquilo. Quem sabe se aquela aposentadoria não é apenas um suporte enquanto ele estiver estudando, depois ele deixa essa aposentadoria e vai a busca de coisas maiores, porque vai ter condições. Há vários casos que comprovam isso. Vale a pena, cada coisa que agente aprende, é uma vitória, é uma conquista muito grande, é uma felicidade muito grande para o deficiente... por exemplo, para uma pessoa varrer uma casa é fácil, mas para o deficiente, quando

ele consegue fazer isso pela primeira vez, é maravilhoso. Para uma pessoa ir ao bar da esquina é fácil, mas para o deficiente,... cada coisa que ele conquista é a independência, é a liberdade dele, faz com que ele cresça cada vez mais, aprenda a viver cada vez mais, sinta o mundo e a vida.

O incentivo para o deficiente é muito importante, ele precisa de incentivo, porque o deficiente, tem capacidade e pode ser útil.

O que eu mais odeio é ser tratado como um inútil, um inválido. O deficiente quer ser válido, quer participar da sociedade como uma pessoa normal. O deficiente tem alma, tem sentimentos, quer ser feliz como qualquer outra pessoa.

O que falta pro deficiente são oportunidades, alguém que o motive a fazer alguma coisa. É assim, ele vai pra rua, ninguém da bola pra ele. Vem pra casa e ninguém da bola pra ele. Ele vai colocando na cabeça de que ele é inútil e acaba se conformando com a aposentadoria.

## Entrevistada: "R"

Tenho trinta e seis anos e fiquei cega com treze anos. Minha família me deu muito apoio quando perdi a visão. Eles me ajudaram muito. Fui casada, fiquei um ano e seis meses casada. Meu marido tinha visão subnormal. Hoje estou separada e tenho uma filha de quatro anos. No começo foi difícil, porque tive que aprender o Braille e a mobilidade. O mais difícil foi conseguir emprego. Eu não tinha o 1º grau, por isso eu não conseguia nada. Aí eu fiz um curso de telefonista e um estágio na ASAC. Teve um concurso para a URBES e eu passei em primeiro lugar. Estou emprestada para a Prefeitura e faz nove anos que eu trabalho lá. No meu trabalho eu me dou bem, me tratam normal, como tudo mundo. Brincam, dão risada, normal....

Estudei, fiz o magistério, lá tinha os trabalhos... minhas colegas me passavam a matéria e me ajudavam a fazer os trabalhos. Os professores não davam muita atenção para o deficiente, uma vez ou outra uma pessoa que tivesse lá passava alguma coisa. Às vezes eu ia na classe especial ou ia na ASAC. Agora eu não sei como está a escola, estou voltando à ASAC para recordar o Braille. Precisava ter mais gente ensinando mobilidade, Braille, pra passar pra outros.

Eu gostaria de ter continuado a estudar, mas eu não quero que minha filha fique sozinha, ela já não tem pai, não é? Eu prefiro deixar ela crescer mais um pouquinho, ela só tem quatro anos. Ela fica na creche, das 08:00 às 16:30h, quem cuida dela sou eu mesma, eu trabalho das 8 às 14 horas. Minha mãe trabalha, também. Sou eu quem dá banho na minha filha, penteio o cabelo dela, faço comida, faço tudo sozinha, faço compras; No Carrefour e no Extra sou bem conhecida, chego no caixa peço, ou vou com meu celular. Aí já peço a uma pessoa do próprio supermercado para me ajudar. Ela já vem com o carrinho, eu já levo uma lista na

mão do que eu estou precisando comprar. O que dá pra eu trazer, eu trago e o que não dá eles entregam para mim.

Quanto a inclusão.... (silêncio) O pessoal aqui ainda tem aquele medo... de chegar perto de você, até pra ajudar, assim..., entendeu? Tem gente que quer ajudar, mas muitas vezes atrapalha, não sabe como ajudar.

Eu tenho dificuldade pra atravessar a rua, isso eu tenho, antes eu ficava esperando mais tempo. Eu tenho medo, agora eu espero menos, as pessoas vêm perguntar se eu quero ajuda.

Eu ando a cidade inteira sozinha, eu só não compro minha roupa, eu tenho medo, fora isso eu faço tudo, eu tenho medo de pedir uma coisa e eles passarem outra, minha mãe me acompanha.

Eu me dou bem com a minha filha, de vez em quando tem umas “encrenquinhas”, mas depois fica bem. Ela é a única coisa que eu tenho.

Eu fiquei deficiente devido ao glaucoma e catarata com 13 anos, tentei cirurgia no Hospital Santo Antonio, em Votorantin, mas não deu certo. Eu, graças a Deus, estou trabalhando, eu gosto de trabalhar aqui e também da minha profissão. Eu não faço nada de diferente... esporte... nada, por causa da minha filha.

Eu gostaria que os deficientes lutassem mais pelos seus ideais, vale a pena quando a gente consegue. Pelos deficientes que eu conheço, eu acho que os deficientes não têm muita garra, não. Por exemplo: tem a biblioteca Braille, ela está lá, colocaram uma pessoa lá, tem alguma coisa, mas não tem muita procura, não. Eu quase não vou lá, quando eu quero alguma coisa, o pessoal pega pra mim e traz.

Quanto à aposentadoria, eu gostaria que fossem dadas mais oportunidades de trabalho do que aposentadoria. Às vezes ela acomoda o deficiente e tira a autonomia dele.

## Entrevistado: “Z”

Tenho quarenta e seis anos, casado, perdi a visão com dezoito anos e como toda pessoa que perde a visão ou contrai uma deficiência qualquer, ela fica perdida. Aí eu tive que voltar às minhas atividades escolares, só que eu não achava. Vim para ASAC com trinta e dois anos, tive os atendimentos aqui, tive aula de mobilidade e com o incentivo do pessoal técnico voltei para a escola. Fiz o supletivo no CESSO. Conclui em um ano e quatro meses. Em 1993 fui fazer o magistério, conclui, e em seguida prestei vestibular e entrei pra faculdade. Só que em relação à inclusão, eu vi que ainda não é plena. As pessoas que trabalham com os deficientes ficam um pouco perdidas em relação a como atender uma pessoa com deficiência. Às vezes, até nós mesmos temos culpa, porque não nos abrimos com os professores, com os funcionários da escola e aí fica um pouco difícil com relação a inclusão social, até mesmo em sala de aula. No convívio com a sociedade, até que eu encontrei uma recepção maior. A inclusão tanto na escola como na faculdade, encontrei dificuldade. A apatia dos professores... são poucos os que demonstram interesse no deficiente. Também em relação ao material, a clientela é pequena e então não há interesse da escola em investir nessas pessoas. Quando alguém sugere: ah, porque você não faz isso, ou aquilo? só que isso não depende só da gente. Eu posso chegar na diretoria de uma escola e sugeri algum trabalho pra fazer com a gente. Mas, a clientela é pequena e então não há interesse da escola em investir nessa pessoa. Pode ver, todas as escolas estaduais, segundo dizem, eu não comprovei, tem sala de informática. Só que a senhora pode pesquisar que não tem programa pra deficiente. O que é que precisa? Alguém sentar no computador, aprender o básico para poder ajudar o deficiente. Não é porque é deficiente visual que está alheio às coisas que

acontecem, à evolução das coisas. Com relação a isso eu acho que está bem atrasado.

Na nossa vida em si, nós mesmos é que temos que transpor as barreiras, ninguém vai tirar as barreiras pra gente, temos que procurar ultrapassá-las. Por exemplo, nós sabemos que há leis do urbanismo em relação às barreiras arquitetônicas. Só que as escolas... são poucas as que têm rampas, e quando têm, não dão acesso a todos os lugares do prédio. Eu sei que quando estavam construindo o Campus da UNISO na Raposo, a Assistente Social disse para mim que quando inaugurassem o Campus, já ia ter rampa de acesso a todas as salas de aula, eu fui lá e constatei que não são para todas as dependência da faculdade.

As calçadas, não são ruins só para deficiente visual, são para qualquer pessoa. Pessoas normais acabam se acidentando nessas calçadas. Então, não basta só os deficientes visuais reclamarem, tem que ter mais gente, mais pessoas nos ajudando. A mídia divulga os casos de pessoas que vêm se acidentando na cidade.

Sou professor de história, mas não tentei exercer a minha profissão porque todas as vezes que saiu concurso foi para o estado e eu fiquei temeroso de tentar, porque eu pensei assim: se eu passar no concurso, normalmente no início a colocação é em escola fora, longe da cidade onde mora. Comecei a ficar preocupado com isso, sou casado, tenho uma preocupação a mais, então não prestei concurso. O pessoal pergunta, mas porque você não tenta para ver como é? Pra quê? Eu ia ficar estressado, estudando para passar no concurso, eu sei que tem muita gente tentando, estressaria mais no dia da prova e me frustraria por não ter a vaga reservada para mim, porque as cotas são para todos os tipos deficiências. Por isso eu não prestei.

Eu prestei concurso para oficial de justiça em 1998 e no regulamento era bem claro, que quem ia decidir se eu podia ou não exercer a função era uma junta médica e embaixo tinha a observação, a qual não cabe recurso. Até hoje eu não obtive resposta se passei ou não.

Quanto ao lazer!... Na verdade, eu tenho pouco lazer, o meu lazer mesmo é mais leitura, ouvir rádio e TV. A minha esposa também é deficiente visual, só que ela é de nascença, nós não temos filhos.

A sociedade civil até que faz alguma coisa, os deficientes é que fazem pouco por eles mesmo. Se for por uma lei, eu vou batalhar em cima dessa lei. A gente sabe que a lei tem muitas variantes, dá abertura. Por exemplo, chega um empresário e diz: eu tenho cinco vagas na minha empresa, mas eu não vou modificar as escadas da minha empresa, ou não vou alargar a porta para uma cadeira de rodas, então é complicado..., essa é uma dificuldade. Nós fazemos pouco também, há um certo conformismo. Tem uns que bate na porta, a porta não abre e ele desiste.

## ANEXO F

### PROFISSÕES COMPATÍVEIS COM A DEFICIÊNCIA VISUAL

#### Estudo Profissiográfico

(artigo de autoria de Marcia Lopes de Moraes **Nabais**, Carmem Lucia Alves **Martins**, Margarida Aguiar **Monteiro** e Waldemar Gonçalves **Galheira**, publicado na **Revista do 'Instituto Benjamin Constant'**, Edição 04, setembro de 1996; o artigo completo pode ser obtido através do seguinte caminho: <http://www.ibc.gov.br> > menu principal > nossos meios > Revista Benjamin Constant > Edição 04 – Setembro de 1996)

#### O encaminhamento do deficiente visual ao mercado de trabalho

Este estudo faz um levantamento de um conjunto de diversas profissões que podem ser exercidas pelas pessoas cegas e de visão subnormal, especificando pré-requisitos e atribuições das mesmas, visando auxiliar no encaminhamento profissional do portador de deficiência visual ao mercado de trabalho; faz menção aos atuais recursos ópticos e técnicos que podem ser utilizados na facilitação do desempenho funcional do deficiente visual; obedece a objetivos específicos e princípios metodológicos e apresenta sugestões e recomendações para viabilização das propostas encaminhadas no estudo.

#### Apresentação

A dificuldade de colocação profissional, que hoje é enfrentada por uma parcela significativa de brasileiros, com relação ao deficiente visual é agravada pela infundada crença da maioria dos empregadores ao considerarem que a deficiência afeta todas as funções do indivíduo. Além disso, desconhecendo as diversas atividades possíveis de serem realizadas pelo deficiente, receiam dificuldades de integração com o grupo de trabalho, temem a ocorrência de acidentes e preocupam-se com o custo de adaptações e aquisição de equipamentos especiais.

Outro fator primordial é a falta de qualificação profissional de considerável número de deficientes visuais, ocasionada pela ausência de ações voltadas para a preparação profissional dos deficientes, e pela dificuldade de acesso dos mesmos aos cursos existentes.

No decorrer do tempo, as autoridades vêm se preocupando com a problemática do desemprego no que tange ao deficiente; neste contexto, o *Instituto Benjamin Constant* não poderia se eximir, uma vez que lhe compete, entre outras atribuições, promover o encaminhamento profissional da pessoa portadora de cegueira ou de visão subnormal e desenvolver programas de divulgação e intercâmbio de experiências e inovação na área do atendimento da pessoa deficiente visual.



A partir das premissas acima, foi criado, no âmbito do Departamento Técnico-Especializado do *Instituto Benjamin Constant*, através da **Portaria/IBC nº 139**, de vinte e sete de novembro de 1995, um grupo de trabalho interdisciplinar composto de dois (02) psicólogos, um (01) assistente social e um (01) professor especializado em reabilitação, com a finalidade de proceder a um estudo voltado para a preparação e encaminhamento profissional das pessoas deficientes visuais.

Na realização deste estudo, foram analisadas cerca de quatrocentos e quarenta profissões de diversos níveis de escolaridade e qualificações profissionais. Como resultado, obteve-se a indicação de noventa e cinco ocupações, compatíveis com o desempenho das pessoas deficientes visuais, bem como os respectivos pré-requisitos, a condição visual para a sua execução e a síntese das atribuições (**Tabela 1**). Além destas, são apontadas diversas profissões autônomas nas áreas rural, artesanal, de produtos caseiros, industrial e comercial (**Tabela 2**). São indicados cursos complementares que habilitam ao exercício profissional e à abertura do próprio negócio (**Tabela 3**). Ações práticas para viabilizar a execução das propostas apresentadas são também sugeridas.

Na análise das profissões foram considerados, como elemento facilitador no desempenho de funções compatíveis com a deficiência visual, os atuais recursos ópticos, técnicos e ambientais disponíveis no mercado, graças ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

Ao realizar o presente trabalho, o grupo designado preocupou-se em congregar, em um único documento, todo um universo de informações referentes à preparação e encaminhamento profissional das pessoas deficientes visuais, objetivando oferecer aos serviços que atuam nessa área instrumento para minimizar as dificuldades encontradas, bem como esclarecer e orientar os empregadores quanto à capacidade produtiva dos deficientes visuais.

O grupo deixa aqui expresso o seu reconhecimento a todas as pessoas que, indiretamente, colaboraram na realização deste trabalho.

**Marcia Lopes de Moraes Nabais**, psicóloga e coordenadora do grupo  
**Carmen Lucia Alves Martins**, psicóloga  
**Margarida Aguiar Monteiro**, professora especialista em reabilitação  
**Waldemar Gonçalves Galheira**, professor e assistente social  
**Irene Edreira Martins**, revisão do texto

**TABELA 1**

Ocupações compatíveis com o desempenho de deficientes visuais

<b>Profissões</b>	<b>Pré - requisitos</b>	<b>Condição Visual</b>	<b>Síntese das Atribuições</b>
<b>Advogado</b>	Curso superior completo Cursos específicos de acordo com a área de atuação Usuário de microcomputador Domínio de um sistema de comunicação sonora com o microcomputador.	<b>cego e visão subnormal</b>	Emite pareceres sobre aspectos jurídicos Exerce advocacia preventiva e corretiva Realiza estudos especializados sobre temas e problemas jurídicos relevantes.
<b>Afinador de Piano</b>	Primeiro grau incompleto Curso de Afinação de Piano Habilidade manual, musicalidade, percepção auditiva e persistência.	<b>cego e visão subnormal</b>	Afina o piano numa seqüência padrão; Realiza pequenos concertos e regulagens; Cuida da limpeza, lubrificação e troca de cordas e peças.
<b>Ajudante de Bombeiro Hidráulico</b>	Primeiro grau incompleto Curso de Bombeiro Hidráulico.	<b>visão subnormal</b>	Auxilia na instalação e reparo de rede de água, esgoto e gás Conserta e instala torneiras, ralos, bombas, fogões, aquecedores, etc.
<b>Ajudante de Caminhão</b>	Primeiro grau incompleto	<b>visão subnormal</b>	Carrega, transporta e descarrega materiais diversificados.
<b>Ajudante de Carpintaria</b>	Primeiro grau incompleto Curso de Carpinteiro Habilidade manual.	<b>visão subnormal</b>	Auxilia na construção, montagem e reparo de portas, janelas, venezianas, batentes, bancos, portões e outras peças de madeira.
<b>Ajudante de Cozinha</b>	Primeiro grau incompleto Curso de Auxiliar de Cozinha.	<b>cego e visão subnormal</b>	Auxilia os cozinheiros no preparo das refeições, executa serviços gerais de limpeza Pode auxiliar no descarregamento dos gêneros alimentícios.
<b>Ajudante de Eletricista de Baixa Tensão</b>	Primeiro grau incompleto Curso de Eletricidade Básica.	<b>visão subnormal</b>	Auxilia na conservação e reparo das instalações de luz e ligações de equipamentos elétricos de pequeno porte Instala tomadas, interruptores, pontos de pequeno porte e faz ligações de equipamentos diversos Pesquisa defeitos, substituindo fios e cabos danificados.
<b>Ajudante de Eletricista de Manutenção Industrial</b>	Primeiro grau incompleto Curso de Eletricista Industrial.	<b>visão subnormal</b>	Auxilia na conservação e reparo das instalações elétricas Substitui fios e cabos ou instalações defeituosas Limpa e lubrifica equipamentos elétricos.

<b>Ocupações compatíveis com o desempenho de deficientes visuais (continuação)</b>			
<b>Profissões</b>	<b>Pré - requisitos</b>	<b>Condição Visual</b>	<b>Síntese das Atribuições</b>
<b>Ajudante de Eletricista de Veículos</b>	Primeiro grau incompleto Curso de Eletricista de Veículos	<b>visão subnormal</b>	Auxilia na execução de serviços de montagem, reparos e ajuste no sistema elétrico dos veículos
<b>Ajudante de Garçom</b>	Primeiro grau incompleto Curso de Auxiliar de Garçom.	<b>visão subnormal</b>	Auxilia na arrumação de mesas, na limpeza e arrumação de refeitórios e nos trabalhos de copa e cozinha.
<b>Ajudante de Jardineiro</b>	Primeiro grau incompleto Curso de Jardineiro.	<b>cego e visão subnormal</b>	Auxilia no preparo do terreno para plantio Capina os canteiros cultivados e poda árvores Conserva as áreas ajardinadas.
<b>Ajudante de Marceneiro</b>	Primeiro grau incompleto Curso de Marceneiro	<b>visão subnormal</b>	Auxilia na construção e reparo de móveis e outras peças de madeira Raspa, dá polimento, enverniza e coloca ferragens em móveis e outras peças de madeira.
<b>Ajudante de Mecânico de Refrigeração (industrial ou doméstica)</b>	Primeiro grau incompleto Curso de Mecânico de Refrigeração.	<b>visão subnormal</b>	Auxilia na conservação e no reparo em instalações de aparelhos e sistemas de refrigeração.
<b>Ajudante de Padeiro</b>	Primeiro grau incompleto Curso de Padeiro.	<b>visão subnormal</b>	Auxilia na fabricação de pães, bolos, tortas etc. Cuida da manutenção e limpeza de fornos, tabuleiros, etc.
<b>Ajudante de Pedreiro</b>	Primeiro grau incompleto Curso Básico de Pedreiro.	<b>visão subnormal</b>	Prepara concreto para construção de lajes, vigas, pisos, bases e fundações Assenta tijolos e auxilia na instalação de aparelhos sanitários Executa demolições de obras de alvenaria.
<b>Ajudante de Pedreiro de Refratários</b>	Primeiro grau incompleto Curso Básico de Pedreiro.	<b>visão subnormal</b>	Auxilia na colocação de ladrilhos ou blocos refratários Corta tijolos, prepara massa e coloca ferragens nos fornos.
<b>Almoxarife</b>	Primeiro grau completo Curso de Almoxarife Capacidade de organização Noções básicas no uso do microcomputador.	<b>visão subnormal</b>	Recebe, confere e despacha requisições de materiais Supervisiona diretamente os auxiliares de almoxarifado.
<b>Analista de Cargos e Salários Júnior</b>	Superior incompleto Curso na área de custos Usuário de microcomputador.	<b>cego e visão subnormal</b>	Analisa o desempenho do funcionário e sua respectiva retribuição salarial.
<b>Analista de Custos</b>	Curso superior completo Curso na área de custos Facilidade para cálculos Usuário de microcomputador.	<b>visão subnormal</b>	Calcula o custo final do produto através do gasto de matéria prima, da mão-de-obra e do tempo utilizado.

<b>Ocupações compatíveis com o desempenho de deficientes visuais (continuação)</b>			
<b>Profissões</b>	<b>Pré - requisitos</b>	<b>Condição Visual</b>	<b>Síntese das Atribuições</b>
<b>Analista de Sistemas</b>	Curso superior completo na área de ciências exatas Treinamento em linguagem de computação Experiência em operação de computadores Domínio de um programa de sintetizador de voz.	<b>cego e visão subnormal</b>	Define e programa sistemas Analisa a performance dos sistemas Avalia o ambiente do usuário Soluciona os problemas apresentados Supervisiona o trabalho dos programadores.
<b>Analista Financeiro</b>	Curso superior completo Cursos específicos de acordo com a área de atuação Usuário de microcomputador.	<b>visão subnormal</b>	Planeja, coordena, acompanha, analisa e efetua estudos e previsões de natureza financeira Desenvolve programas de assessoria financeira para a Administração.
<b>Apontador de Cartão de Ponto</b>	Primeiro grau incompleto Capacidade de organização.	<b>visão subnormal</b>	Efetua controle das horas de trabalho (atrasos, faltas, horas extras, férias e percentagem noturna a pagar).
<b>Arquivista</b>	Primeiro grau incompleto Capacidade de organização	<b>visão subnormal</b>	Arquiva e controla documentação e correspondência em pastas próprias de acordo com a sistemática adotada pela Empresa.
<b>Ascensorista</b>	Primeiro grau incompleto Curso de Ascensorista Habilidade para lidar com o público.	<b>cego e visão subnormal</b>	Opera o elevador no transporte de pessoas e cargas Indica, quando consultado, a localização de pessoas e setores da Companhia.
<b>Assistente Social</b>	Curso superior completo Cursos específicos de acordo com a área de atuação Usuário de microcomputador. O cego deverá dominar um sistema de comunicação sonora com o microcomputador.	<b>cego e visão subnormal</b>	Realiza estudos, analisa e intervém em problemas grupais e/ou individuais em seus aspectos sociais Administra recursos de natureza social Planeja e desenvolve problemas de assessoramento à Administração.
<b>Atendente de Consultório</b>	Segundo grau completo Habilidade para lidar com o público Noções básicas no uso do microcomputador.	<b>visão subnormal</b>	Recepção as pessoas que se dirigem ao consultório Organiza fichário, exames recebidos e guias de convênio Marca consultas.
<b>Auxiliar de Almoxarifado</b>	Primeiro grau incompleto Curso de Auxiliar de Almoxarifado Capacidade de organização Noções básicas no uso do microcomputador.	<b>visão subnormal</b>	Executa tarefas auxiliares de recebimento, armazenamento, controle e expedição de materiais diversos.
<b>Auxiliar de Creche</b>	Primeiro grau incompleto Habilidade para lidar com bebês e crianças.	<b>visão subnormal</b>	Cuida da higiene, alimentação dos bebês e crianças sob sua responsabilidade Promove e participa de atividades recreativas.

<b>Ocupações compatíveis com o desempenho de deficientes visuais (continuação)</b>			
<b>Profissões</b>	<b>Pré - requisitos</b>	<b>Condição Visual</b>	<b>Síntese Das Atribuições</b>
<b>Auxiliar de Encadernação</b>	Primeiro grau incompleto Curso de Encadernador Habilidade manual.	<b>cego e visão subnormal</b>	Auxilia na execução de serviços de encadernação e restauração de livros e publicações em geral.
<b>Auxiliar de Estofador</b>	Primeiro grau incompleto Curso de Estofador Habilidade manual.	<b>visão subnormal</b>	Auxilia na execução das tarefas de guarnição, revestimento e acolchoamento de móveis (novos e usados).
<b>Auxiliar de Pessoal</b>	Primeiro grau incompleto Curso de Auxiliar de Departamento Pessoal Capacidade de organização Noções básicas no uso do microcomputador.	<b>visão subnormal</b>	Auxilia na atualização de arquivos, no levantamento e controle de frequência e de férias dos funcionários.
<b>Auxiliar de Serviços Gerais</b>	Primeiro grau incompleto	<b>cego e visão subnormal</b>	Auxilia na execução de tarefas diversificadas de apoio nos diferentes segmentos da Empresa.
<b>Balconista</b>	Primeiro grau incompleto Curso de Técnicas de Vendas Aptidão para vendas e habilidade para lidar com o público.	<b>visão subnormal</b>	Realiza vendas passivas e efetua o controle das vendas Pode controlar o estoque e arrumar prateleiras e vitrines.
<b>Bibliotecário</b>	Curso superior completo Cursos específicos de acordo com a área de atuação Capacidade de organização Usuário de microcomputador.	<b>visão subnormal</b>	Planeja, organiza, programa e /ou organiza trabalhos de biblioteconomia (registro, classificação e catalogação) Seleciona livros e publicações.
<b>Borracheiro</b>	Primeiro grau incompleto Curso de Borracheiro Habilidade manual	<b>visão subnormal</b>	Monta e desmonta roda de veículos; Executa reparos em câmaras de ar, substitui válvulas, coloca manchões e faz triagem de pneumáticos.
<b>Boy</b>	Primeiro grau incompleto Iniciativa e dinamismo.	<b>visão subnormal</b>	Efetua mandados internos e externos Colabora nas atividades de protocolo, expedição, reprodução e transporte de expediente (para ocupar este cargo não é necessário ter atingido a maioridade).
<b>Camareira</b>	Primeiro grau incompleto.	<b>visão subnormal</b>	Realiza tarefas de limpeza e arrumação de quartos de hotéis
<b>Caseiro</b>	Primeiro grau incompleto Iniciativa e dinamismo	<b>visão subnormal</b>	Zela pela conservação, manutenção e segurança da casa de campo ou praia.
<b>Colheiteiro</b>	Primeiro grau incompleto Conhecimentos pertinentes às atividades desenvolvidas.	<b>visão subnormal</b>	Prepara o terreno para sementeira ou plantação em época própria Irriga as plantas e acompanha o desenvolvimento das mesmas até a época da colheita.

<b>Ocupações compatíveis com o desempenho de deficientes visuais (continuação)</b>			
<b>Profissões</b>	<b>Pré - requisitos</b>	<b>Condição Visual</b>	<b>Síntese Das Atribuições</b>
<b>Comprador Júnior</b>	Segundo grau completo Desembaraço para o contato social e capacidade de argumentação Noções básicas no uso do microcomputador.	<b>visão subnormal</b>	Mantém contato com fornecedores Auxilia na apuração de propostas, no controle de material e no cadastramento dos fornecedores.
<b>Contínuo</b>	Primeiro grau incompleto Iniciativa e dinamismo.	<b>visão subnormal</b>	Efetua mandados internos e externos Colabora nas atividades de protocolo, expedição, reprodução gráfica e transporte de expediente Exerce vigilância no sentido de evitar o acesso de pessoas estranhas ou inconvenientes.
<b>Copeiro</b>	Primeiro grau incompleto Curso de Copeiro.	<b>visão subnormal</b>	Prepara e serve café, chá, refrescos e lanches Lava e esteriliza utensílios de copa Limpa e arruma mesas de refeitório.
<b>Corretor de Imóveis</b>	Segundo grau completo Curso de Transações Imobiliárias Boa fluência verbal, força de argumentação e habilidade para lidar com o público.	<b>visão subnormal</b>	Recebe pessoas interessadas na compra e/ou venda de imóveis Acompanha os interessados nas visitas ao local do imóvel Pode tratar da documentação referente à transação imobiliária.
<b>Cozinheiro</b>	Primeiro grau incompleto Curso de Cozinheiro.	<b>visão subnormal</b>	Prepara refeições, lanches e sobremesas Dispõe alimentos em pratos, travessas e bandejas Coordena os trabalhos de limpeza da cozinha.
<b>Doméstica</b>	Primeiro grau incompleto	<b>visão subnormal</b>	Executa tarefas domésticas diversificadas Pode residir no local de trabalho.
<b>Economista</b>	Curso superior completo Cursos específicos de acordo com a área de atuação Capacidade de organização Usuário de microcomputador	<b>visão subnormal</b>	Planeja, coordena, acompanha, analisa e efetua estudos econômicos financeiros Desenvolve programas de assessoria econômica para a Administração.
<b>Embalador</b>	Primeiro grau incompleto Habilidade manual.	<b>cego e visão subnormal</b>	Acondiciona produtos diversos a fim de assegurar uma embalagem adequada para seu transporte Confecciona embalagens de papelão e/ou outros tipos de materiais.
<b>Empacotador</b>	Primeiro grau incompleto Habilidade manual.	<b>visão subnormal</b>	Faz embrulhos simples e sofisticados, arma caixas, acondiciona, embala e ensaca objetos e materiais diversos.

<b>Ocupações compatíveis com o desempenho de deficientes visuais (continuação)</b>			
<b>Profissões</b>	<b>Pré - requisitos</b>	<b>Condição Visual</b>	<b>Síntese Das Atribuições</b>
<b>Empalhador</b>	Primeiro grau incompleto Habilidade manual e coordenação motora fina.	<b>cego e visão subnormal</b>	Adorna móveis e tece forro para assento de cadeiras e sofás, utilizando fibra natural ou sintética (novos e reformas).
<b>Encadernador</b>	Primeiro grau incompleto Curso de Encadernação Habilidade manual.	<b>visão subnormal</b>	Efetua serviços de encadernação e restauração de livros e publicações Opera guilhotina elétrica ou manual.
<b>Entregador de Ferramentas (controlador ou guardador)</b>	Primeiro grau incompleto Capacidade de organização.	<b>visão subnormal</b>	Entrega, recebe, arruma e controla o uso de ferramentas de acordo com a rotina interna da Companhia.
<b>Escriturário</b>	Segundo grau completo Curso de Iniciação de Serviços de Escritório e outros específicos de acordo com a área de atuação Noções básicas no uso do microcomputador.	<b>visão subnormal</b>	Executa tarefas diversificadas de escritório O desempenho da função pode ser em área administrativa ou de apoio operacional.
<b>Estofador</b>	Primeiro grau incompleto Curso de Estofador Habilidade manual.	<b>visão subnormal</b>	Executa tarefas de guarnição, revestimento e acolchoamento de móveis (novos e recuperação).
<b>Estoquista</b>	Segundo grau incompleto Curso de Técnicas de Estoque Capacidade de organização.	<b>visão subnormal</b>	Controla a entrada de saída de materiais estocados Pode efetuar compras.
<b>Faxineiro</b>	Primeiro grau incompleto Conhecimentos pertinentes às atividades desenvolvidas.	<b>visão subnormal</b>	Executa serviços de limpeza em geral Pode executar serviços braçais no transporte de materiais no âmbito da Companhia.
<b>Fisioterapeuta</b>	Curso superior completo Cursos específicos de acordo com a área de atuação	<b>cego e visão subnormal</b>	Executa métodos e técnicas fisioterápicas com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade física do paciente.
<b>Fitotecário</b>	Primeiro grau incompleto Capacidade de organização e conhecimentos pertinentes às atividades desenvolvidas.	<b>visão subnormal</b>	Arquiva, mantém, atualiza, controla e distribui estoque de discos e fitas magnéticas.
<b>Garçom</b>	Primeiro grau incompleto Curso de Cozinheiro Habilidade para lidar com o público.	<b>visão subnormal</b>	Ornamenta mesas, serve refeições, limpa e arruma refeitórios, auxilia nos trabalhos de copa e cozinha.

<b>Ocupações compatíveis com o desempenho de deficientes visuais (continuação)</b>			
<b>Profissões</b>	<b>Pré - requisitos</b>	<b>Condição Visual</b>	<b>Síntese Das Atribuições</b>
<b>Inspetor de Alunos</b>	Primeiro grau incompleto Habilidade para lidar com crianças e adolescentes.	<b>visão subnormal</b>	Zela pelo cumprimento das normas disciplinares vigentes na Escola e anota ocorrências diárias Controla a saída e o regresso dos alunos Orienta a movimentação e acompanha a frequência dos alunos nas atividades escolares Zela pela higiene pessoal do aluno, orientando-o sempre que necessário.
<b>Intérprete</b>	Segundo grau completo Curso de Língua Estrangeira Desembarço para o contato social.	<b>cego e visão subnormal</b>	Serve de intérprete a visitantes estrangeiros (gerentes, técnicos, professores etc.) em convenções ou entrevistas.
<b>Lavador de carros</b>	Primeiro grau incompleto	<b>visão subnormal</b>	Lava e abastece veículos Troca, calibra e conserta pneus.
<b>Lustrador</b>	Primeiro grau incompleto Curso de Lustrador Habilidade manual.	<b>visão subnormal</b>	Lustra e enverniza móveis e utensílios de madeira.
<b>Massagista</b>	Primeiro grau completo Curso de Massagem Cursos específicos de acordo com a área de atuação.	<b>cego e visão subnormal</b>	Aplica técnica específica de massagem estética, terapêutica e desportiva, observando orientação médica.
<b>Mensageiro (hotel)</b>	Primeiro grau incompleto Iniciativa e habilidade para lidar com o público.	<b>visão subnormal</b>	Carrega as malas dos hóspedes, acompanhando-os até o quarto a ser ocupado e informa quanto ao uso dos aparelhos Atende as solicitações dos hóspedes (compra de jornais, revistas, remédios etc.) Recolhe as malas até a portaria.
<b>Merendeira</b>	Primeiro grau incompleto Conhecimentos pertinentes às atividades desenvolvidas.	<b>visão subnormal</b>	Prepara refeições e lanches Dispõe alimentos em pratos e bandejas Distribui lanches e merendas.
<b>Montador de Móveis e Esquadrias</b>	Primeiro grau incompleto Curso de Montadores de Móveis e Esquadrias Habilidade manual.	<b>cego e visão subnormal</b>	Monta, encaixa, aparafusa e cola peças pré-moldadas.
<b>Musico / Instrumentista (pianista, violonista e percussionista)</b>	Primeiro grau incompleto Embasamento teórico e domínio do instrumento que pretende executar Cursos livres de acordo com a área de atuação Boa acuidade auditiva.	<b>cego e visão subnormal</b>	Pianista e violonista - desenvolve harmonia funcional do trecho musical Percussionista - executa com precisão os tempos do compasso.



<b>Ocupações compatíveis com o desempenho de deficientes visuais (continuação)</b>			
<b>Profissões</b>	<b>Pré - requisitos</b>	<b>Condição Visual</b>	<b>Síntese Das Atribuições</b>
<b>Musico/Regente e Arranjador</b>	Curso superior completo Cursos específicos de acordo com a área de atuação Boa acuidade auditiva e domínio de algum instrumento de harmonia.	<b>cego e visão subnormal</b>	Cria arranjos musicais Rege pequenos conjuntos (de pessoas cegas e videntes) Rege corais constituídos por pessoas deficientes visuais.
<b>Musicoterapeuta</b>	Curso superior completo Cursos específicos de acordo com a área de atuação. Usuário de microcomputador. O cego deverá dominar um sistema de comunicação sonora com o microcomputador.	<b>cego e visão subnormal</b>	Planeja, coordena, acompanha, analisa e efetua estudos atinentes ao campo da musicoterapia Realiza avaliação diagnóstica do indivíduo Realiza sessões terapêuticas.
<b>Nutricionista</b>	Curso superior completo Cursos específicos de acordo com a área de atuação Usuário de microcomputador.	<b>visão subnormal</b>	Planeja, organiza, programa e elabora cardápios Controla estoque de gêneros alimentícios e fiscaliza a qualidade das refeições.
<b>Operador de Máquinas Copiadoras</b>	Primeiro grau incompleto Curso de Operador de Equipamentos Xerox.	<b>visão subnormal</b>	Opera máquinas copiadoras e duplicadoras, eventualmente plastificadora, grampeadora e furadora de papel.
<b>Operador de Telemarketing</b>	Segundo grau completo Objetividade, iniciativa, boa fluência verbal e força de argumentação Noções básicas no uso do microcomputador. O cego deverá dominar um sistema sonoro de comunicação com o microcomputador.	<b>cego e visão subnormal</b>	Promove vendas (televendas) Presta apoio na venda de um produto ou serviço e incrementa a produtividade da venda; Pesquisa mercado, opinião pública e testa novos produtos, promoções, mensagens e/ou idéias; Mantém o arquivo do cliente ou do mercado atualizado Atende e orienta clientes em suas necessidades e reclamações.
<b>Orientador Educacional</b>	Curso superior completo Cursos específicos de acordo com a área de atuação Usuário de microcomputador. O cego deverá dominar um sistema sonoro de comunicação com o microcomputador.	<b>cego e visão subnormal</b>	Planeja, implementa e avalia o desenvolvimento da orientação vocacional no contexto escolar Detecta problemas de ordem bio-psico-pedagógico, estabelecendo alternativas educacionais para o aperfeiçoamento da ação educativa Presta orientação educacional individualmente e em grupo.
<b>Padeiro</b>	Primeiro grau incompleto Curso de Padeiro.	<b>visão subnormal</b>	Seleciona material para a fabricação; Prepara massas, enforma e desenforma.
<b>Panfletista</b>	Primeiro grau incompleto	<b>visão subnormal</b>	Distribui folhetos, prospectos etc. em prédios residenciais, comerciais e pontos estratégicos pré-determinados.

<b>Ocupações compatíveis com o desempenho de deficientes visuais (continuação)</b>			
<b>Profissões</b>	<b>Pré - requisitos</b>	<b>Condição Visual</b>	<b>Síntese Das Atribuições</b>
<b>Pedagogo</b>	Curso superior completo Cursos específicos de acordo com a área de atuação Usuário de microcomputador. O cego deverá dominar um sistema sonoro de comunicação com o microcomputador.	<b>cego e visão subnormal</b>	Estuda, pesquisa, interpreta, controla, analisa e coordena atividades pedagógicas.
<b>Pizzaiolo</b>	Primeiro grau incompleto Conhecimentos pertinentes às atividades desenvolvidas.	<b>cego e visão subnormal</b>	Prepara massas, recheios, arma e leva ao forno tipos diversificados de pizzas.
<b>Porteiro</b>	Primeiro grau incompleto Curso de Porteiro Cortesia e iniciativa.	<b>visão subnormal</b>	Atende e encaminha todas as pessoas estranhas ao quadro da empresa ou do edifício Anota e transmite recados Recebe e distribui correspondências.
<b>Professor</b>	Curso superior completo (atuação a partir da 5a. série) Curso normal (atuação até a 4a. série) Cursos específicos de acordo com a área de atuação Usuário de microcomputador. O cego deverá dominar um sistema de comunicação sonora com o microcomputador.	<b>cego e visão subnormal</b>	Planeja, coordena, executa e avalia atividades relacionadas ao processo ensino-aprendizagem, visando a formação integral do educando.
<b>Programador</b>	Segundo grau completo Treinamento em uma linguagem de programação Experiência em operação de computadores através de sintetizador de voz.	<b>cego e visão subnormal</b>	Cria programas de computador Realiza manutenção de sistemas de computação Presta apoio ao usuário Elabora manuais.
<b>Psicólogo</b>	Curso superior completo Cursos específicos de acordo com a área de atuação Usuário de microcomputador. O cego deverá dominar um sistema de comunicação sonora com o microcomputador.	<b>cego e visão subnormal</b>	Planeja, coordena, acompanha e efetua estudos atinentes ao campo da Psicologia Elabora e adapta testes, provas objetivas, inventários e outros instrumentos de medidas psicológicas Realiza avaliação objetivando o diagnóstico, prognóstico e o tratamento do indivíduo.
<b>Recepcionista</b>	Primeiro grau incompleto Curso de Recepcionista Facilidade para lidar com o público e boa apresentação.	<b>visão subnormal</b>	Recepciona pessoas que se dirigem à Empresa indicando a quem as mesmas devem dirigir-se Atende a solicitações internas diversas.
<b>Recreadora</b>	Curso Normal e Adicional Desembaraço para o contato social.	<b>visão subnormal</b>	Promove atividades lúdicas para adultos e crianças em escolas, hospitais, clínicas e festas.

<b>Ocupações compatíveis com o desempenho de deficientes visuais (continuação)</b>			
<b>Profissões</b>	<b>Pré - requisitos</b>	<b>Condição Visual</b>	<b>Síntese Das Atribuições</b>
<b>Recuperador de Crédito</b>	Primeiro grau completo Curso de Técnica de Cobrança Boa fluência verbal, iniciativa e força de argumentação.	<b>cego e visão subnormal</b>	Realiza investigação cadastral dos clientes devedores Executa cobrança através de visitas locais ou por telefone.
<b>Servente de Laboratório</b>	Primeiro grau incompleto Capacidade de concentração e habilidade manual.	<b>visão subnormal</b>	Efetua serviços de limpeza e conservação de materiais, aparelhos, utensílios e instalações de laboratório Prepara recipientes para coleta de amostras, desinfetando-os Abastece recipientes de análises.
<b>Sociólogo</b>	Curso superior completo Cursos específicos de acordo com a área de atuação Usuário de microcomputador O cego deverá dominar um sistema sonoro de comunicação com o microcomputador.	<b>cego e visão subnormal</b>	Planeja, coordena, acompanha, analisa e efetua estudos atinentes ao campo da sociologia Desenvolve programas de pesquisa e assessoramento na área social.
<b>Tecelão</b>	Primeiro grau incompleto Curso de Tecelão Habilidade manual.	<b>visão subnormal</b>	Realiza tarefas de tecer pano em máquinas ou teares.
<b>Técnico de Administração</b>	Curso superior completo Cursos específicos de acordo com área de atuação Usuário de microcomputador.	<b>visão subnormal</b>	Planeja, coordena, acompanha, analisa e efetua estudos atinentes ao campo da Administração Elabora manuais de procedimentos e rotinas de trabalho Realiza auditoria em assuntos ligados à sua especialização.
<b>Técnico de Câmara Escura</b>	Primeiro grau completo Curso de Câmara Escura.	<b>cego e visão subnormal</b>	Prepara filmes a serem utilizados pelos técnicos de radiologia Revela filmes através de químicas apropriadas ou de processadora.
<b>Técnico de Comunicação Social</b>	Curso superior completo Cursos específicos de acordo com a área de atuação Usuário de microcomputador. O cego deverá dominar um sistema de comunicação sonora com o microcomputador.	<b>cego e visão subnormal</b>	Planeja, coordena e acompanha programa de relações públicas Redige, adapta, comenta, interpreta matéria a ser divulgada e realiza sondagem de opinião pública.
<b>Telefonista</b>	Primeiro grau incompleto Curso de Operação de Mesa Telefônica Boa fluência verbal e memória auditiva.	<b>cego e visão subnormal</b>	Opera mesa telefônica Recebe e providencia ligações urbanas, interurbanas e internacionais Atende chamados telefônicos transferindo-os para diversos setores da Empresa.

<b>Ocupações compatíveis com o desempenho de deficientes visuais (continuação)</b>			
<b>Profissões</b>	<b>Pré - requisitos</b>	<b>Condição Visual</b>	<b>Síntese Das Atribuições</b>
<b>Telefonista Recepcionista</b>	Primeiro grau incompleto Curso de Operação de mesa telefônica Boa fluência verbal, memória auditiva e habilidade para lidar com o público.	<b>visão subnormal</b>	Atende ao público Recebe e providencia ligações urbanas, interurbanas e internacionais Atende chamados telefônicos transferindo-os para diversos setores da Empresa.
<b>Terapeuta Ocupacional</b>	Superior Completo Cursos específicos de acordo com a área de atuação.	<b>visão subnormal</b>	Orienta atividades criativas, lúdicas, educacionais, pré-vocacionais e industriais, objetivando a restauração de uma função física Pode integrar equipes médicas de reabilitação profissional, pedagógica e outras.
<b>Tradutor</b>	Segundo grau completo Curso de Língua Estrangeira Capacidade de concentração Usuário de microcomputador.	<b>visão subnormal</b>	Traduz e efetua revisão de traduções, publicações ou correspondência de língua estrangeira.
<b>Vendedores</b>	Segundo grau incompleto Curso de Técnica de Vendas Boa fluência verbal, força de argumentação, objetividade e facilidade para lidar com o público.	<b>cego e visão subnormal</b>	Realiza vendas passivas e ativas Estabelece contatos pessoais ou por telefone com clientes e fornecedores.

**TABELA 2**

**Profissões Autônomas Compatíveis com o Desempenho das Pessoas Cegas e de Visão Subnormal.**

<b>Área Rural</b>	<b>Apicultor, caprinocultor, floricultor, granjeiro, horticultor, hortigranjeiro, minhocultor, ovinocultor, ranicultor, suinocultor, fruticultor, vinicultor.</b>
<b>Área Artesanal</b>	<b>Produção e confecção de: perfumes, produtos de higiene e limpeza, botões forrados, ilhóes, plantas e flores desidratadas, papel, macramê, tricô, tapetes, sachê, bonecas e bichos de lã, ráfia e tecido, bijuterias e caixas decorativas.</b>
<b>Área de Produtos Caseiros</b>	<b>Produção de: bombons, doces, balas, compotas, geléias, salgadinhos, sanduíches, tortas, biscoitos, massas, pães, refeições, sorvetes, queijos e licores.</b>
<b>Área Industrial</b>	<b>Produção de: sacolas, chinelos personalizados, fraldas e absorventes descartáveis, quentinhas, velas e tijolos.</b>
<b>Área Comercial</b>	<b>Representante de vendas, vendedor ambulante, chaveiro, sapateiro.</b>

**TABELA 3**

**Algumas das instituições que oferecem cursos de habilitação e qualificação profissional (por área de atuação)**

<b>Áreas</b>	<b>Instituições</b>
Abertura e Administração de Pequenas Empresas	SEBRAE, Fundação Getúlio Vargas.
Administração e Gerência	SEBRAE, SENAC, Fundação Getúlio Vargas.
Alimentos	SENAI.
Armazenamento, Embalagem e Expedição	SENAC.
Artes Gráficas	SENAI.
Artesanal e de Produtos Caseiros	SENAC.
Comércio	SEBRAE, SENAC.
Comunicação	SENAC, PABX.
Construção Civil e Mobiliário	SENAI.
Contabilidade	SEBRAE, SENAC, Fundação Getúlio Vargas.
Eletricidade	SENAI.
Escritório	SEBRAE, SENAC.
Hospitalidade	SENAC.
Informática	SENAI, SENAC, Instituto Benjamin Constant.
Manutenção, Conservação e Serventia	SENAC.
Mecânica de Automóveis	SENAI.
Operacional	SENAI.
Rural	SEBRAE, Sociedade Nacional de Agricultura.
Saúde	SENAC, Instituto Benjamin Constant.
Vendas	SEBRAE, SENAC.